



ESCOLA NAVAL

talant de bi-faire



Francisco José Alves Semedo Esteves

*A evolução da componente marítima da NATO
– Da guerra fria aos desafios emergentes de
segurança marítima*

Dissertação para obtenção do grau de Mestre em Ciências Militares Navais,
na especialidade de Marinha



Alfeite

2018



ESCOLA NAVAL



talant de bi-faire



Francisco José Alves Semedo Esteves

A evolução da componente marítima da NATO – Da guerra fria aos desafios emergentes de segurança marítima

Dissertação para obtenção do grau de Mestre em Ciências Militares Navais, na especialidade de Marinha

Orientação de:

O Aluno Mestrando

Semedo Esteves

ASPOF M Semedo Esteves

O Orientador

Silva Pinto

CFR EN-AEL Silva Pinto

Alfeite

2018

Epígrafe

"A sorte não existe. Aquilo a que chamais sorte é o cuidado com os pormenores".
(Winston Churchill)

Dedicatória

Ao meu avô, por tudo o que lhe devo.

Agradecimentos

A vida de oficial de Marinha tem várias etapas. Uma delas termina quando deixamos de ser alunos da Escola Naval, a nossa *alma mater*. A tese de mestrado corresponde assim ao fim dessa mesma etapa, e ao início de uma nova fase. Deste modo gostaria de agradecer a quem direta ou indiretamente me apoiou e ajudou na realização da presente tese de mestrado, na esperança de poder compensar por toda a confiança que depositaram em mim e por todas as ausências ao longo destes últimos anos.

Em primeiro lugar, agradeço ao meu orientador, capitão-de-fragata Sérgio Carrilho da Silva Pinto, pela honra em tê-lo como orientador, por todos os conselhos e correções feitas ao longo deste percurso. A sua disponibilidade e as suas palavras sábias foram essenciais para levar esta tese a bom porto.

Quero também agradecer ao meu coorientador, capitão-tenente João Pedro Nunes das Neves Simões, por todo o seu apoio e preocupação demonstrada ao longo deste processo.

Ao Senhor vice-almirante Alberto Manuel Silvestre Correia, atual MILREP português na NATO e na UE, pela disponibilidade e partilha de conhecimento durante a entrevista realizada, o meu sincero obrigada.

Não poderia deixar de agradecer ao capitão-de-mar-e-guerra Paulo Cavaleiro Ângelo, capitão-de-fragata José Rodrigues Pedra, capitão-de-fragata Samuel Carvalho de Oliveira, ao capitão-tenente Pedro Bismarck de Melo, ao capitão-tenente Tiago Henriques Carinhas e ao primeiro-tenente Guilherme Pereira Rosinha, pela disponibilidade e partilha de experiência e de conhecimento durante as entrevistas e conversas.

Ao capitão-de-fragata Valter Manuel de Bulha Almeida e aos restantes oficiais e guarnição do NRP *Corte-Real*, pela partilha de conhecimentos, companheirismo, amizade e disponibilidade ao longo dos quatro meses de estágio.

Ao Sr. António José Maia de Mascarenhas pela constante presença e preocupação durante todo o meu percurso enquanto cadete.

À minha família e amigos, em especial ao meu pai e à minha mãe por todo o amor, paciência e compreensão ao longo dos anos, sem eles nunca tinha alcançado metade do que alcancei.

À Carolina, minha namorada, pela confiança e apoio nesta fase difícil, que apesar da distância soube sempre usar as palavras que melhor me acalmam.

À Sra. Professora Maria José Alveiro pela disponibilidade e apoio durante a realização da minha tese.

Ao curso “CMG Henrique Quirino da Fonseca”, por me terem ajudado a crescer, pela camaradagem, companheirismo e amizade ao longo destes anos.

Resumo

Compreender a evolução das missões e operações marítimas da *North Atlantic Treaty Organization* (NATO), em conjugação com a evolução das Forças Navais Permanentes, relacionando-as com as alterações do ambiente de segurança internacional, constitui uma tarefa fundamental para pensar estrategicamente o papel de Portugal e da Marinha Portuguesa no contexto da transformação da Aliança Atlântica.

Deste modo, a presente tese abrange uma análise histórica desta evolução, alinhada com as alterações do ambiente de segurança mundial, particularmente centrada no domínio marítimo, incluindo uma análise aos desenvolvimentos internos, que levaram a NATO a adaptar-se a uma Rússia mais assertiva a Leste e às ameaças oriundas do Médio Oriente e do Norte de África. São vastos os referidos desenvolvimentos, entre eles, a adaptação da postura marítima da NATO face a uma reemergente capacidade submarina russa e a alteração à constituição e tipologia das missões das Forças Navais Permanentes. Enquanto membro fundador da Aliança, Portugal enfrenta um défice de recursos humanos, materiais e financeiros, correndo o risco de se tornar menos relevante como Nação Marítima, se deixar de contribuir expressivamente para a componente marítima da NATO.

Tendo por base uma análise documental profunda da evolução histórica da componente naval aliada, analisa-se e perspetiva-se a forma como Portugal e a Marinha Portuguesa se devem adaptar à transformação em curso da NATO, tendo em vista contribuir com relevância para a evolução da sua componente marítima.

Este trabalho conclui que Portugal e a Marinha Portuguesa se encontram no rumo certo, verificando-se uma forte concordância entre os objetivos da Diretiva Estratégica da Marinha de 2018 e as conclusões da análise do posicionamento estratégico que a Marinha deve assumir face à tendência de reforço da componente marítima da NATO, que exigirá um maior contributo de meios e forças navais por parte das nações marítimas aliadas.

Palavras-chave: Aliança Atlântica; Segurança Marítima; Forças Navais Permanentes.

Abstract

Studying and understanding the evolution of the North Atlantic Treaty Organization (NATO) missions and maritime operations along with the evolution of the NATO Standing Naval Forces and relating those with the changes to the global security environment, are some fundamental tasks in order to strategically think about the Portuguese Navy's role on this matter and also in NATO's transformation.

In this way, the present thesis includes a historical analysis of this evolution, relating it with global security environment - especially in the maritime component. This resulted on an analysis focused on the internal development which led NATO to adapt to the assertive role taken by Russia on the East and to the current threats emanating from the Middle East and North Africa. There were, therefore, several developments: the enhancement of NATO's maritime posture in response to the reappearing Russian submarine threat; the changes in the Standing Naval Forces constitution and the type of missions given. As a founding member of the Alliance, Portugal faces a deficit of human, material and financial resources, risking becoming less relevant as a Maritime Nation - should it decrease its contributions to NATO's maritime component.

Based on a deep documental analysis of the historical naval related component, it can be predicted the way that Portugal and the Portuguese Navy should adapt to current NATO's transformation, noticing that it is important to contribute with relevance to the evolution of its maritime component. As a result of the present thesis, it can be concluded that Portugal and the Portuguese Navy are in the right path, since there is a strong match between the Portuguese Navy Strategic Directives of 2018 and the results of the analysis on the strategic positioning that the Navy should adopt in response to the foreseen enhancement of NATO's maritime posture.

Keyword: Atlantic Alliance, Maritime Safety, Standing Naval Forces

Índice

Epígrafe.....	v
Dedicatória.....	vii
Agradecimentos	ix
Resumo	xi
Abstract.....	xiii
Índice	xv
Índice de Figuras.....	xix
Índice de Tabelas	xxi
Lista de Abreviaturas, Siglas e Acrónimos.....	xxiii
Introdução	1
Motivação.....	1
Objetivos	2
Enquadramento teórico	3
Metodologia	8
Resumo da metodologia	8
Percurso metodológico	8
Estrutura.....	9
Capítulo 1. Do período da guerra fria ao 11 de setembro de 2001	11
1.1. A evolução política e estratégica da Aliança	11
1.2. A evolução das operações e exercícios navais da Aliança	33
1.2.1. Operação SOUTHERN GUARD	35
1.2.2. Operação SHARP GUARD.....	36
1.3. A evolução das Forças Navais da Aliança.....	37

1.4. A participação da Marinha Portuguesa na NATO	40
1.5. Síntese conclusiva.....	43
Capítulo 2. Do período após 11 de setembro à Cimeira de Varsóvia	47
2.1. A evolução política e estratégica da Aliança	47
2.2. A evolução das operações e exercícios navais da Aliança	60
2.2.1. Operação ACTIVE ENDEAVOUR (2001-2016)	60
2.2.2. Operação ALLIED PROVIDER (outubro-dezembro 2008)	63
2.2.3. Operação ALLIED PROTECTOR (março-agosto 2009).....	64
2.2.4. Operação OCEAN SHIELD (agosto 2009-dezembro 2016).....	65
2.2.5. Operação UNIFIED PROTECTOR (fevereiro-outubro 2011).....	68
2.2.6. Exercício DESTINED GLORY 2004 (setembro-outubro 2004)....	69
2.3. A evolução das Forças Navais da Aliança.....	69
2.4. A participação da Marinha Portuguesa na NATO	72
2.5. Síntese conclusiva.....	74
Capítulo 3. Após Cimeira de Varsóvia e perspetivas futuras até 2021	77
3.1. Perspetiva da evolução política e estratégica da Aliança.....	77
3.2. A possível evolução das operações e exercícios navais da Aliança	86
3.2.1. Operação SEA GUARDIAN (dezembro de 2016- em curso).....	86
3.2.2. Apoio à crise de migração no mar Egeu (fevereiro de 2016)	88
3.2.3. Exercício BRILLIANT MARINER (setembro-outubro 2017)	88
3.3. Perspetivas de evolução das Forças Navais da Aliança.....	89
3.4. O contributo português no reforço da postura marítima da NATO	90
3.5. Síntese conclusiva.....	93
Conclusão e Recomendações.....	95
Bibliografia	101

Apêndice A. Quadro do projeto de investigação	115
Apêndice B. Entrevistas realizadas	117
Apêndice C. A linha de comando operacional da Aliança	119
Apêndice D. Guião de entrevista VALM Silvestre Correia.....	125
Apêndice E. Entrevista VALM Silvestre Correia (14 de março 2018).....	127
Anexo A. Tratado do Atlântico Norte.....	135

Índice de Figuras

<i>Figura 1:Gastos Orçamentais na Defesa dos países membros europeus</i>	<i>51</i>
<i>Figura 2:A evolução dos resultados da Operação OCEAN SHIELD</i>	<i>67</i>
<i>Figura 3:Evolução dos gastos em defesa dos países europeus e do Canadá.....</i>	<i>78</i>
<i>Figura 4:Gastos em Defesa, versus gastos em equipamento de defesa</i>	<i>79</i>
<i>Figura 5:Estrutura de Comando Militar para as operações aliadas.....</i>	<i>120</i>

Índice de Tabelas

Tabela 1:Matriz SWOT, da participação portuguesa na componente naval da NATO .	92
Tabela 2:Quadro do projeto de investigação	115
Tabela 3:Quadro do projeto de investigação (Problema/Metodologia)	116
Tabela 4:Entrevistas realizadas	117

Lista de Abreviaturas, Siglas e Acrónimos

A2/AD - Anti-access and Area Denial

ACCHAN - Allied Command Channel

ACE - Allied Command Europe

ACO - Allied Command Operations

ACT - Allied Command Transformation

AFSOUTH - Allied Forces Southern Europe

AMISOM - African Union Mission in Somalia

AMG - Alliance Maritime Governance

AOR - Area of Responsibility

ASW - Antisubmarine Warfare

C2 - Command and Control

CBRN - Chemical, biological, radiological and nuclear

CFI - Connected Forces Initiative

CINCHAN - Commander-in-Chief Channel

CJTF - Combined Joint Task Force

CSNU - Conselho de Segurança das Nações Unidas

EUA - Estados Unidos da América

EUCOM - European Command

EUROMARFOR - European Maritime Force

ETF - Extended Task Force

FFG - Follow-on Forces Group

FFG (M) - Follow-on Forces Group Maritime

FFGH - *Fighting Frigate with Guided Missile and Helicopter capability*

FRMARFOR - *French Maritime Forces*

GRP - *Graduate Response Plans*

IFFG - *Initial Follow-on Forces Group*

IFFG (M) - *Initial Follow-on Forces Group Maritime*

ICI - *Istanbul Cooperation Initiative*

IED - *Improvised Explosive Device*

ISIL - *Islamic State of Iraq and the Levant*

ITMARFOR - *Italian Maritime Forces*

JFC - *Joint Force Command*

JTFHQ - *Joint Task Force Headquarters*

MARCOM - *Maritime Command*

MCC - *Maritime Component Command*

MENA - *Middle East and North Africa*

MILREP - *Military Representation*

MNATF - *Multinational Amphibious Task Force*

MNC - *Major NATO Commands*

MPA - *Maritime Patrol Aircraft*

MSA - *Maritime Situational Awareness*

MSO - *Maritime Security Operations*

NAC - *North Atlantic Council*

NATO - *North Atlantic Treaty Organization*

NAVOCFORMED - *Naval on-call Force Mediterranean*

NCS - *NATO Command Structure*

NFS - *NATO Force Structure*

NPG - *Nuclear Planning Group*

NRF - *NATO Response Force*

NTM - *Notice to move*

ONU - *Organização das Nações Unidas*

OSG - *Operação SEA GUARDIAN*

PFP - *Partnership for Peace*

PIB - *Produto Interno Bruto*

RAP - *Readiness Action Plan*

RFP - *Response Forces Pool*

ROE - *Rules of Engagement*

SACLANT - *Supreme Allied Command Atlantic*

SACEUR - *Supreme Allied Command Europe*

SACT - *Supreme Allied Command Transformation*

SHAPE - *Supreme Headquarters Allied Powers Europe*

SLOC - *Sea Lines of Communication*

SNF - *Standing Naval Forces*

SNMCMG - *Standing NATO Mine Countermeasures Group*

SNMG - *Standing NATO Maritime Group*

SPMARFOR - *Spanish Maritime Forces*

SSC - *Single Service Commands*

STANAVFORCHAN - *Standing Naval Force Channel*

STANAVFORLANT - *Standing Naval Force Atlantic*

STANAVFORMED - *Standing Naval Force Mediterranean*

STRIKFORNATO - *Naval Striking and Support Forces NATO*

STRIKFORSOUTH - *Naval Striking and Support Forces Southern Europe*

TAN - *Tratado do Atlântico Norte*

U.S. - *United States*

UE - *União Europeia*

UEO - *União da Europa Ocidental*

UKMARFOR - *United Kingdom Maritime Forces*

URSS - *União das Repúblicas Socialistas Soviéticas*

USS - *United States Ship*

VJTF - *Very High Readiness Joint Task Force*

WFP - *World Food Programme*

Introdução

O complexo ambiente de segurança mundial e em particular o marítimo merece uma profunda análise à sua evolução. Por forma a melhor interpretar esta evolução, correlaciona-se esta com as respostas empregues por parte de uma organização internacional como a NATO, cujo motivo da sua criação e razão fundamental de existência é a segurança e estabilidade. Assim, a NATO deve estar cuidadosamente estruturada e focalizada para os objetivos que as chefias definem, neste sentido, ao serem analisados denota-se uma contínua adaptação aos ambientes de segurança internacional. Os constantes reajustes perspetivam alcançar uma organização preparada, que consiga responder a qualquer ameaça que ponha em risco a sua estabilidade interna, ao invés de responder reactivamente.

Portugal, enquanto país membro e Nação Marítima, tem um papel fundamental na estabilidade do Atlântico, dada a sua posição geográfica central na Aliança. Paralelamente é um país que faz fronteira a Sul e como tal, foi um dos principais impulsionadores do reconhecimento aliado das crises emergentes a Sul e da descentralização do foco de Leste.

Perante o exposto, este trabalho pretende exhibir, não apenas a perspetiva do seu autor quanto ao futuro, como também a de elementos com vasta experiência no comando e controlo de missões e operações militar navais no âmbito da NATO, assim como também no processo de decisão a nível militar.

Motivação

O tema escolhido para esta dissertação: “A evolução da componente marítima da NATO, da guerra fria aos desafios emergentes de segurança marítima”, destaca-se pela sua relevância atual face aos novos desafios da Aliança, onde Portugal se encontra inserido. Deste modo, este tema apresenta elevado interesse para Portugal, dado o seu forte empenhamento nos debates a nível político e militar, sobre o futuro da componente marítima da NATO, realçando assim, o papel da Marinha Portuguesa.

Atualmente, é possível registar uma crescente atividade terrorista, o que leva a uma complexa e vasta possibilidade de resposta por parte das Forças Armadas. Foi neste prisma que surgiu o interesse pelo presente trabalho de mestrado, sobre o qual não existem abordagens no âmbito da Escola Naval.

Assim, paralelamente à sua atualidade, este projeto também representa uma motivação a nível pessoal, podendo ainda contribuir para um possível desenvolvimento da doutrina estratégica naval portuguesa. Sendo Portugal uma Nação Marítima, este tema apresenta uma elevada relevância, dada a importância da segurança marítima e da capacidade de reagir rapidamente a crises, o que tem elevado o contributo da Marinha Portuguesa nas *Standing Naval Forces* (SNF).

Objetivos

O objetivo principal desta dissertação de mestrado é analisar a evolução das missões e das operações marítimas da NATO, assim como as das Forças Navais Permanentes. Este trabalho encontra-se limitado a nível temporal, nomeadamente entre a criação da Aliança do Atlântico Norte, início da Guerra Fria, e uma perspetiva futura até 2021. Paralelo à evolução temporal apresenta-se uma análise aos contributos portugueses no passado, expondo ainda possíveis contributos futuros de Portugal para componente marítima da NATO. Esta perspetiva será fundamentada a partir de inquéritos por entrevista.

Para a criação de uma análise sólida é necessária uma pesquisa aprofundada relativamente à temática em estudo. Para tal, o ponto de partida da investigação irá basear-se numa bibliografia seletiva, focada em factos existentes, uma vez que a história representa um bom mecanismo para uma melhor compreensão do futuro.

Enquadramento teórico

A Segunda Guerra-Mundial¹ deixou a Europa Ocidental em ruínas; em 1948, apesar do “Plano Marshall”², os europeus estavam abertos à propaganda comunista originária da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). Com o golpe comunista em Praga³, no início de fevereiro, e com o bloqueio de Berlim⁴, a 24 de junho, a assinatura do Tratado do Atlântico Norte foi assegurada. Apesar das suas diferentes finalidades, o objetivo primário deste tratado consistia em proteger a liberdade e a segurança de todos os membros, por meios políticos e militares (Santos, 2008, pp.53-56).

A criação da Aliança Atlântica, a 4 de abril de 1949, deu-se durante a época controversa da Guerra Fria, com uma forte ameaça a Leste -a União Soviética- tendo como objetivo principal dissuadir as agressões militares da URSS (NATO, 2016h, para.53).

Num período inicial, a Aliança focou-se numa força naval robusta, capaz de fazer face às ameaças de então. A capacidade ofensiva e defensiva dos meios navais eram fatores essenciais, como foi demonstrado pelas frotas navais americanas na guerra da Coreia⁵. Estas, juntamente com a força aérea americana, auxiliaram as forças terrestres sul coreanas e americanas, na progressão terrestre para a reconquista da Coreia do Sul. A intervenção dos Estados Unidos da América (EUA) nesta guerra baseia-se no facto de

¹ A Segunda Guerra Mundial foi um conflito militar de abrangência global, decorreu no período de 1939 a 1945, onde de um dos lados estavam os Aliados (Inglaterra, URSS, França e Estado Unidos da América) e do outro o Eixo (Alemanha, Itália e Japão).

² Conhecido como o Programa de Recuperação Europeia, o Plano Marshall foi o plano principal dos EUA, no sentido de reconstruir a Europa, após a Segunda Grande Guerra (The George C. Marshall Foundation, s.d.).

³ O Golpe de Praga deu-se em fevereiro de 1948, onde o Partido Comunista da Checoslováquia, com o apoio soviético derrubaram o último governo democrático na Europa Oriental (Burns, s.d.).

⁴ Desencadeado entre 25 de junho de 1948 a 11 de maio de 1949, o Bloqueio de Berlim decorreu com a União Soviética a interromper o acesso ferroviário e rodoviário à cidade de Berlim Ocidental (History, 1991).

⁵ A Guerra da Coreia decorreu de 25 de junho de 1950 a 27 de julho de 1953, e iniciou-se com a Coreia do Norte a invadir a Coreia do Sul. As Nações Unidas, em conjunto com os Estados Unidos, intervieram em favor dos sul-coreanos. Por outro lado, a China e a União Soviética apoiaram os norte-coreanos (History, s.d. a).

esta representar uma clara demonstração de vontade, por parte da URSS em se expandir globalmente. Por inerência, esta agressão enalteceu a importância do segundo artigo do Tratado do Atlântico Norte (TAN), que refere a necessidade de os membros da Aliança contribuírem para as relações internacionais pacíficas, em favor do quinto artigo, que enuncia que um ataque a qualquer um dos países seria considerado um ataque a todos (Santos, 2008, p.57).

O período da Guerra Fria foi de grandes tensões entre o bloco de Leste e os Aliados; as forças militares navais, de ambos os lados, tinham cada uma as suas características, sendo realizado variadas ações dissuasoras de ambas as partes, através de por exemplo, exercícios militares de projeção de forças e respetivo posicionamento. Com a queda do muro de Berlim em 1989 e subsequente término da Guerra Fria, a Aliança atravessa uma fase de mudança, onde a sua existência/necessidade era questionada; daí que surge a iniciativa de colaborar em missões de gestão de crises. No conflito dos Balcãs, claro exemplo desta intenção, os aliados trabalharam lado-a-lado com outras organizações internacionais no sentido de reduzir as tensões existentes.

Mais tarde, a 11 de setembro de 2001, o mundo foi alertado para ameaças imprevisíveis. Pela primeira vez, ocorrera uma agressão territorial no coração de uma potência mundial, o que, pelo artigo quinto do TAN, constitui uma agressão a todos os países aliados. Assim, pode-se concluir que foi descoberta uma arma inovadora, que consistia na utilização de meios não militares, como os transportes comerciais, cheios de combustível e passageiros. “Um limiar, impensável, inconcebível, acabou de ser ultrapassado. A agressão foi de tal ordem que não se assemelha a nada de conhecido.” (Ramonet, 2002, p. 59 *apud* Santos, 2008, p.192-193).

Este ataque terrorista, marcante na história mundial, e principalmente na história dos EUA, constitui o mais famoso de um conjunto de ataques aos interesses americanos

por parte de *Al-Qaeda*⁶. Este, como o primeiro ataque às torres gêmeas⁷ em 1993, ataques às embaixadas em *Nairobi*, no Quênia, e em *Dar es Salaam*, na Tanzânia⁸ em 1998, e o ataque ao *United States Ship* (USS) Cole⁹ em 2000, demonstraram a necessidade de uma política contraterrorista preventiva. Esta necessidade justifica a invasão dos EUA e do Reino Unido, ao Afeganistão. Na mesma ideia de política contraterrorista preventiva, o congresso americano autorizou o emprego da força com o intuito de prevenir novos ataques aos seus interesses (Saraiva, 2016, pp. 4-5).

Em 2014, com a anexação ilegal da Crimeia pela Rússia, a NATO volta a ter a necessidade de responder a um ator estatal, com a intenção de tranquilizar os Aliados de Leste. Neste sentido, a NATO desenvolveu medidas de tranquilização (*assurance measures*), para que de uma forma imediata alcançasse o objetivo chave referido. Portugal não só contribuiu, com o empenhamento da Fragata *D. Francisco de Almeida* no *Standing NATO Maritime Group 1* (SNMG-1), como liderou a força (Monteiro, Pinto, & Pedra, A Marinha Portuguesa nas operações de paz, 2018, pp. 256-257).

O antigo secretário-geral da NATO, Anders Fogh Rasmussen¹⁰, referiu, antes da Cimeira de Gales que:

⁶ Al-Qaeda é uma organização fundamentalista islâmica, qua na sua gênese tinha o principal objetivo de expulsar os russos do Afeganistão, pela invasão de 1979. Tal objetivo era apoiado pelos EUA, mas com a Guerra do Golfo, os americanos criaram várias bases militares na região, e desta forma foi iniciado um movimento, por Bin Laden para expulsar os americanos (Byman, 2011).

⁷ O primeiro ataque às torres gêmeas, ocorreu em 26 de fevereiro de 1993, quando um carro-bomba foi detonado por terroristas árabes, no parque de estacionamento da Torre Um do *World Trade Center* em Nova Iorque (Lambert, 2018).

⁸ Os atentados terroristas as embaixadas dos EUA em África a 7 de agosto de 1998, levado a cabo por membros da Jihad Islâmica Egípcia e de Al-Qaeda (History, s.d. c).

⁹ O ataque ao destroyer USS Cole dos EUA, em 12 de outubro de 2000, decorreu enquanto este se encontrava a reabastecer no porto de Áden, no Iêmen (CNN, 2017).

¹⁰ Anders Rasmussen é um político dinamarquês e entre 1 de agosto de 2009 e setembro de 2014 ocupou o cargo de secretário-geral da NATO.

“NATO's greatest responsibility remains to protect and defend our populations and our territories. We also need the capacity to manage crises. And to work with partners to help build stability.”¹¹.

(Rasmussen, 2014)

É então que a Aliança implementa o Plano de Ação de Prontidão (*Readiness Action Plan - RAP*), com o intuito de uma maior efetividade na resposta às crises emergentes, entre elas as ações russas e as crises no Médio Oriente e Norte de África. Relativamente à componente marítima da Aliança, na mesma Cimeira realçou-se a necessidade de adaptação aos desafios emergentes, cada vez mais imprevisíveis, num meio onde, cada vez mais, aumenta a sua importância geopolítica e económica. Rasmussen refere a intenção da Aliança intensificar e expandir a implementação da Estratégia Marítima da Aliança, aprovada em 2011, garantindo, assim, as contribuições nos objetivos então assinalados. Estes objetivos são o de defesa coletiva, gestão de crises, segurança cooperativa e segurança marítima (Melo, 2017, p. 11).

Relativamente às Forças Navais Permanentes, a NATO irá revigorar a sua composição e duração para que as contribuições de cada membro sejam mais flexíveis, eliminando o seu emprego em missões de longa duração e baixa intensidade. Nestas, será reforçado o treino e formação para aumentar as suas capacidades. Aliado ao anteriormente apresentado, é intenção da NATO incrementar a coordenação, cooperação e complementaridade com organizações internacionais como a União Europeia (UE), entre outras, objetivando a implementação dos objetivos da Estratégia Marítima da Aliança de 2011 (NATO, 2014b, para. 71).

Perante o relatório da Cimeira de Varsóvia de 2016, a NATO apresenta como principais ameaças: a insegurança e a instabilidade que se fazem viver nas fronteiras aliadas a Leste e a Sul, sendo estas originadas por atores estatais e não estatais, como as forças militares e o terrorismo. Face à sua postura marítima, a NATO mantém os mesmos

¹¹ Tradução: “A maior responsabilidade da NATO é a de proteger e defender as populações e territórios dos aliados. Devemos também ter a capacidade para gerir crises, e trabalhar com os nossos parceiros de forma a construir estabilidade.”.

objetivos anteriormente expostos na sua estratégia marítima. Paralelamente, as Forças Navais Permanentes estarão aliadas à *Very High Readiness Task Force* (VJTF), garantindo uma maior prontidão às forças NATO, para eventuais crises emergentes (NATO, 2016h, para. 48).

Tal como já foi referido, a Aliança reconhece as ameaças emergentes a Leste e a Sul, e nas Cimeiras de Gales e de Varsóvia foram adotadas medidas que visam fazer frente a estes cenários problemáticos. A Leste foi implementado o RAP, com as suas medidas de tranquilização (*Assurance Measures*) e de adaptação (*Adaptation Measures*). As medidas de tranquilização contribuíram para apaziguar as ações russas no Leste, através de uma contínua presença militar naval, terrestre e aérea, assim como a realização de exercícios no flanco leste. As medidas de adaptação têm em vista um prazo alargado, com alterações ao comando e a forças da NATO, para uma resposta mais rápida e decisiva a crises súbitas (Melo, 2017, p. 18).

Relativamente às ameaças a Sul, a NATO decidiu, em Varsóvia, que devia adotar um “quadro de adaptação a Sul”, no entanto essa abordagem não foi materializada. A vontade política foi expressa, no entanto, as ameaças a Sul têm uma natureza assimétrica, não estatal, pelo que as soluções são ainda menos óbvias, comparativamente às soluções para a Europa de Leste, onde a ameaça está identificada (Melo, 2017, p. 19).

Na reunião ministerial de Ministros de Defesa, em fevereiro de 2017, foi decidida a implementação deste quadro de adaptação da NATO ao Sul, incluindo a criação de um *Hub*¹² na *Joint Force Command* (JFC), em Nápoles. Como refere o atual Secretário-geral da NATO, Jens Stoltenberg¹³, “*This will be a focal point for increasing our understanding of the challenges stemming from the region and our ability to address them*”¹⁴ (NATO, 2017e, para. 1).

¹² *Hub* é o termo adotado pela NATO no sentido de definir um grupo central dedicado à resolução da problemática no flanco Sul (Melo, 2017).

¹³ Jens Stoltenberg é um economista e político norueguês e desde 1 de outubro de 2014 que é o secretário-geral da NATO (NATO, 2016d).

¹⁴ Tradução: “Este será um ponto focal para aumentar a nossa compreensão dos desafios decorrentes da região e da nossa capacidade de abordagem.”

Metodologia

De seguida será apresentada a metodologia adotada para a elaboração deste trabalho, através de um breve resumo e o percurso seguido, descritos abaixo:

Resumo da metodologia

A elaboração deste trabalho foi iniciada com um processo de definição de Objetivos Específicos que, em conjunto, permitem alcançar o Objetivo Central do trabalho. Após definição de objetivos, foi traçado o raciocínio a adotar, o Hipotético-dedutivo, e foram definidas questões derivadas, que em conjunto respondem à Questão Central: *Como evoluiu a tipologia das missões e operações marítimas da NATO, assim como a constituição das Forças Navais Permanentes?* assim como também foram criadas as respetivas hipóteses de resposta, conforme é apresentado nos quadros do Apêndice A. Para alcançar os objetivos delineados inicialmente definiu-se a estratégia de investigação Qualitativa, para a qual foram utilizados vários desenhos de pesquisa, entre eles a Pesquisa Histórica. Os instrumentos metodológicos utilizados são documentos oficiais NATO, trabalhos e artigos de revista e de portais eletrónicos, assim como entrevistas exploratórias e conclusivas a elementos pertencentes à Marinha Portuguesa (Apêndice B), que de alguma forma estão ligados, ou estiveram, ao objeto de estudo: *Missões e operações marítimas da NATO e Forças Navais Permanentes*.

Percurso metodológico

Perante a estratégia de investigação delineada, a elaboração do trabalho teve a seguinte sequência metodológica:

Em primeira instância começou-se por conhecer os princípios fundadores da NATO, através da leitura do seu tratado fundador, assim como do Conceito Estratégico em vigor, sendo ele o de 2010. Posteriormente, foram feitas entrevistas exploratórias no sentido de se conhecer o estado da arte do objeto de estudo, tendo os entrevistados sido escolhidos por terem abordado temas similares em trabalhos de investigação individual, o capitão-tenente Bismarck de Melo e o capitão-tenente Henriques Carinhas (Apêndice

B). No decorrer desta fase exploratória foram aperfeiçoados os objetivos específicos, as perguntas derivadas e respetivas hipóteses de resposta.

Posteriormente, foi feita uma análise histórica documental aprofundada, no sentido de conhecer os antecedentes do objeto de estudo. Esta enquadra-se na fase analista, colmatando também com uma entrevista exploratória ao capitão de mar-e-guerra Cavaleiro Ângelo, o oficial português em funções no *Headquarters* (HQ) da *Naval Striking and Support Forces NATO* (STRIKFORNATO), no sentido de reforçar o conhecimento sobre o funcionamento e estruturação do comando deste HQ, que indiretamente é essencial para uma compreensão do objeto de estudo desta dissertação.

A última fase, designada de conclusiva, foi elaborada através da análise de documentos oficiais da NATO, artigos redigidos por elementos que estão e estiverem ligados ao processo de decisão, assim como a realização de uma entrevista ao *Military Representative* (MILREP) português na NATO, vice-almirante Silvestre Correia, a fim de formular as conclusões deste trabalho.

Estrutura

Esta dissertação de mestrado é composta por introdução, três capítulos de desenvolvimento, conclusão e recomendações.

Na **introdução** é apresentada a importância deste trabalho. Através de uma abordagem à motivação do autor, aos objetivos a alcançar, ao enquadramento teórico do trabalho, à metodologia utilizada assim como a estrutura da dissertação.

Os capítulos encontram-se divididos temporalmente, sendo que os dois primeiros são uma análise histórica e o terceiro para além de uma análise histórica, também reflete uma perspetiva futura dos desenvolvimentos da segurança marítima, assim como da resposta aliada a estes desenvolvimentos.

Os **dois primeiros capítulos** abordam os desafios e respetivas respostas políticas e estratégicas que a Aliança desenvolveu. Do mesmo modo, são abordados os desenvolvimentos de segurança marítima na área de responsabilidade aliada, assim como as respostas a esses desenvolvimentos, tanto através das missões, operações e exercícios

desenvolvidos pela Aliança, como pelas respetivas Forças Navais. Finaliza-se cada um dos capítulos com uma análise à participação portuguesa na componente naval da NATO.

O **terceiro** e último capítulo apresenta uma evolução dos desafios e respetivas respostas políticas e estratégicas mais recentes, pretendendo alcançar uma possível evolução futura. Para Portugal é também feita uma análise sobre a adaptação necessária para continuar a contribuir valiosamente para a evolução da postura marítima da Aliança.

Na **conclusão e recomendações** será apresentado um resumo do estudo e respetivos resultados, respondendo aos desafios a que o trabalho está sujeito, terminando ainda com uma recomendação para investigações futuras.

Capítulo 1. Do período da guerra fria ao 11 de setembro de 2001

A Guerra Fria foi a principal impulsionadora da criação da Aliança Atlântica, face à forte ameaça de Leste que levou alguns países europeus, em conjunto com os EUA e o Canadá, a integrarem a designada Organização do Tratado do Atlântico Norte. A organização desta Aliança fundamentava-se no seu tratado fundador (em anexo A), e entre os vários artigos oficiais, publicados pela organização, destaca-se como principal orientação a defesa coletiva entre membros e a necessidade de uma forte dissuasão contra as ofensivas soviéticas, sendo que para tal, as capacidades militares dos países aliados são fundamentais. Não obstante, a política sempre liderou a Aliança na sua estratégia de atuação e de confrontos com o Bloco Soviético. Estes confrontos fizeram evoluir o comportamento político e estratégico da Aliança, que afetava claramente a sua componente marítima, por forma a responder aos desafios emergentes de segurança.

1.1. A evolução política e estratégica da Aliança

Com o fim da Segunda Guerra Mundial e a derrota de duas grandes potências mundiais a Leste- a Alemanha e o Japão - a URSS tinha espaço para espalhar o seu Exército Vermelho. Preocupados com estes ideais expansionistas, os EUA e a Europa Ocidental apercebem-se que a Carta da Organização das Nações Unidas (ONU)¹⁵ não seria suficiente para garantir a sua soberania e a independência contra a agressão externa ou contra a subversão interna. Como resposta, os EUA, em 1947, implementam o conhecido “Plano Marshall”, plano este que tinha em vista a recuperação da Europa que se encontrava destruída pela Segunda Guerra Mundial. Esta política adotada servia, assim, para limitar o expansionismo da URSS e iniciar a segurança do Ocidente (Santos, 2008, pp.51-53).

¹⁵ A Carta das Nações Unidas foi o acordo que criou a Organização das Nações Unidas, após Segunda Guerra Mundial, constituindo esta a entidade máxima de discussão do direito internacional.

Com o bloqueio de Berlim, iniciado a 24 de junho de 1948, o processo de organização de defesa ocidental apressara-se, denotando que o Tratado de Bruxelas¹⁶ não era suficiente. O então ministro dos negócios estrangeiros britânico, Ernest Bevin¹⁷, refere, em Washington, que não bastaria um plano de reorganização ocidental para sustentar os soviéticos. É assim que em julho, se iniciam as conversas preliminares sendo o texto do “Tratado do Atlântico Norte” publicado em março de 1949. Antes da assinatura, a Dinamarca, a Islândia, a Itália, a Noruega e Portugal foram convidados a aderir ao Tratado do Atlântico Norte, assinado a 4 de abril de 1949 (Santos, 2008, pp.53-54).

A Aliança estava focada em manter o clima de paz, salvaguardando os princípios da Carta das Nações Unidas, mantendo a área do Atlântico Norte estável. É desde o seu início que a Aliança refere a sua intenção de preservar as linhas de comunicação marítima e os seus portos, sendo estes objetivos apresentados no seu primeiro Conceito Estratégico, aprovado a 6 de janeiro de 1950 (NATO, 1949, pp. 1-6).

A incapacidade de os países europeus alcançarem os níveis de força requeridos era notória; ainda assim, a estratégia da NATO era dissuadir a URSS de se expandir para ocidente (Santos, 2008, pp.57-58).

Deste modo, para uma melhor aplicação do primeiro Conceito Estratégico da Aliança, é apresentado o *Strategic Guidance for the North Atlantic Regional Planning*¹⁸ para aplicação dos Grupos Regionais de Planeamento. Este documento apontava como principais ameaças marítimas (NATO, 1950b, pp. 1-8):

- A procura da URSS em chegar às fronteiras marítimas aliadas;

¹⁶ O Tratado de Bruxelas, assinado a 17 de março de 1948, entre a Bélgica, os Países Baixos, Luxemburgo, França e Reino Unido, constitui a primeira tentativa para organizar os estados europeus ocidentais (The Editors of Encyclopaedia Britannica, s.d.a).

¹⁷ Ernest Bevin foi um político inglês, cujo mais relevante cargo foi de Ministro de Negócios Estrangeiros no governo inglês, após-guerra. Destacou-se pela sua forte oposição ao comunismo e por principal impulsionador da NATO (BBC, s.d.).

¹⁸ Tradução: Guia Estratégico para planeamento da região do Atlântico Norte.

- O início de uma ação naval tendo em vista danificar as linhas de comunicação da Aliança, com o posicionamento de submarinos ou de minas a bloquearem portos Aliados.

Para fazer face a estes possíveis atos, a NATO enumera objetivos gerais e específicos para as suas regiões, entre elas o Oeste, o Sul e o Norte europeus, a região do Canadá-EUA e a região do Norte Atlântico. Os objetivos gerais, para além da manutenção do clima de paz, eram também a modernização do equipamento militar, por forma a fazer face à inferioridade numérica comparativamente às forças soviéticas. Relativamente aos objetivos militares navais específicos para a região europeia seriam (NATO, 1950b, pp. 8-12):

- Manter o inimigo fora da sua área de defesa, a Norte e a Leste;
- Cooperar com os restantes grupos na organização das linhas das comunicações;
- Planear operações no Báltico.

Para a região do Oceano Atlântico Norte os objetivos eram:

- Controlar as linhas de comunicação transatlânticas, exaltando para possíveis medidas defensivas ou contraofensivas;
- Preparar planos de defesa para regiões importantes do ponto de vista geográfico e estratégico, como Portugal Continental, Arquipélagos dos Açores e Madeira, juntando a Gronelândia e a Islândia, entre outras.

Para a região Norte Americana e Canadá os objetivos eram planear reforços expeditos, para zonas atacadas, entre outros (NATO, 1950b, pp. 8-12).

As intenções soviéticas eram impossíveis de prever com precisão; no entanto várias considerações foram tomadas, entre elas as considerações militar-navais que apontavam para uma esquadra dos submarinos soviéticos inferior tecnológica e taticamente, mas superior em número. Relativamente à esquadra de superfície, seria

numericamente inferior, com maiores dificuldades de movimentação, comparativamente à esquadra da NATO (NATO, 1950, pp. 12-19).

Aprovado a 1 de abril de 1950, o *The North Atlantic Treaty Organization Medium Term Plan*¹⁹ especificava os planos de defesa da Aliança e o seu propósito seria convencer a URSS que, em caso de ocorrer guerra, a defesa do Atlântico Norte era assegurada. Para atingir este objetivo, era necessário o desenvolvimento militar, juntamente com coordenação política e económica dos membros da Aliança (NATO, 1950a, pp. 1-3).

O documento acima referido apresenta instruções claras a cada força militar. Relativamente às forças navais, as instruções para a construção naval eram a produção de navios do tipo cruzadores, *destroyers*, escoltas e submarinos, com uma produção anual sem limites para uma expansão numérica contínua, a fim de fazer face à larga frota de submarinos soviéticos. Estimava-se que a marinha inimiga iria permanecer com as capacidades que detinha na altura, pois a sua posição geográfica apresentava dificuldades e inúmeros perigos em movimentações marítimas, de um mar para outro. Para os soviéticos, as forças navais de superfície e a aviação naval serviam para proteger os seus flancos e controlar os seus mares, enquanto os submarinos e a sua capacidade de guerra de minas procuravam dissuadir as forças navais aliadas (NATO, 1950a, pp.23-24).

De um ponto de vista geral, a Marinha Soviética apresentava uma reduzida eficiência na manutenção de materiais e uma elevada deficiência tática, dada a sua falta de treino e experiência. No entanto, estas desvantagens também eram reconhecidas pelos soviéticos e estes esforçar-se-iam em mitigá-las (NATO, 1950a, p.24).

O mesmo documento apresenta ainda as operações navais a serem desenvolvidas, por forma a atingir os objetivos desejados. Sendo os flancos das regiões europeias áreas oceânicas, as forças navais aliadas seriam necessárias (NATO, 1950a, pp.59-60):

¹⁹ Tradução: Plano de Médio Prazo da NATO.

- Na proteção do transporte marítimo, ao longo das linhas de comunicação entre as áreas regionais;
- Na defesa das águas costeiras e estreitos;
- Na defesa contra invasão marítima, e realização de operações de minagem e contraminagem;
- Em operações, em caso de necessidade, para fechar possíveis áreas de entrada de submarinos e navios de superfície inimigos.

Para a componente ofensiva das operações marítimas, realça-se (NATO, 1950a, pp.59-60):

- A destruição de navios e de forças navais inimigas, assim como das suas infraestruturas e linhas de comunicação naval;
- O apoio às forças terrestres que defendem a frente oriental;
- A realização de operações contra bases de submarinos inimigas e das suas infraestruturas ou de outras que ameacem a área da NATO.

Em fevereiro de 1952, a adesão de dois novos membros, a Grécia e a Turquia, foi aprovada em Lisboa, adesão esta que precisava de ser refletida no Conceito Estratégico aprovado a 3 de dezembro de 1952 pelo NAC (*North Atlantic Council*). Nesta reunião de Lisboa é também aprovada a meta de forças que constituiriam a estrutura de defesa comum, entre as quais as metas navais que apontavam para forças navais em grandes quantidades até ao fim daquele ano, assim como também a continuação progressiva do seu crescimento durante os anos seguintes (Santos, 2008, p.59).

Com um novo Conceito Estratégico, surge a necessidade de um novo Guia Estratégico, do mesmo modo que o anterior fora revisto e ajustado, por forma a também conter a informação disposta no *The NATO Medium Term Plan*. Por conseguinte, formou-se um documento único, englobando a informação do *Strategic Guidance for the North Atlantic Regional Planning* de 1950 e do *NATO Medium Term Plan*, designado de

*Strategic Guidance*²⁰ aprovado pelo NAC entre 15 e 18 de dezembro de 1952 em Paris (NATO, 2017f, para. 30).

As intenções da Aliança continuavam a ser convencer a URSS de que, em caso de guerra estariam habilitados a proteger o território aliado. Para tal, os aliados deveriam estar prontos para enfrentar as ameaças da URSS ao clima de paz e deveriam manter a exploração dos pontos fracos dos soviéticos. Tinham de assegurar as suas forças militares tecnologicamente superiores face às forças soviéticas, mantendo ainda o seu elevado grau de treino e desenvolvendo novas técnicas de combate, não esquecendo a standardização dos equipamentos e o apoio mútuo entre membros da aliança (NATO, 1952, pp. 1-10).

Do ponto de vista naval, este documento enumera novamente como funções para as forças navais aliadas, a proteção das linhas de comunicação marítima, assim como dos seus principais portos e bases navais. Esta defesa inclui ainda a proteção de águas costeiras e a resposta às ameaças no mar e aéreas, negando ainda espaços possivelmente importantes para a estratégia inimiga. Finalmente, realça a necessidade de estarem prontas para apoiar forças terrestres, raides ou ataques aéreos de larga escala, assim como operações anfíbias. Adicionalmente, as forças aliadas devem empregar navios com capacidade antissubmarina na escolta de comboios de navios mercantes (NATO, 1952, p. 14).

A 17 de dezembro de 1954, o NAC aprova o documento: *The Most Effective Pattern of NATO Military Strength for the next five years*²¹. Tal como o próprio nome indica, este documento concebia a padronização das forças militares aliadas na sua aplicação de força para os cinco anos vindouros. A NATO tinha de se preparar para a defesa de possíveis agressões soviéticas, garantindo a defesa da Europa e a derrota dos Soviéticos. Para além de a NATO, neste documento, enunciar a aplicação do seu poderio nuclear, analisavam-se as capacidades de ataque dos soviéticos e as suas possíveis estratégias; do ponto de vista naval, esperavam-se ofensivas soviéticas, particularmente

²⁰ Tradução: Guia Estratégico.

²¹ Tradução: A Padronização mais efetiva para as forças militares da NATO para os próximos cinco anos.

por submarinos a forças navais, a portos e a navios mercantes aliados, isolando assim a Europa com a destruição das linhas de comunicação atlânticas e mediterrânicas. A NATO sabia que o maior trunfo soviético seria a surpresa e esperavam-se ataques devastadores aos EUA, ao Reino Unido e ao Canadá (NATO, 1954, pp. 1-10).

Perante o exposto neste documento, o Comando Naval da NATO devia assegurar o controlo das áreas marítimas em benefício da Aliança e negar o uso destas por parte do inimigo. Para conseguir este controlo, era necessário garantir a presença de navios aliados no Atlântico e no Mediterrâneo, assegurando o apoio da Europa pelas forças da NATO. Em caso de guerra, este apoio seria essencial, pois iria transportar reforços militares e abastecer a Europa. Tal como referido anteriormente, as forças navais, portos e navios mercantes seriam possíveis alvos de ataques, pelo que as operações navais deviam ter em consideração a eventualidade de ataques atômicos, tomando como possibilidade a existência de importantes portos danificados, havendo necessidade de exercer as mesmas funções com portos secundários ou improvisados, como em praias (NATO, 1954, pp.10-15).

Em 1955 apresentava-se um novo documento, designado: *A Padronização mais efetiva para as forças militares da NATO, para os próximos anos*, onde a aliança apresenta os resultados dos seus estudos sobre as capacidades militares soviéticas, entre outras informações que iriam afetar os planos de segurança nacionais. Estimava-se que em meados de 1957 os soviéticos possuíssem 33 cruzadores e 160 destroyers, apoiados por uma forte aviação naval, escoltas, navios patrulha e navios de minas. Já quanto ao número de submarinos, este rondaria os 500, dos quais 350 seriam modernos, capazes de carregar torpedos ou minas e possivelmente mísseis guiados. Para além da ameaça soviética, a NATO divulgava as suas principais intenções para a marinha aliada, tais como (NATO, 1954, pp. 1-10):

- Conduzir operações ofensivas que suportavam e apoiavam os seus objetivos futuros;

- Estabelecer uma linha de defesa avançada, fazendo face à incursão de submarinos e frotas de superfície vindas das bases soviéticas do Ártico, do Báltico e do Mar Negro;
- Proteger e manter o fluxo de navios nas áreas da NATO;
- Proteger os espaços marítimos fulcrais às suas operações;
- Apoiar as forças aliadas;
- Fazer face a ameaças anfíbias e de superfície por parte do inimigo.

“*The most effective strategy to control sea areas vital to NATO and to deny the seas to the Soviets would be to remove at source*”²². O sucesso das forças navais aliadas em cumprir as intenções delineadas dependia, em grande parte, da destruição das forças inimigas e das suas bases. As operações ofensivas seriam conduzidas pelo *Supreme Allied Commander Atlantic*²³ (SACLANT) e pelo *Supreme Allied Commander Europe*²⁴ (SACEUR). O primeiro empregaria a sua frota no ataque a bases navais soviéticas e na neutralização de qualquer ameaça de superfície e anfíbia. Por sua vez, o SACEUR aplicaria a sua frota em defesa de operações aéreas, como suporte em batalhas em terra e participando em operações de interdição marítima (NATO, 1955, pp. 1-10).

Por forma a aumentar as capacidades da NATO e assegurar o seu sucesso na guerra, são apontados planos específicos para as forças navais aliadas, entre eles (NATO, 1955, pp.11-12):

- Assegurar a capacidade de negar a saída de navios soviéticos do Báltico e do Mar Negro;

²² Tradução: “A estratégia mais eficaz para o controlo das áreas marítimas vitais para a NATO e para negar o mar aos soviéticos seria cortar o mal pela raiz”

²³ Tradução: Comandante Supremo Aliado do Atlântico.

²⁴ Tradução: Comandante Supremo Aliado Europeu.

- Assegurar suporte logístico e providenciar bases móveis;
- Desenvolver novas técnicas de detecção e novas armas;
- Manter as comunicações sem deficiências, providenciando quartéis gerais de emergência;
- Criar novos e mais dispersos pontos de descarga para navios mercantes;
- Desenvolver acordos entre os aliados, por forma a haver forças navais preparadas em caso de ataque iminente;
- Desenvolver métodos para uma rápida defesa a navios mercantes, em caso de estes serem vítimas de ataques;
- Incrementar patrulhas por parte de navios de minas e aeronaves, na fase inicial da guerra;
- Dispersar forças navais em tempo de paz, dentro e a partir de áreas alvo.

A NATO garantia, no entanto, que o comité militar iria continuar a analisar a padronização das forças navais, garantindo que estas se manteriam adiantadas relativamente aos novos desenvolvimentos (NATO, 1955, pp.11-12).

Em 1956 a crise do Suez²⁵ enfraqueceu a Aliança, demonstrando que havia falta de coesão interna, levando o NAC a nomear três ministros de Negócios Estrangeiros, Gaetano Martino (Itália), Halvard Lange (Noruega), e Lester Pearson (Canadá), para estudar o alargamento da cooperação e das consultas políticas no seio da Aliança.

²⁵ A Crise do Suez iniciou-se com Israel a declarar guerra ao Egipto. Israel tinha do seu lado a França e o Reino Unido por ambos utilizarem este Canal, que permitia um fácil acesso ao comércio oriental. Tal declaração de guerra deveu-se sobretudo ao facto de o presidente do Egipto ter nacionalizado o canal em análise, cujo controlo estava a cargo dos ingleses. Desta forma, Israel ficaria com o seu acesso negado ao Mar Vermelho. Em gesto de resposta, em 29 de outubro, a invasão do Egipto por parte de forças israelitas e anglo-francesas levou os soviéticos a ameaçarem intervir em nome do Egipto e os EUA pressionaram os seus Aliados ingleses e franceses a concordarem com este cessar-fogo (History, s.d. b).

Designados por *three wise men*²⁶, apresentaram um relatório em dezembro de 1956, onde salientaram aspetos como (Santos, 2008, pp.60-62):

- Os países membros deviam informar o NAC das suas intenções, caso estas influenciassem a Aliança;
- Na eventualidade da existência de disputas que não pudessem ser resolvidas nas instâncias previstas, estas seriam submetidas ao Secretário-geral da NATO.

Com o novo conceito estratégico baseado em ideias de maior flexibilidade na resposta da Aliança e com o despertar para as atividades soviéticas nas áreas não NATO²⁷, a 6 de abril de 1957, o Comité Militar aprova as medidas a serem tomadas para a sua aplicação. Este documento apresentava a necessidade de manter as linhas de comunicação navais seguras, destruindo as forças inimigas que as ameaçassem, na eventualidade de hostilidades soviéticas (OTAN, 1957, pp. 4-10). Juntamente a esta diretiva, o documento *Measures to implement the Strategic Concept* voltava a incluir a necessidade de controlo das áreas marítimas vitais para a aliança, garantindo a supremacia no mar e a manutenção da capacidade de apoiar operações em terra e no ar, mantendo especial atenção às incursões de submarinos soviéticos (NATO, 1957, pp. 2-11).

Em 1965, o NAC iniciou uma análise exaustiva aos acontecimentos internacionais que ocorreram desde a assinatura do tratado, a fim de analisar as tarefas futuras. O resultado desta análise ficou conhecido como o Relatório *Harmel*, apresentado em 1967, que apontava o estabelecimento de políticas de defesa fundamentais em aspetos militares e políticos, salientando ainda a necessidade de a Aliança ter uma capacidade de se adaptar às mudanças. Esta capacidade engloba a necessidade de relações internacionais mais estáveis, por forma a alcançar uma paz justa e duradoura na Europa. Por fim, definia duas tarefas (NATO, 1992a, p.73):

²⁶ Tradução: três homens sábios

²⁷ A Revolução Húngara, em 1956, foi um claro exemplo da incursão soviética para áreas não-NATO. A referida revolução popular foi levada a cabo pelos populares contra as políticas impostas pelo governo da República Popular da Hungria e pelos soviéticos (The Editors of Encyclopaedia Britannica, 2018a).

- Defender as áreas mais expostas, especialmente o Mediterrâneo;
- Formular propostas para a redução equilibrada de forças e armamento de ambos os lados.

Foi também estabelecido um plano de 5 anos para as forças aliadas, com datas de implementação entre 1968 e 1972, juntamente com a criação da *Standing Naval Force Atlantic*²⁸ (STANAVFORLANT) e da Força Naval *on-call* para o Mediterrâneo, com vários navios de guerra e de várias nacionalidades. O Relatório *Harmel* apresentava também dois aspetos importantes (NATO, 1999, p. 49):

- A atitude perante problemas internacionais, que embora fora da área definida pelo tratado, não deixava de afetar a segurança da aliança;
- A consideração da posição política da Aliança pelo papel desempenhado na redução de armas.

Perante o comunicado do encontro de Ministros, em dezembro de 1967, a NATO expressa ter chegado à sua nova estratégia de defesa, fundamentada no conceito estratégico de 1956 que, baseado na flexibilidade de resposta aos diversos níveis de ameaça, objetivava a preservação de paz e, em caso de guerra, visava assegurar a segurança no espaço do Tratado (NATO, 1967, para. 12).

Em janeiro de 1968 era apresentado o novo conceito estratégico pela Aliança, no qual o objetivo se mantinha: preservar a paz e providenciar segurança à área do tratado, objetivo que, para ser alcançado, requeria uma política dissuasora credível. A Aliança esperava que a URSS procurasse adquirir vantagem militar face aos aliados através do incremento do seu poderio naval, dispondo as suas forças navais gradualmente espalhadas pelo mundo. O incremento do poderio naval soviético levaria à realização de operações em águas estritamente da NATO, diretamente contra as suas forças militares e mercantes e as suas linhas de comunicação. Para tal, os aliados requerem forças navais com altos padrões de prontidão sob a sua liderança, para fazer face a eventuais agressões;

²⁸ Tradução: Força Naval Permanente do Atlântico

paralelamente pedem uma reserva de forças treinadas, equipadas e prontas a serem mobilizadas (NATO, 1968, pp. 1-13).

O documento adjacente - *Measures to Implement the Strategic Concept for the Defence of the NATO Area* (MC 48/3) foi aprovado em dezembro de 1969, novamente com o mesmo objetivo de manutenção de paz, servindo este para providenciar medidas de resposta da Aliança a eventuais crises; de acordo com o conceito estratégico em vigor, a NATO aponta a necessidade de (NATO, 1969b, pp. 1-8):

- Analisar as capacidades soviéticas e as suas possíveis ações e operações, assim como a capacidade de um aviso antecipado de ataque;
- Existirem forças navais com um elevado grau de prontidão, de eficácia e grande capacidade de mobilidade;
- Se realizarem exercícios que servissem como um pré-alerta das necessidades de implementação nas forças para incrementar a eficácia e prontidão da Aliança.

Relativamente às forças militar navais da Aliança, com diferentes graus de prontidão, estas deveriam apresentar uma constante capacidade de resposta, mediante a missão que desempenhavam. Entre as várias forças, as forças de reação imediata e de reforço da NATO requeriam multinacionalidade, demonstrando a sua solidariedade e um balanço entre a sua capacidade militar e a sua necessidade de se adaptar a eventuais planos de contingência, por forma a aumentar a capacidade de dissuasão (NATO, 1969b, pp. 1-8).

Este documento enumera também 5 regiões geográficas particularizando, para cada uma delas, a sua importância estratégica. Em três destas cinco regiões é referida a importância do oceano ou mar que as rodeia, e a quarta região é constituída pelas áreas marítimas. Desta forma, as cinco regiões são (NATO, 1969b, pp. 10-14):

- A região norte do Comando Aliado Europeu (ACE) compreendida entre o Mar de Barents e o Mar da Noruega, a Norte e o Mar Báltico, a Sul. É referida como uma região, cujas fronteiras são de possível utilização da Aliança para ofensivas

nucleares pelo mar, assim como a utilização destas para controlar o acesso soviético ao Oceano Atlântico. É uma região que permite facilidades de aviso antecipado dada a sua cobertura estratégica. É referido como essencial o controlo e vigilância das fronteiras a Norte desta região, por ser um ponto de acesso ao Atlântico Norte, para uma fundamental defesa das linhas de comunicação aliadas. Este controlo e vigilância permite ainda o aviso antecipado do emprego de submarinos inimigos limitando, assim, o seu acesso ao Oceano Atlântico. Relativamente à fronteira a Sul, no Báltico, o controlo de entradas deste mar inibe os soviéticos de realizarem operações anfíbias na área e facilitam as ofensivas aliadas.

- A região central do ACE tem uma posição que constitui o coração político e industrial europeu e é constituída pelas regiões que encaram o Pacto de Varsóvia.
- A região do sul do ACE é a barreira entre o Pacto de Varsóvia e o Mediterrâneo, onde as linhas de comunicação da Aliança são de elevada importância. Por sua vez, a Grécia e a Turquia são o principal obstáculo para os Soviéticos não conseguirem chegar ao Mediterrâneo, constituindo ainda uma boa base para operações contra o flanco sul do inimigo, sendo que a Turquia também representa uma barreira para os Soviéticos alcançarem o Médio Oriente. Relativamente ao Mar Mediterrâneo, este apresenta uma grande importância para a Europa, permitindo-lhe realizar trocas comerciais com o resto do mundo, assim como também possibilita o apoio da América do Norte ao sul europeu. O controlo do Mediterrâneo é, assim, essencial para as forças navais aliadas usarem a sua intrínseca flexibilidade. Por sua vez, o Mar Negro providencia aos soviéticos bases navais e portos, o que aumenta, assim, o nível de ameaça naval soviética no Mediterrâneo. Conseguir negar o seu uso permitiria aos aliados prevenir possíveis ofensivas anfíbias por parte das forças do Pacto de Varsóvia.
- As áreas marítimas, entre as quais o Oceano Atlântico, que representa a linha de comunicação mais importante da Aliança. É a partir do qual a aliança pode suportar operações terrestres e consegue ainda realizar o seu principal objetivo de dissuasão. Quanto ao Pacto de Varsóvia, este serve para posicionar submarinos

nucleares que possam atacar alvos em terra ou as forças navais ofensivas da NATO. Outras áreas marítimas são referidas, como a região marítima da Islândia, Gronelândia, ilhas britânicas e Canal Inglês, conjugado ao Mar do Norte; todas estas regiões, devido ao seu posicionamento geográfico, possibilitam áreas de avisos antecipados, com participação de forças de *Antisubmarine Warfare*²⁹ (ASW), entre outras estratégias. Outra região marítima é a portuguesa e respetivas ilhas atlânticas, que mais uma vez, dado o seu posicionamento, constituem uma importante base para a defesa das linhas de comunicação atlânticas, assim como para o reconhecimento de aproximações ao Mediterrâneo. É, ainda, uma zona que facilmente apoia a região central do ACE.

- A região norte americana, por sua vez, possui a capacidade ofensiva da Aliança, constituindo a sua principal fonte de dissuasão.

Este documento apresenta um conjunto de informação relevante sobre a importância de cada área da Aliança; para além disso, é também apresentado o conjunto de tarefas gerais e para cada região, assim como para as suas forças militares.

Relativamente às tarefas para as forças navais sob comando do ACE, estas deviam (NATO, 1969b, pp. 20-21):

- Atuar numa visível união e solidariedade, por forma a desencorajar e contrariar as ações navais soviéticas, assegurando os princípios de liberdade no mar e da lei internacional;
- Conduzir operações marítimas que assegurassem o controlo das áreas marítimas, a manutenção das linhas de comunicação marítimas, interromper ou destruir navios de mercadorias inimigos e proteger os aliados com especial ênfase na proteção das linhas de comunicação do Mediterrâneo, do Mar do Norte e da entrada do Báltico;

²⁹ Tradução: luta antissubmarina.

- Conduzir operações navais em áreas marítimas adjacentes ao norte da Noruega (coordenadas com o SACLANT), no Oeste do Báltico e áreas centrais deste, no Mar Negro e no Mediterrâneo. Para as regiões do Báltico deviam ser conduzidas operações aéreas e de submarinos;
- Apoiar ações terrestres e aéreas com operações tanto navais, como aeronavais e anfíbias;
- Conduzir operações anti trânsito, contendo e destruindo as forças navais inimigas, prevenindo a passagem destas para mar aberto, particularmente no Báltico, no Mar Negro e no Estreito de Gibraltar;
- Implementar operações de defesa dos navios de mercadorias aliados;
- Conduzir operações de contraminagem para acesso seguro a portos e fundeadouros;
- Defender os territórios e ilhas NATO contra ataques vindos do mar;
- Conduzir operações anfíbias para assegurar e recuperar posições militares importantes;
- Aplicar pressão no mar contra navios mercantes, pesqueiros e navios oceanográficos soviéticos, como forma de responder ao *harassment* do Pacto de Varsóvia;
- Providenciar suporte logístico às forças baseadas em terra.

Relativamente às tarefas gerais e específicas para as forças do ACLANT, estas baseavam-se no objetivo de controlar o Atlântico Norte, fundamentando ser primordial para a sobrevivência dos membros Europeus. A superioridade naval permitiria às forças navais e aos submarinos com capacidade de lançar mísseis balísticos, conduzir ataques contra bases militares inimigas. Deste modo, denota-se que as tarefas para as forças do Atlântico diferem das forças sob o Comando Europeu; para estas, as tarefas não são especificadas para cada região, uma vez que o Pacto de Varsóvia consegue efetuar ações

que afetam esta área por completo. A implementação destas varia com o tipo de agressão, com a área de operações, entre outros fatores. No entanto, tarefas mais gerais são apresentadas, como (NATO, 1969b, pp. 22-24):

- Atuar numa visível união e solidariedade, por forma a desencorajar e contrariar as ações navais soviéticas, assegurando os princípios de liberdade no mar e da lei internacional;
- Conduzir operações marítimas que assegurem o controlo das áreas marítimas, a manutenção das linhas de comunicação marítimas, interromper ou destruir navios de mercadorias inimigos e proteger os aliados;
- Apoiar operações em terra que esteja adjacente à área do ACLANT, com particular realce ao flanco norte do ACE, com assaltos anfíbios, apoio administrativo, entre outras medidas ofensivas e defensivas;
- Prevenir a passagem de forças de superfície e subsuperfície para regiões de mar aberto, conduzindo operações anti trânsito;
- Implementar operações de defesa dos navios de mercadorias aliados;
- Conduzir operações de contraminagem para acesso seguro a portos e fundeadouros, assim como operações de minagem;
- Afundar ou destruir forças navais inimigas com especial atenção a submarinos com mísseis balísticos e bases navais e aéreas;
- Formar uma defesa avançada no mar contra ofensivas aéreas, de superfície e subsuperfície soviéticas, para defesa de territórios aliados;
- Conduzir operações anfíbias para assegurar e recuperar posições militares importantes;

- Aplicar pressão no mar contra navios mercantes, pesqueiros e navios oceanográficos soviéticos, como forma de responder ao *harassment* do Pacto de Varsóvia;
- Providenciar suporte logístico às forças baseadas em terra.

Também são apresentadas tarefas e aspetos importantes sobre a zona do *Allied Command Channel* (ACCHAN), cuja área marítima é bastante confinada e vulnerável a ataques aéreos, de submarinos e de implementação de minas. No entanto, as tarefas, tal como acontece com as do ACLANT, são vulneráveis ao tipo de ameaça, e também idênticas, com a particularidade de algumas não se aplicarem. Relativamente à área norte-americana, esta não possui um comando NATO e os seus planos de defesa são desenvolvidos nacionalmente e bilateralmente pelos dois países concernentes: os EUA e o Canadá. No entanto, a missão desta região é a manutenção da segurança da mesma (NATO, 1969b, pp. 24-26).

Perspetivava-se que a década de 1970 seria marcada pelo início de conversações entre a NATO e o Pacto de Varsóvia, assim como por um acalmar da tensão Este-oeste da Alemanha. As capacidades navais da Aliança, perante o exposto no *Alliance Defense for the Seventies*, deviam dar especial atenção às forças antissubmarinas, exortando, em vários documentos, para o reforço de vigilância marítima e submarina e para a substituição dos navios mais antigos. Perante o exposto pelos relatórios de Ministros, denotava-se um crescente reforço nas forças soviéticas, havendo também a necessidade de um reforço aliado, não apenas nos seus meios como também nas suas capacidades de resposta (NATO, 1970a, para. 6 e 9).

“If the Alliance is to maintain the ability to cope with the emerging threat at sea, and to protect the sea lines for the timely reinforcement and resupply of

Europe, it is imperative that the rate of improvement of NATO's maritime forces be increased.”³⁰

(NATO, 1977, para. 8)

A invasão soviética do Afeganistão³¹, em 1979, instalara internacionalmente um clima de instabilidade; desta forma a NATO concordara, em Conselho de Ministros, que mais do que nunca era necessária solidariedade, coesão e não redução de forças em toda a região do tratado. Neste mesmo conselho foi realçada a importância estratégica do Mediterrâneo e a necessidade de fortalecer a defesa dos países membros no flanco sul (NATO, 1980, para.5-11).

A década de 1980 foi marcada pela instabilidade das negociações entre os dois polos mundiais com capacidade nuclear. Apenas a meio da década, em 1985, Gorbachev³², na liderança da URSS, iniciou conversações com Reagan³³, o então presidente dos EUA, alcançando no final de 1987 o importante conceito da NATO para o controlo do armamento. É ainda em maio de 1989 que, na declaração do Conselho de Ministros e Chefes de Estado, é apresentada a nova política geral da Aliança assim como os objetivos militares. A 9 de novembro deu-se a queda do muro de Berlim e com ele o fim da Guerra Fria (Santos, 2008, pp.79-83).

A Aliança entrava na década de 1990 com um dilema: “ou o desaparecimento ou a transformação”, uma vez que esta foi criada para fazer frente à ameaça soviética. Face à sua vontade de sobreviver, a Aliança optou pela transformação; enfrentava uma nova era, em relação à qual tinha de se adaptar; neste sentido, preparava uma nova estratégia

³⁰ Tradução: “Se a Aliança pretende manter a sua capacidade de lidar com as ameaças emergentes no mar e proteger as linhas marítimas para o reforço oportuno e reabastecimento da Europa, é imperativo que a taxa de melhoria das forças marítimas da NATO seja aumentada.”

³¹ A Guerra do Afeganistão, em pleno período da Guerra Fria, foi um confronto que envolveu diretamente as tropas da União Soviética, com esta a apoiar as tropas do governo marxista, da República Democrática do Afeganistão, contra grupos de guerrilha de várias nacionalidades. A invasão ocorreu a 24 de dezembro de 1979 (Witte, 2018).

³² Gorbachev Líder da União Soviética, no período de 1985 a 1991 (The Editors of Encyclopaedia Britannica, 2018b).

³³ Reagan foi o 40º Presidente dos Estados Unidos da América, no período de 1981 a 1989 (The Editors of Encyclopaedia Britannica, 2018c).

militar, com uma presença avançada reduzida, ao invés de uma defesa avançada, e em oposição à resposta flexível, apresentava uma redução de aplicação de armas nucleares (Santos, 2008, pp.84-87).

“The monolithic, massive and potentially immediate threat which was the principal concern of the Alliance in its first forty years has disappeared. On the other hand, a great deal of uncertainty about the future and risks to the security of the Alliance remain.”³⁴

(NATO, 1991, para. 5)

A Aliança, com o seu novo Conceito Estratégico, apresentado em novembro de 1991, retrata o novo ambiente vivido no mundo após Guerra Fria, assim como os desafios e riscos a que estava sujeita. Apesar de viver um novo ambiente, o seu objetivo de salvaguardar a liberdade e segurança de todos os membros mantinha-se. As tarefas fundamentais para a Aliança, nesta época eram (NATO, 1991, para. 20):

- Manter a sua capacidade militar suficiente para prevenir a guerra e para providenciar uma defesa efetiva, em caso de necessidade;
- Proporcionar um ambiente de estabilidade e segurança na Europa;
- Proporcionar, conforme previsto no artigo 4º do seu tratado fundador, um fórum transatlântico, para consulta entre aliados sobre interesses vitais para o espaço aliado;
- Impedir qualquer ofensiva contra o espaço aliado e defendê-lo;
- Preservar o equilíbrio estratégico na Europa.

A segurança na Europa era um objetivo fundamental para a Aliança, mas, como vimos, encontrávamo-nos numa época cuja diversidade de desafios requeria uma

³⁴ Tradução: “A ameaça monolítica, maciça e potencialmente imediata, que foi a principal preocupação da Aliança nos seus primeiros quarenta anos, desapareceu. Por outro lado, uma grande incerteza sobre o futuro e os riscos para a segurança da Aliança permanecem.”

abordagem ampla da segurança. Para tal, são considerados três elementos que reforçam a política de segurança: o diálogo, a cooperação e a manutenção de uma capacidade de defesa coletiva; relativamente às diretrizes para as forças armadas, o novo conceito estratégico apresentava duas mudanças ao seu tamanho, disponibilidade e prontidão (NATO, 1991, para. 45):

- O tamanho geral das forças aliadas seria reduzido, assim como a sua prontidão;
- A distribuição geográfica das forças, em tempo de paz, assegurava uma presença militar suficiente em todo o território da Aliança, não descorando, sempre que necessário, a implantação de forças apropriadas.

Apesar de o nível militar ser reduzido, tanto numericamente como em prontidão, a necessidade de desempenhar um papel efetivo na gestão de crises e no combate contra agressões mantinha-se; desta forma, a Aliança anunciava alguns requisitos para as suas forças armadas, entre eles (NATO, 1991, para. 40-43):

- Incluir nas forças militares elementos de reação imediata e rápida, em proporções adequadas e capazes de responder a uma ampla gama de eventualidades, muitas das quais, imprevisíveis;
- Estruturar as forças militares, por forma a garantir a aplicação das suas capacidades militares, quando necessário e na proporção adequada;
- Desenvolver procedimentos e estruturas das forças, de forma a obter respostas imediatas, flexíveis e atempadas.

Perante os requisitos para as forças armadas aliadas, as forças navais, devido à sua capacidade de mobilidade e flexibilidade, assegurariam o controlo e a segurança das linhas de comunicação aliadas, apoiariam operações anfíbias e implantariam uma dissuasão nuclear no mar (NATO, 1991, para. 48).

O processo de transformação política e estratégica ficou definido após a Cimeira de Roma, onde os Chefes de Estado e de Governo tornaram pública a Declaração de Roma para a Paz e Cooperação assim como também o Novo Conceito Estratégico. Era

necessária uma reestruturação militar para aplicação do plano de redução de forças e o incremento da sua mobilidade, flexibilidade e adaptação. Neste sentido, os *Major NATO Commands* (MNC) passaram de três para dois - o ACE e o ACLANT - desaparecendo o ACCHAN, com as suas missões e responsabilidades delegadas a diferentes comandos do SACEUR (Santos, 2008, pp. 90-99). Foram também feitas reestruturações às categorias das forças, com as forças de reação imediata, forças de reação rápida e forças de *Long Term Build Up Forces*. Porém, esta nova estrutura militar entrou em vigor apenas em julho de 1994 (NATO, 1999, pp. 60-61).

O início da década de 1990 foi marcado pela crise da antiga Jugoslávia³⁵, uma crise que constituía uma ameaça à paz e à segurança internacional; desta forma, as Nações Unidas apresentam, em setembro de 1991, a Resolução 713 e em maio de 1992 a Resolução 757. Assim, a NATO direciona as suas operações navais no Mediterrâneo; a *Standing Naval Force Mediterranean* (STANAVFORMED), em cooperação com a União da Europa Ocidental (UEO), devia garantir o cumprimento do disposto nas Resoluções anteriormente referidas (NATO, 1992b, para. 1).

Posteriormente, em novembro de 1992, a ONU apresentava a Resolução 787, dada a situação na República Bósnia e Herzegovina que apresentava uma ameaça à paz, havendo necessidade de apoio humanitário no local, sendo este um elemento importante à reconstrução do clima de paz e segurança na região. Neste sentido, a NATO acrescentava, ao seu anterior depoimento, a disposição em garantir o cumprimento desta Resolução, assim como das anteriormente expostas (NATO, 1992b, para. 2).

Em junho de 1992, a UEO começou a adaptar-se às mudanças mundiais, apontando uma lista de potenciais missões que poderiam ser assumidas, designadas como missões de Petersberg essencialmente de carácter humanitário, de evacuação de cidadãos, ou de manutenção da paz (UE, 2016).

³⁵ O conflito da antiga Jugoslávia é o nome dado à série de conflitos armados ocorridos entre 1991 e 2001, no território da antiga República Socialista Federativa da Jugoslávia. As naturezas destes conflitos eram principalmente étnicas, em áreas maioritariamente habitadas por sérvios (BBC, 2016).

Neste sentido, os governos de Espanha, França, Itália e Portugal anunciaram a sua intenção de criar uma força naval multinacional, sendo que, a 15 de maio de 1995, foi assinado, em Lisboa, o documento de constituição da *European Maritime Force* (EUROMARFOR) (EUROMARFOR, 2015, para. 1).

A Cimeira de Bruxelas, em janeiro de 1994, representou um “ponto de viragem histórica na vida da nossa Aliança”, refere Manfred Worner³⁶(NATO, 1994, p.2), pois nela foram tomadas várias decisões, entre elas a adaptação das estruturas políticas e militares. Neste sentido, a NATO, conforme o disposto no seu último Conceito Estratégico, tornava as suas forças mais flexíveis e a sua aplicação mais eficaz na gestão de crises e nas missões de manutenção de paz e outras, aprovando a criação das *Combined Joint Task Force* (CJTF) (Santos, 2008, pp. 97-98).

Em julho de 1997, a Aliança afirmava, na Cimeira de Madrid, a necessidade de rever o seu Conceito Estratégico. Neste sentido, a Cimeira de Washington, em 1999, destacou uma realidade já existente deste 1991: a gestão de crises e conflitos era agora a justificação para a sua existência, uma vez que a ameaça comunista desaparecera (Santos, 2008, pp. 111). Paralelamente, a Aliança propunha-se manter um clima de estabilidade e segurança na área euro-atlântica, desenvolver parcerias com outros países, assim como progredir para a permanente abertura a novos membros, o controlo de armas, desarmamento e a colaboração com outras organizações internacionais (Santos, 2008, pp.132-133).

A componente naval da Aliança apresentava agora um período de estagnação; a NATO atingira uma dimensão política mais visível, enquanto a parte militar estava agora mais orientada para operações de paz (Bacelar, 2010, p. 24).

Durante cerca de uma década, a Aliança foi-se convencendo que as ameaças externas tinham desaparecido. Porém, a 11 de setembro de 2001 tudo mudou. Os atentados em pleno coração da maior potência mundial alertaram a Aliança para o

³⁶ Manfred Worner foi o 7º Secretário-geral da NATO, entre 1988 a 1994 (NATO, 2009a).

surgimento de um novo desafio à segurança internacional. Desde esta data que as ameaças assimétricas constituem um tema central nas sociedades ocidentais, procurando descobrir a sua origem e motivação, a fim de mitigá-las. Os EUA trataram este ataque como um ato de guerra, tendo o artigo 5º sido invocado pela primeira vez na história da Aliança (Santos, 2008, pp. 192-194).

1.2.A evolução das operações e exercícios navais da Aliança

Na fase inicial da Aliança, em dezembro de 1949, as capacidades navais da NATO eram reduzidas, mas com o tempo e perante as necessidades, estas aumentaram, não só em número, como também em capacidade de combate. Em dezembro de 1951, o número de navios estimava-se alcançar aproximadamente os 700, no entanto a comparação de números não espelha uma verdadeira imagem da capacidade de combate. É a partir desta data que o treino das unidades navais aliadas é desenvolvido com uma série de atividades, em que as forças da Aliança começavam a criar coesão entre si e incrementavam a sua capacidade de defesa perante ofensivas soviéticas assim como também melhoravam o suporte logístico (NATO, 2001b, para. 7).

Estas atividades desenvolvidas durante o período da Guerra Fria tinham uma natureza de defesa, ataque e contra-ataque, com o objetivo principal de desenvolver capacidades de defesa das linhas de comunicação da Aliança, sendo esta uma das principais preocupações da NATO neste período. Assim, este período foi marcado por uma panóplia de exercícios navais onde as forças aliadas desenvolveram a sua capacidade interoperável, fortalecendo a sua coesão.

Entre os exercícios desenvolvidos, o *Mariner* ocorreu no Verão de 1953, com o SACLANT, o SACEUR e os Comandos do Canal Inglês contribuindo com as suas forças; no total, o exercício contou com as capacidades militares de nove países e com diferentes tipos de navios. Teve uma duração de dezanove dias, em que foram desenvolvidas as capacidades de proteção de comboios de navios, de controlo e de ataque da frota aliada em águas nórdicas. Desta forma, no final deste ano, assumiu-se uma melhoria na capacidade de interoperabilidade dos navios da Aliança (NATO, 2001b, para.18).

Na década de 1960 deu-se um desenvolvimento na capacidade de ataque nuclear em resposta aos avanços das unidades navais soviéticas para o Mediterrâneo. Desta forma, a prontidão operacional e a eficácia das *Naval Striking and Support Forces Southern Europe* (STRIKFORSOUTH) aumentaram, dada a frequente condução de exercícios de treino para lançamento de ofensivas nucleares, impulsionando significativos avanços nas comunicações entre navios, assim como na capacidade de seguimento do alvo destes (STRIKFORNATO,[s.d.], para.6).

As décadas de 1970 e 1980 foram marcadas pelo planeamento e condução de exercícios anfíbios de larga escala, mantendo os elevados padrões de prontidão das forças navais da Aliança para uma rápida projeção de forças. Esta capacidade apresentava-se cada vez mais como um importante fator, dada a crescente presença de forças navais soviéticas no Oeste do Mediterrâneo e no Atlântico. Este avanço militar soviético preocupava a Aliança e era necessário possuir forças militares capazes de defender e apoiar regiões, que poderiam ser vítimas de uma ofensiva soviética. Desta forma, o SACLANT anunciou a realização de um exercício de larga escala, como o *Strong Express*³⁷, com vista a incrementar a capacidade de resposta rápida em tempo de emergência (NATO, 1972, para. 7-8).

Conforme já referido, o fim da Guerra Fria levou a NATO a uma mudança profunda na sua organização e finalidade, sendo que surgiram outros conflitos nas suas fronteiras; desta forma foram desenvolvidas operações navais com novos objetivos.

A principal função da Aliança continuava a ser a defesa coletiva; no entanto, a ameaça ao clima de paz e segurança da Europa estava mais complexa no período que sucedeu a Guerra Fria. Deste modo, o Conselho de Ministros, de maio de 1994, refere a sua intenção de possuir forças e estruturas que consigam assegurar a defesa coletiva e desenvolver missões de estabelecimento de paz. Neste sentido, programavam-se

³⁷ Até à data, o maior exercício conjunto, entre forças navais, terrestres e aéreas ocorreu em setembro de 1972, envolvendo 350 navios e 65,000 homens de 12 países membros da Aliança. O objetivo principal seria conduzir vários exercícios anfíbios, a fim de treinar as forças para responder a eventuais ofensivas soviéticas (U. S. S. LITTLE ROCK Association, 2016).

exercícios navais para desenvolver as capacidades das suas forças navais em estabelecer a paz (NATO, 1994b, para. 5).

Assim, foram propostos vários exercícios navais para 1995, desde seminários logísticos, a exercícios no Mar do Norte, no Mar Negro, no Báltico e no Mediterrâneo. Estes focariam cenários diversos, desde luta antissubmarina, a guerra de minas, a cooperação aeronaval, a exercícios para manutenção de paz, de busca e salvamento, de embargo, entre outras (NATO, 1994a, para. 29).

Com o fim da Guerra Fria, para além dos diversos exercícios foram realizadas as seguintes operações navais:

1.2.1. Operação SOUTHERN GUARD

Sendo que esta foi a 1ª operação naval e também a 1ª operação da NATO desde a sua criação, desenvolvida no período da Guerra do Golfo, sob comando das *Allied Forces Southern Europe* (AFSOUTH), e pretendia prevenir que este conflito se estendesse para a sua região e ameaçasse os interesses aliados (JFC Nápoles, [s.d. a], para. 1).

Desta forma, a *Standing Naval Force Channel* (STANAVFORCHAN) inicia a sua atividade no Mediterrâneo em fevereiro de 1991, acompanhada por navios da *Naval on-call Force Mediterranean* (NAVOCFORMED). No total, a força era constituída por quatro navios combatentes, dois auxiliares, cinco navios caça minas e um reabastecedor, acompanhados por dois navios da NAVOCFORMED. A STANAVFORCHAN conduziu várias operações de prevenção de minas, assim como várias forças nacionais francesas, italianas, alemãs, entre outras pertencentes à Aliança e sob coordenação da NATO. Paralelamente, várias *Maritime Patrol Aircraft* (MPA) também foram aplicadas nesta operação, patrulhando a região do Mediterrâneo (JFC Nápoles, [s.d. a], para. 4-9).

Os resultados desta operação foram positivos, não havendo atos hostis contra a NATO, neste período; conforme refere o General John Galvin, o então SACEUR: A operação SOUTHERN GUARD. "...the symbol of the new emerging NATO strategy of

flexibility, multinationality and the capability to act in a crisis”³⁸ (JFC Nápoles, [s.d. a], para. 13).

1.2.2. Operação SHARP GUARD

Com o fim da Guerra Fria e com o surgir da crise da ex-Jugoslávia (Sérvia e Montenegro), o Presidente da Comissão Europeia tornou claro que aquele era um assunto que competia aos europeus resolver em conjunto com os EUA. Desta forma, com a reunião de ministros da Aliança, em Helsínquia, em 10 de julho de 1992, discutiu-se a participação da Aliança nas missões conjuntas com a União Europeia, apoiando as suas resoluções do conselho das Nações Unidas. Assim, em 16 de julho de 1992, a então Força Naval Permanente do Mediterrâneo deveria conduzir operações de vigilância do tráfico marítimo comercial nas águas internacionais do Mar Adriático (JFC Nápoles, [s.d. c], para. 2-4).

Esta operação tomou o nome de MARITIME MONITOR e foi desenvolvida em paralelo com a operação SHARP VIGILANCE, da União Europeia. A operação MARITIME MONITOR terminou em 22 de novembro de 1992, com as suas forças a iniciarem o apoio para a aplicação da Resolução 787, que as forças da União Europeia já estavam a impor, numa operação designada de SHARP FENCE. Todos os navios que passavam nas águas territoriais da ex-Jugoslávia eram alvo de inspeção, verificando as suas cargas e destinos. Mais tarde, com a aprovação da Resolução 820, esta atividade de vigilância era fortalecida com a autorização do uso de força, em caso de necessidade, para atingir os mesmos fins, começando as forças da Aliança a aplicá-la em 29 de abril de 1993 (JFC Nápoles, [s.d. c], para. 5-10).

Com a existência de duas operações separadas e com o mesmo fim, a NATO e a União Europeia juntaram-se, desenvolvendo a operação SHARP GUARD, que teve início a 15 de junho de 1993, substituindo as anteriores MARITIME MONITOR e SHARP FENCE. As forças conjuntas desta operação tinham como principal função impedir a

³⁸. Tradução: "... representa a recém e emergente capacidade da NATO de flexibilidade, multinacionalidade e a sua capacidade de reagir em crises".

entrada de navios não autorizados nas águas territoriais da ex-Jugoslávia, assim como de todas as armas que tentassem entrar na região (JFC Nápoles, [s.d c], para. 13).

A 18 de junho de 1996 as Nações Unidas levantaram as sanções a ex-Jugoslávia e, desse modo a Operação SHARP GUARD foi suspensa, após três anos de imposição de sanções económicas e de embargo de armamento. Sem dúvida que esta operação contribuiu não só para a contenção do conflito, como também para a criação de condições para o Acordo de Paz da Bósnia e Herzegovina. Tal é demonstrado por não haver registo de navios que quebraram o estabelecido. Posteriormente, em 1 de outubro de 1996, as sanções a ex-Jugoslávia terminaram, levando ao formal término da operação SHARP GUARD (JFC Nápoles, [s.d c], para.34).

1.3. A evolução das Forças Navais da Aliança

A região do Tratado do Atlântico Norte estava dividida em várias regiões, cujos comandos eram responsáveis por, em tempo de paz, desenvolver planos de defesa e manter as suas forças treinadas e ainda planear exercícios para esse efeito. Nos primeiros anos da Aliança, a região do Atlântico Norte estava subdividida em três áreas de comando, sendo elas, o Atlântico Este, com o seu Quartel-General em *Northwood*, no Reino Unido, o Atlântico Oeste, com o seu Quartel-General em *Norfolk*, nos EUA e a área Ibérica do Atlântico, com o seu Quartel-General em Lisboa, em Portugal. Conforme já referido, em 1967, foi aprovada a STANAVFORLANT, sendo esta uma força naval permanente multinacional, sob o comando do SACLANT, com controlo operacional do *Commander-in-chief* da área em que a força estivesse a operar. Esta tinha quatro objetivos principais (NATO, [s.d.b]):

- Desenvolver a interoperabilidade entre os navios de diferentes nacionalidades, mantendo as suas capacidades de treino e experiência;
- Demonstrar a solidariedade da Aliança, mostrando a bandeira da Aliança, enquanto operam como uma força única;
- Possuir uma capacidade de rápida resposta em tempos de crise ou de tensão;

- Possuir uma capacidade de resposta mais poderosa, caso tal fosse necessário.

Esta Força Naval Permanente do Atlântico seria fundamentalmente constituída por navios do tipo *destroyers*, em que cada um estava designado por 6 meses e o Comandante da Força seria um Comodoro, selecionado anualmente, de um país aliado (NATO, [s.d.b])

A 16 de janeiro de 1969, o Conselho de Ministros da Aliança aprovava, em Bruxelas, uma medida que garantia a segurança dos interesses dos países membros da NATO, no Mediterrâneo. Esta baseava-se na criação de uma força naval aliada - Força Naval *on-call* para o Mediterrâneo, não permanente, que seria facilmente ativada, mostrando a solidariedade da Aliança, assim como garantia a vigilância do Mediterrâneo, sendo regularmente chamada para participar em exercícios (NATO, 1969a, para. 3-5).

No início da década de 1970, na sessão de ministros da Aliança discutia-se o alargamento soviético para o Mar Mediterrâneo, e a então recém-criada NAVOCFORMED com os seus exercícios e com as atividades planeadas, era uma das medidas apropriadas de resposta; no entanto, a sessão de ministros incentivou e instruiu as autoridades militares da NATO na região a considerar novas medidas para uma mais forte presença e vigilância. Paralelamente, o fortalecimento das estratégias e da postura naval do Bloco Soviético leva à necessidade de implementar medidas para reforçar a postura naval no Atlântico (NATO, 1970b, para. 3-5).

Desta forma, em 11 de maio de 1973, outra Força Naval Permanente foi implementada, designada de Força Naval Permanente do Canal. Era uma esquadra multinacional, com capacidades de guerra de minas, com um plano de exercícios, manobras e portos a visitar pela região do ACCHAN. Nesta região encontra-se o canal marítimo mais frequentado em todo o mundo, o Canal Inglês e o Sul do Mar do Norte, dependendo assim desta força da NATO o seu livre acesso, para seguras trocas comerciais. Em caso de guerra, esta força seria fundamental para garantir a passagem segura de reforços para o Oeste Europeu (NATO, [s.d.a]).

Os objetivos desta força eram em tudo idênticos aos da STANAVFORLANT, adaptados à sua área de operação, no entanto, a composição da força era diferente. Esta

diferença verifica-se no período de rotação entre navios, que podia ir de seis a doze meses, com cinco a oito navios draga-minas e caça minas, na duração do tempo de Comando, que assumia funções durante dezoito meses, e o seu comando operacional era dirigido pelo *Commander-in-Chief Channel* (CINCHAN), no seu Quartel-General em *Northwood* (NATO, [s.d.a]).

Com o início da Guerra do Golfo, no princípio da década de 1990, a NAVOCFORMED teve o maior período de ativação de sempre, sendo que iniciou os seus treinos e atividades de vigilância na região. Paralelamente, o *Defence Planning Committee*³⁹ decidiu enviar navios de guerra de minas, da STANAVFORCHAN para o Mediterrâneo assegurando a segurança da navegação na região (JFC Nápoles, [s.d. a], para. 5-6).

A STANAVFORMED foi estabelecida a 30 de abril de 1992, substituindo a anterior NAVOCFORMED; a sua constituição era de oito *destroyers* ou fragatas alemãs, gregas, italianas, holandesas, espanholas, turcas, inglesas e americanas que faziam parte das forças de reação imediata da Aliança, operando no Mediterrâneo (JFC Nápoles, [s.d. b], para. 5).

Em Bruxelas, no Conselho de Ministros de maio de 1992, a Aliança afirmava continuar a implementação do Conceito Estratégico de 1991. A introdução de novas forças, com respetivas estruturas de comando, fazia parte da reestruturação das forças convencionais aliadas. Em particular, a criação da Força de Reação da Aliança, com a sua grande capacidade de mobilidade e flexibilidade, possibilitava o emprego de força ideal e rápido perante cenários de crise ou de resposta a agressões. Relativamente às Forças de Reação navais, estas seriam constituídas pelas Forças Navais Permanentes, tendo já sido criada anteriormente a STANAVFORMED, que constituía um reforço às já existentes STANAVFORLANT e STANAVFORCHAN (NATO, 1992b, para. 9).

³⁹ Tradução: Comité de Planeamento e Defesa. Foi um fórum da NATO criado no sentido de tomar decisões em assuntos de origem militar, tendo sido dissolvido na reestruturação de 2010 (NATO, 2014a).

Com o fim do conflito na Bósnia, a NATO procurava que as suas forças fossem capazes de impor um clima de segurança e paz na Europa; desta forma, a recém-criada STANAVFORMED tinha uma longa lista de portos a visitar, tanto no Mediterrâneo, como no Mar Negro, em países membros e não-membros da Aliança, assim como uma panóplia de exercícios a desenvolver com os países da *Partnership for Peace* (PFP)⁴⁰ (JFC Nápoles, [s.d. d], para. 4).

Da crise no Kosovo resultou um atarefado período para as Forças Aliadas do Sul, com o envolvimento em várias operações aéreas. No entanto, a STANAVFORMED foi destacada para o Mar Adriático, enfatizando assim, e através da sua presença aérea, o seu comprometimento em estabilizar a região dos Balcãs (JFC Nápoles, [s.d. e], para. 1-4).

É em 27 de maio de 1999 que a NATO inaugura a Força Naval para a Contraminagem do Mediterrâneo que, em 9 de junho do mesmo ano, iniciou a operação ALLIED HARVEST, uma missão de paz realizada no sentido de recolher todas as cargas explosivas no Mar Adriático, que aí se encontravam desde a operação aérea ALLIED FORCE⁴¹. Esta operação teve uma duração de 73 dias, com um total de 93 cargas explosivas encontradas e limpas por esta força. Posteriormente, esta operação estendeu-se, a pedido da Itália, para a ALLIED HARVEST II, mas nenhuma carga explosiva foi encontrada (JFC Nápoles, [s.d. f], para. 3) .

1.4.A participação da Marinha Portuguesa na NATO

A posição geográfica portuguesa enquadra-se na ligação EUA/Europa e no acesso ao Mediterrâneo. Portugal apresentava-se como uma “plataforma giratória logística de retaguarda e de apoio ao combate à ameaça submarina nas *Sea Lines Of Communication* (SLOC)”, refere Melo Gomes. A Marinha apresentava navios dos anos 30, não

⁴⁰ Tradução: Parceria para a Paz. O programa da parceria para a paz é destinado para países Euro-Atlânticos parceiros e países NATO. Tem como principal objetivo o de incrementar a estabilidade, diminuindo as ameaças à paz, sendo que foi criada em 1994 (NATO, 2017).

⁴¹ Durante a Guerra do Kosovo, a NATO desenvolveu a Operação ALLIED FORCE, tendo sido esta uma operação de voo aéreo de 24 de março a 10 de junho de 1999 (NATO, 2016e).

compatíveis com os requisitos da NATO, cujas prioridades assentavam na luta antissubmarina. Desta forma, em dez anos (1950-1960), dá-se uma renovação radical da Marinha, fruto das circunstâncias e de meios e facilidades preconizados pelo Reino Unido e pelos EUA. Assim, na década de 1950 são adquiridos quatro Draga-Minas Oceânicos, oito Escoltas Costeiros e três Escoltas Oceânicos (Gomes, 2009, pp. 53-55).

A realização de exercícios navais em águas portuguesas, por parte da nossa Marinha, entre outras, foi o início do treino para a participação em exercícios navais da NATO. A situação da Guerra de África, na década de 1960, caracterizou-se pela capacidade de a Marinha responder aos seus compromissos com a NATO e às necessidades do conflito colonial, sendo o seu poder naval movimentado para o continente africano. Portugal tinha agora duas necessidades díspares: a necessidade de possuir forças navais para atuar nas atividades da Aliança e a de possuir forças para atuar em África. Na Aliança, a Marinha cooperou em vários exercícios de luta antissubmarina, realizando ações aeronavais e emprego de draga minas e submarinos, desenvolvendo as suas capacidades de interoperabilidade, a doutrina, as técnicas e os procedimentos, constituindo assim um enorme salto operacional (Gomes, 2009, pp.55-56).

Com a criação formal da STANAVFORLANT, em 1968, Portugal contribuiu de imediato e regularmente com as suas fragatas da classe “Almirante Pereira da Silva”. Como refere Melo Gomes, as missões e operações da Aliança limitavam-se a:

“...vigilância mútua, conferindo a máxima profundidade possível aos respetivos dispositivos defensivos e sistemas de alerta, bem como para o desenvolvimento de planos de operações que previssem a eventual confrontação direta no mar. Entre as várias missões sublinham-se a presença naval, a escolta a porta-aviões e forças anfíbias, a luta antissubmarina, a proteção de portos e a avaliação de táticas experimentais.”

(Gomes, 2009, p.56).

Os anos 70 foram marcados pelas maiores dificuldades na nossa guerra ultramarina, tendo a Marinha aplicado muito do que aprendeu na NATO, como a interoperabilidade das unidades navais com a Força Aérea. Com o fim destes conflitos,

pela revolução de abril⁴² que posteriormente possibilitou a descolonização, Portugal participou muito mais consistentemente nas missões NATO, designadamente na STANAVFORLANT. Todavia, o atraso tecnológico das fragatas da classe “Pereira da Silva” dificultava a nossa integração na força naval da NATO (Gomes, 2009, pp. 55-56).

No início da década de 1980, a Aliança estava preocupada com as dificuldades económicas de dois membros que não conseguiam garantir as suas capacidades de defesa. Um dos membros era Portugal, com necessidade de fortalecer a sua postura marítima, em particular na luta antissubmarina; desta forma, o Conselho de Ministros apoiou os planos portugueses de adquirir três fragatas modernas (Classe Vasco da Gama) e concordou em considerar prestar-lhes a melhor assistência (NATO, 1980, para.10-14).

Ao mesmo tempo, Portugal precisava de meios para manter a sua participação nas forças navais da Aliança, para tal, as fragatas da classe “João Belo” substituem as fragatas da classe “Almirante Pereira da Silva” nas missões NATO que, apesar de destinadas ao cenário do Ultramar, permitiram uma participação regular na STANAVFORLANT (Gomes, 2009, pp. 57).

No fim da Guerra Fria, o número de aliados cresce, com a criação de um quadro alargado de parcerias, aumentando a complexidade da aplicação das forças navais da Aliança.

A Marinha, no início da década de 1990, dá um enorme salto organizacional e nos seus meios navais, com a substituição do reabastecedor São Gabriel pelo atual Bérrio e a entrada das fragatas “Vasco da Gama”, remodelando a sua estrutura operacional, atribuindo maior responsabilidade ao Comando Naval. O sucesso destas mudanças foi demonstrado pela atribuição destas fragatas à STANAVFORLANT, logo em 1992. O Comando da Força, por parte de Portugal, era agora possível, com alguns ajustes, como a ativação da Esquadilha de Helicópteros com apoio da NATO, na Base Aérea nº 6, no Montijo. Na sequência de alguns ajudes, a STANAVFORLANT esteve sob Comando

⁴² A revolução de abril, ocorreu a 25 de abril de 1974, sendo um evento marcante na história de Portugal, que pôs fim ao regime ditatorial do Estado Novo, passando a ser implementado um regime democrático.

nacional entre 1995 e 1996, pelo então contra-almirante Reis Rodrigues, época em que a força estava designada para exercer operações de interdição marítima no Adriático (Gomes, 2009, pp. 58).

Conforme analisado anteriormente, a NATO desenvolveu, no início da década de 90, em 1991, a sua primeira operação de paz, com participação de uma unidade naval portuguesa, a fragata *Comandante Sacadura Cabral* (Monteiro, Pinto, & Pedra, 2018, p. 253).

1.5.Síntese conclusiva

Realizada a investigação histórica da Aliança, pré 11 de setembro de 2001, denota-se uma grande proximidade ao esperado previamente relativamente à hipótese de resposta (H1) para a primeira questão derivada proposta (QD1). Desejava-se uma força naval aliada numerosa e poderosa, capaz de fazer face a um oponente igualmente poderoso. Como vimos no desenvolvimento deste capítulo, a Aliança Atlântica foi criada com o principal intuito de fazer face à ameaça comunista de Leste - a URSS. Durante a Guerra Fria, a Aliança investia numa política de forte dissuasão, apostando em fazer crer que um ataque a um país signatário da Aliança levaria a cabo uma contraofensiva devastadora contra o agressor.

Era uma época marcada pelo potencial nuclear de ambos os lados - EUA e URSS- no entanto, a supremacia no mar era um trunfo precioso, especialmente para a Aliança Atlântica. Para a NATO, a necessidade de manutenção das linhas de comunicação marítimas em segurança foi um ponto marcante em todos os Conceitos Estratégicos estruturados pela Aliança. É neste sentido que, conforme acima referido, a capacidade naval aliada devia ser em grande quantidade, assegurando, entre outras:

- A presença naval, em gesto de dissuasão;
- A capacidade de apoio a possíveis operações terrestres e aéreas;
- A segurança dos comboios de navios de transporte comercial e mercadorias.

A criação das Forças Navais Permanentes veio reforçar as intenções da NATO em supremacia e presença no mar, com grande capacidade de reação e resposta a possíveis ameaças. A Força Naval Permanente do Atlântico foi a primeira a ser criada, seguida da Força Naval Permanente do Canal-Inglês, com constituições díspares: a primeira era constituída principalmente por navios para a luta antissubmarina, por se estimar ser o maior poderio soviético, e a segunda era composta por navios destinados à guerra de minas, para sua busca e respetiva dragagem. No Mar Mediterrâneo o conceito de força naval era diferente; a segurança e estabilidade desta região era assegurada por uma força não permanente que era facilmente ativada.

O fim da Guerra Fria e a desintegração da União Soviética abria um novo desafio: qual seria a razão da existência de uma Aliança Atlântica? A necessidade de uma política de defesa coletiva estava agora mitigada, no entanto surgiram desafios à estabilidade e segurança próximos das suas fronteiras. A Aliança empregava agora as suas forças militares pela primeira vez, com vista à gestão de crises, como foi o caso do conflito no Kuwait e nos Balcãs. Neste último, a aplicação das forças navais baseava-se no embargo e vistoria de embarcações ao abrigo das Resoluções das Nações Unidas, denotando o principal objetivo de manutenção de paz.

Desta maneira, face ao exposto, considera-se atingido o O1: *Analisar a evolução da tipologia das missões e operações marítimas da NATO e a constituição das Forças Navais Permanentes, desde a sua criação ao 11 de setembro.*

Relativamente ao quarto objetivo (O4): *Analisar a estratégia portuguesa, em resposta aos desafios marítimos da Aliança.* Considera-se realizada uma análise à participação portuguesa na Aliança, no período limitado pelo primeiro capítulo, em que Portugal até 1974, teve uma participação naval dividida entre a Aliança e o conflito ultramarino, onde Portugal estava focado. Posteriormente a esta data, a participação nas forças navais permanentes da Aliança foi mais assídua, no entanto, o atraso tecnológico dos navios do tipo fragata era notável, o que impulsionou o plano de aquisição das fragatas da Classe Vasco da Gama, mitigando o referido atraso tecnológico.

Capítulo 2. Do período após 11 de setembro à Cimeira de Varsóvia

A Aliança Atlântica, na sua história, apresentou períodos de elevada importância para os países integrantes, mas também foi apontada, como uma organização cujo objetivo havia desaparecido. Mas a Aliança, com base na ideia de defesa coletiva expressa no Tratado Fundador e embora em rigor nunca tenha sido aplicado, manteve a sua justificada existência. O 11 de setembro apresenta-se, assim, como um marco histórico em que a Organização Atlântica precisa de adaptar as suas políticas e estratégias, ajustando paralelamente a sua componente marítima face aos desafios de segurança emergentes. Não obstante, a estratégia dissuasora aliada manteve-se como uma constante, sendo importante a análise das mudanças estratégicas ocorridas, com vista a uma Aliança preparada e não reativa.

2.1.A evolução política e estratégica da Aliança

O 11 de setembro de 2001 constituiu uma alteração do clima de segurança mundial: a descoberta de novas armas como, neste caso, aviões comerciais cheios de combustível e pessoas que, genericamente, constituem ameaças terroristas, estando agora o espaço aliado ameaçado por estes ataques, com capacidade de os diferir nos EUA ou em qualquer outro espaço do Tratado ou externo. É a partir desta data que o tema das ameaças assimétricas começou a ser discutido pelas sociedades ocidentais; neste sentido, em 12 de setembro de 2001, o Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU), com a Resolução 1368, apresentava-se disponível para combater o terrorismo, sendo para isso necessário analisar medidas a tomar para a prevenção deste novo método de combate (Santos, 2008, pp.192-195).

Desta forma, iniciava-se uma nova etapa para a Aliança e para isso são precisos alguns reajustes à organização da NATO; a Cimeira de Praga, em 2002, marcou significativamente a Aliança, tanto politicamente como militarmente. Nesta Cimeira foram tomadas várias decisões para fazer face aos novos desafios e ameaças para o século XXI (Santos, 2008, pp.195-196):

- Um novo alargamento de países integrantes na Aliança Atlântica;⁴³
- O estabelecimento de medidas para uma melhoria na capacidade de combate das forças aliadas;
- A criação de uma força conjunta para uma rápida intervenção;
- Uma reestruturação militar, para alcançar o novo espectro de missões aliadas.

Com estas decisões tomadas e outras, como o alargamento da sua área de influência, com a capacidade de destacar forças rapidamente, para qualquer local no mundo, a Cimeira de Praga destacou-se pela profunda transformação da Aliança (Santos, 2008, pp.196-197).

Conforme referido anteriormente, a Aliança decidiu ativar uma força multinacional *on call* conjunta, de elevada prontidão, em 15 de outubro de 2003- a *NATO Response Force* (NRF)- devendo esta atingir a sua plena capacidade operacional em outubro de 2006, correspondendo à total capacidade da força (cerca de 21.000 efetivos) (Rodrigues, 2003a).

Esta força Aliada era constituída por unidades navais, terrestres, aéreas e de operações especiais, com elevados padrões de prontidão, sendo possível serem empregues com um pré-aviso muito curto. As tarefas que estas forças eram capazes de desempenhar eram (Bismarck, 2017, p.13):

- Capacidade de resposta imediata, em caso de necessidade de defesa coletiva;
- Gestão de crises e operações de apoio à paz;
- Apoio a catástrofes e proteção de infraestruturas críticas.

⁴³ Bulgária, Estónia, Letónia, Lituânia, Roménia, Eslovénia e Eslováquia.

Sob comando do SACEUR, estariam dois quartéis conjuntos designados de *Joint Force Command*⁴⁴ em Brunssum e em Nápoles (Bismarck, 2017, p.13).

Segundo Rodrigues, a criação da *NATO Response Force* visava dois objetivos principais (Rodrigues, 2003b):

- Possuir uma força capaz de atuar num curto espaço de tempo e de forma credível;
- Desenvolver as capacidades militares das forças dos países membros.

As forças militares europeias estavam inadequadas aos novos desafios de segurança da Aliança, conforme refere o primeiro Comandante do *Allied Command Operations* (ACO), General Jones: “*too much capability for the past and not enough for the future*”⁴⁵. Esta força militar procurava estar capaz de atuar isoladamente, em qualquer cenário compatível com as suas capacidades, assim como a participar com outras forças em outros conflitos, exercendo a sua parte numa força maior. No seguimento desta ideia, a NRF podia constituir a força de resposta inicial, aguardando a chegada de uma força mais robusta, caso necessário. Conforme constitui a primeira força a atuar, também é a primeira força a sair, uma vez que o principal objetivo do seu emprego era mitigar o principal conflito, não tendo obrigações de estabilização. A contribuição dos países membros para esta força era aceite mediante um conjunto necessário de treinos específicos, objetivando a sua certificação para esta força de alta prontidão e eficácia (Rodrigues, 2003b).

A Cimeira de Istambul, em junho de 2004, dá-se numa época bem exemplificada pela anterior frase do General Jones. Uma época controversa em que as dificuldades atravessadas eram internas, com uma componente política a afetar o diálogo transatlântico. Existia nesta altura um claro desacordo na forma de enfrentar as ameaças. Os Estados Unidos, dado o recente ataque terrorista em solo americano, apostavam numa política que beneficiava a cultura da força. Por outro lado, os europeus, menos

⁴⁴ Tradução: Comando de Força Conjunta

⁴⁵ Tradução: “demasiado capacitadas para o passado e não suficientemente para o futuro”.

pressionados por estas ameaças, continuavam com uma postura de recurso às organizações internacionais, sendo que a sua falta de credibilidade de intervenção no exterior não deixava outra opção. (Rodrigues, 2004a, para.4-5)

Esta bipolaridade não transparece no comunicado da Cimeira, onde é referida a importância da continuação da Operação ACTIVE ENDEAVOUR no Mediterrâneo, com a então recente integração dos meios da Rússia e da Ucrânia e da contribuição dos países pertencentes ao Diálogo do Mediterrâneo, nesta operação (NATO, 2004b, para. 10). Desta forma, Rumsfeld⁴⁶ refere não se lembrar de um outro momento na história em que a NATO estivesse tão cheia de sucessos; declaração esta que foi acusada por vários autores de falta de fundamento (Rodrigues, 2004b, para. 1).

A Aliança Atlântica, conforme temos vindo a analisar, tem um historial longo de dificuldades atravessadas, começando com o fim da Guerra Fria que fez desaparecer a principal razão da sua existência, no entanto a Organização Atlântica sobreviveu, graças à vontade geral dos países em se ajustarem a uma política adequada às situações de então. No entanto, esta crise tinha uma natureza diferente pois, conforme vimos acima, os EUA e os europeus percorriam caminhos diferentes. A resolução, ou não, desta crise tinha duas correntes de opinião. Os pessimistas apresentavam a situação como irreversível, o facto dos EUA e a Europa estarem a seguir diferentes caminhos levaria a uma separação amigável. Os otimistas, por outro lado, acreditavam que os desacordos vividos eram passageiros e que se deviam principalmente a uma diferença de velocidades de adaptação às novas realidades. Desta forma, os otimistas acreditavam que as dificuldades de diálogo se atenuariam à medida que (Rodrigues, 2004b, para. 3-9):

- A Europa reconhecesse que as principais ameaças - terrorismo e proliferação das armas de destruição maciça - são para ambos e não apenas para os EUA;

⁴⁶ Rumsfeld foi o 21º Secretário de defesa dos EUA, entre 2001 e 2006, sob presidência de George W. Bush (43º Presidente dos EUA) (U.S. Department of Defense, s.d.).

- Os EUA admitissem que precisavam dos seus aliados e que o seu envolvimento implicaria a sua participação no processo de tomada de decisões.

A Aliança, como se tem vindo a verificar no século XXI, tem vindo a enfrentar novas ameaças e a Europa é marcada por uma crise de instabilidade política. Desta forma, o desinvestimento nos orçamentos de Defesa dos membros aliados era cada vez maior, com especial relevo a partir de 2008, conforme ilustrado na figura 1 (Melo, 2017, p. 8).

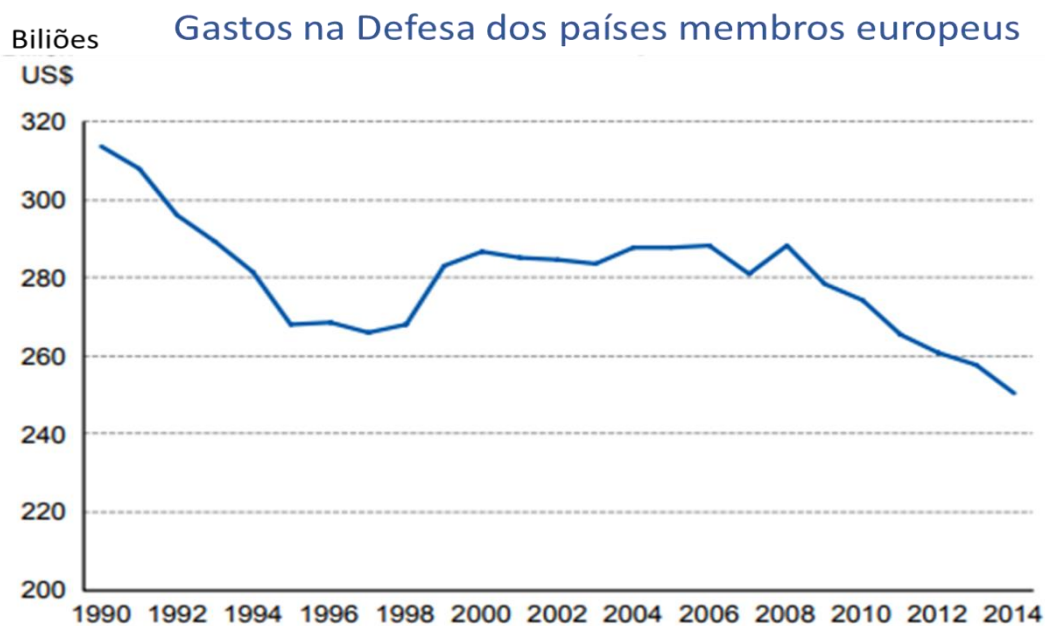


Figura 1: Gastos Orçamentais na Defesa dos países membros europeus

Adaptado de (Stoltenberg J. , 2015, p. 12)

Através da análise da figura anterior e conforme exposto, o desinvestimento na defesa a partir de 2008, foi originada pela crise económica de 2008⁴⁷. Relativamente aos restantes valores do gráfico é de importante análise a constante evolução deste investimento, comparando com os eventos ocorridos na história da Aliança, em que, com o fim da Guerra Fria, se verificou uma redução do referido investimento. O primeiro

⁴⁷ A Crise económica de 2008 teve uma abrangência global, cujo inicio oficial foi em setembro de 2008, com o colapso da gigante da banca, o *Lehman Brothers*, por não resistir à crise no mercado imobiliário (Amadeo, 2018).

crescimento coincide com a guerra no Kosovo, verificando posteriormente uma estagnação após 11 de Setembro, até ao ano de 2006, altura em que a *NATO Response Force* se assume com capacidade total (Melo, 2017, p. 8).

Em 2010 a Aliança Atlântica desenvolve o atual Conceito Estratégico para a segurança e defesa dos seus membros; conforme temos vindo a analisar, a NATO vivenciava, nesta altura, uma fase de evolução, e este documento apresentava-se como um guião para a mesma continuar a ser efetiva no mundo atual, enfrentando as suas novas ameaças com novas capacidades e novos parceiros. Desta forma, os Chefes de Estado dos países membros da Aliança comprometiam-se (NATO, 2010, pp. 4-5):

- A continuar a defender as suas nações e cidadãos;
- A prevenir crises, controlar conflitos e estabilizar situações após-conflito, trabalhando lado-a-lado com os seus parceiros internacionais, principalmente a ONU e a UE;
- A oferecer um papel mais ativo aos seus parceiros a nível político, atribuindo-lhes um papel importante na liderança das operações da NATO;
- A criar condições para se desenvolver um mundo sem armas de destruição maciça;
- A manter aberta a possibilidade de novas democracias europeias integrarem a Aliança, uma vez que um dos seus objetivos é contribuir para uma Europa livre e em paz;
- A continuar a reformular a sua maneira de atuar, por forma a permanecer uma Aliança eficaz e flexível, contribuindo para a segurança dos seus membros.

É desta forma que a Aliança pretende cumprir a sua missão fundamental: “...remains an unparalleled community of freedom, peace, security and shared values.”⁴⁸ (NATO, 2010, pp. 4-5).

Para cumprir a sua missão, a NATO apresenta três tarefas nucleares que, daí em diante, iriam direcionar as suas ações, sendo elas (NATO, 2010, pp. 7-8):

- Defesa Coletiva: com a garantia que todos os membros iriam sempre apoiar-se mutuamente contra qualquer tipo de ataques, de acordo com o artigo 5º do seu tratado fundador;
- Gestão de Crises: uma vez que a Aliança apresenta uma capacidade política e militar única de controlar as crises - antes, durante e após conflito;
- Segurança Cooperativa: comprometendo-se a envolver-se ativamente na segurança internacional, através de parcerias com outras organizações internacionais e outros países.

A Aliança apontava como ameaças à segurança aliada a proliferação das armas nucleares, o terrorismo, o extremismo, a guerra cibernética, entre outros e desta forma propunha-se continuar a desenvolver operações conjuntas para manter a sua capacidade de defesa coletiva e gestão de crises, assim como desenvolver exercícios para uma contínua capacidade de resposta a ameaças, tanto convencionais como emergentes, entre outras atividades que permitissem dar resposta às ameaças apresentadas (NATO, 2010, pp. 10-18).

Posteriormente ao Conceito Estratégico de 2010, a NATO lança, em 2011, a Estratégia Marítima Aliada; esta apresentava-se consistente com o Conceito Estratégico em vigor, mas o contexto do ambiente estratégico vivido requeria uma reanálise da contribuição das forças navais aliadas. Tanto em operações conjuntas, como em missões

⁴⁸ Tradução: “...permanecer uma inigualável comunidade de liberdade, paz, segurança e de partilha de valores.”

puramente marítimas, as forças navais aliadas tinham de defender e promover os interesses aliados em (NATO, 2011a, para. 1-3):

- Defesa coletiva e dissuasão;
- Gestão de crises;
- Segurança cooperativa;
- Segurança marítima.

O documento inicia o seu desenvolvimento com uma descrição do ambiente de segurança marítima, afirmando a importância económica, financeira, social e para as relações políticas dos oceanos. Argumentando, apresenta estatísticas como a percentagem de água no planeta (70%), a percentagem de população mundial que vive a menos de 100 milhas de costa (80%), a percentagem de comércio mundial feito pelo mar (90%, e desses, 75% passa por estreitos internacionais e por canais marítimos) (NATO, 2011a, para. 4-5).

Ao mesmo tempo, o ambiente marítimo constitui também um local de exponencial crime transnacional, de atividades terroristas e transporte de armas de destruição maciça e material associado. Com ambas as partes identificadas, a Aliança refere a necessidade de uma reorganização da componente marítima da NATO, para que as suas capacidades permaneçam eficientes e eficazes. Neste sentido, a NATO devia ser capaz de interagir com a comunidade marítima, estando as suas forças navais permanentemente treinadas e equipadas para rápido emprego numa vasta panóplia de teatros operacionais possíveis (NATO, 2011a, para. 6-8).

Conforme temos vindo a verificar, o *core business* da Aliança sempre foi, e continuava a ser, a defesa coletiva e a dissuasão de ataques contra espaço aliado e as forças navais eram uma peça fundamental para a Aliança continuar com a sua tarefa bem-sucedida, dada a sua flexibilidade e a interoperabilidade de meios, entre outras. Desta forma, as forças navais aliadas estavam designadas para (NATO, 2011a, para. 9-10):

- Continuar a contribuir para a dissuasão nuclear;

- Possibilitar várias opções de resposta convencional rápida contra qualquer oponente, dada a sua capacidade de projetar meios anfíbios, terrestres, aéreos e navais;
- Manter a habilidade das suas forças em controlar as linhas de comunicação marítimas, incluindo a capacidade de contraminagem, assegurando a segurança destas;
- Providenciar uma base no mar para defesa contra mísseis balísticos, entre outras.

A gestão de crises tem vindo a tornar-se uma das principais tarefas da Aliança desde a década de 1990, em que a NATO viu o seu território ameaçado por crises emergentes nas suas fronteiras. Esta apresenta-se como um foco principal para as forças terrestres, mas as forças navais também podem contribuir, como já acontecera em operações de embargo e de interdição marítima, ou apoiando logisticamente as operações terrestres e aplicando a sua capacidade anfíbia em projetar forças para terra. Desta forma, a Aliança enumera as seguintes contribuições das forças navais (NATO, 2011a, para. 11):

- Manter a sua capacidade de projeção de forças conjuntas, de controlo do mar e de providenciar uma base de comando no mar;
- Contribuir para ações urgentes de apoio humanitário;
- Providenciar capacidades de resposta flexível e gradual em situações de crise, iniciando com uma simples presença, e passando a uma demonstração de força ou a uma aplicação de força adaptada à situação;
- Providenciar apoio logístico a forças conjuntas a atuar em ambientes hostis em Terra.

Relativamente à segurança cooperativa, as atividades marítimas da Aliança desempenham um importante papel no desenvolvimento de parcerias; paralelamente, apresentam uma valiosa oportunidade de prevenir crises e desenvolver segurança e estabilidade em determinadas regiões. Assim, a Aliança apresenta orientações para as

suas forças navais, por forma a promover parcerias, diálogos e cooperações com outros, sendo elas (NATO, 2011a, para. 12-13):

- Envolver as suas Forças Navais Permanentes em ações diplomáticas, incluindo visitas de portos, como parte das suas atividades de rotina;
- Contribuir para o desenvolvimento de capacidades dos seus parceiros, capacitando-os para a resposta a eventuais ameaças em ambiente marítimo;
- Conduzir exercícios e realizar seminários com os seus parceiros.

A segurança marítima constitui a tarefa adicional às três enunciadas no Conceito Estratégico, para execução por parte das forças navais de Aliança. Assim, perante as ameaças que surgem ao ambiente marítimo, as forças aliadas deveriam contribuir para manter a sua segurança. Deste modo, a Aliança apresenta os seguintes objetivos para as missões e operações das forças navais aliadas (NATO, 2011a, para. 14-15):

- Conduzir ações de vigilância e patrulha, assim como partilhar a informação recolhida no sentido de apoiar o cumprimento da lei e as operações planeadas da NATO;
- Manter a capacidade de as forças navais da Aliança desenvolverem missões de interdição marítima, incluindo o apoio no cumprimento da lei, e prevenindo o transporte e desenvolvimento de armas de destruição maciça;
- Assegurar que as forças navais da Aliança estavam preparadas para contribuir para a segurança energética assim como para a proteção de infraestruturas energéticas importantes, bem como de linhas de comunicação marítimas, estando esta contribuição de acordo com as decisões tomadas na Cimeira de Lisboa em 2010.

O documento apresentado, para além dos objetivos para as futuras missões e operações navais da Aliança, realça a importância de existir interação entre os vários atores marítimos. Desta forma, realça o, então, recém-criado plano de ação para apoiar esta interação, designado de Plano de Ação de Parcerias, apelando a uma aproximação

com organizações como a ONU e como a UE, a fim de contribuírem todos para os mesmos objetivos de prevenção de conflitos, construção de parcerias, assegurar a segurança dos mares e oceanos, impor o direito internacional e promover os valores aliados. Como parte integrante deste plano, a Aliança destacava a standardização de procedimentos e a promoção de exercícios conjuntos (NATO, 2011a, para.16).

Em conclusão, para a Aliança ser capaz de responder aos desafios apresentados, deveria manter as suas forças navais em constante transformação, lado-a-lado com a transformação do ambiente de segurança vivido. Seria necessário aproveitar as lições aprendidas com situações anteriores e estar preparados tanto para ameaças convencionais como para as não-convencionais (NATO, 2011a, para. 17-18).

Contudo, a divulgação da Estratégia Marítima da Aliança de 2011 foi bastante tímida, tendo esta completado quase três anos sem implementação efetiva. A razão desta divulgação tímida não é abordada, no entanto, o investigador do *NATO Defense College*, *Brooke Smith-Windsor*, apresenta possíveis razões, como: não ofuscar o recém apresentado Conceito Estratégico, não dar uma ideia de posição privilegiada à componente marítima aliada e, ainda, não desfocar a atenção da Aliança no Afeganistão, com o que estava quase exclusivamente preocupada (Smith-Windsor, 2013, p. 1).

Em 2014, o relatório anual da NATO inicia com a expressão: “*Keeping NATO strong*”⁴⁹. Esta afirmação estava fundamentada pela instabilidade vivida a Sul no Iraque e na Síria e a Leste com a anexação ilegal da Crimeia por parte da Rússia (Stoltenberg J. , *The Secretary General’s Annual Report 2014, 2015*, p. 3).

A referida crise de Leste iniciou em 21 de novembro de 2013, quando o então presidente Viktor Yanukovich suspendeu o programa de aproximação à União Europeia. Após destituição deste em 22 de fevereiro de 2014, vários confrontos e distúrbios se desenvolveram no Leste e Sul do país. Estava instalado no país uma crise política, seguida da anexação da Crimeia pela Rússia em 18 de março de 2014 (Yuhás, 2014).

⁴⁹ Tradução: “Manter a NATO forte”

A Aliança enfrentava agora novas dificuldades, que poderiam despoletar consequências a longo prazo para a paz e segurança do espaço aliado e de todo o mundo. Desta forma, na Cimeira de Gales, em setembro de 2014, a Aliança reafirma a sua responsabilidade em proteger e defender os seus territórios e as populações contra possíveis ataques externos. Neste sentido, os aliados reafirmavam-se comprometidos com o Conceito Estratégico de 2010, para além das adaptações que realizariam nas suas operações e do fortalecimento das relações com outras organizações internacionais (NATO, 2014b, para.1-3).

Nesta cimeira, várias decisões importantes foram tomadas no sentido de preparar os aliados em serem capazes de responder firmemente aos novos desafios de segurança. Entre estas decisões destaca-se a aprovação do Plano de Ação de Prontidão, sendo este um conjunto de medidas para resposta aos então desafios para a segurança do espaço aliado e as suas fronteiras. Este plano estava dividido nas (NATO, 2014b, para. 6-8):

- Medidas de tranquilização (*Assurance measures*): que definiam a necessidade de uma contínua presença militar naval, aérea e terrestre, na região da Aliança a Leste, através de frequentes exercícios e operações militares, com base rotacional. Em suma, estas medidas objetivavam a tranquilização e, a dissuasão, sendo estas flexíveis e escaláveis de acordo com as situações de segurança.
- Medidas de adaptação (*Adaptation measures*): de prazo mais alargado, objetivava uma mais célere capacidade de resposta das forças aliadas a crises súbitas. Neste sentido, estas medidas pretendiam aumentar a prontidão da NRF, através do desenvolvimento de forças com capacidade de se movimentarem rapidamente e responderem a eventuais crises e ameaças. Como parte deste desenvolvimento, foi estabelecida a *Very high readiness Joint Task Force* (VJTf), ou seja, uma nova força aliada conjunta (pertencente à NRF) com capacidade de projeção imediata. Neste conjunto de medidas, a decisão de aumentar a complexidade e a frequência de exercícios também foi tomada, realizando-os com um curto aviso antecipado.

Com o final da missão no Afeganistão, em 31 de dezembro de 2014, a Aliança iniciou um período de treino e exercícios no âmbito da *Connected Forces Initiative*

(CFI)⁵⁰, por forma a incrementar a interoperabilidade e prontidão das forças aliadas. Este ponto de viragem focou a operacionalização da Estratégia Marítima da Aliança apresentada em 2011. Coincidente com este período, o ambiente de segurança na área Euro-Atlântica tinha sido alterado, com a situação de crise na Ucrânia, onde as demonstrações por parte da Rússia do seu poder aeronaval e ainda o aumento de instabilidade no Médio Oriente, Norte de África e Golfo da Guiné, o que reforçou a necessidade de revigorar a componente naval da NATO e em especial das *Standing NATO Maritime Groups* (SNMG). Desta forma, na Cimeira de Gales, em 2014, os aliados aprovaram o plano de operacionalização da Estratégia Marítima, assumindo o compromisso de contribuir para forças navais permanentes com capacidades credíveis (Monteiro & Pinto, 2015b, p. 4).

O caminho definido pela NATO na Cimeira de Gales vinha a ser percorrido e na reunião de Ministros da Defesa, em junho de 2015, realizou-se um balanço ao processo de implementação do RAP (Melo, 2017, p. 15).

Nesta reunião foram abordados os *Graduate Response Plans* (GRP), entenda-se planos de resposta gradual, com o objetivo de reduzir o tempo de resposta a uma crise, elaborando, assim, fases de resposta escalatória, e reduzir significativamente o período de planeamento, não sendo, no entanto, estes planos aplicáveis em todas as possíveis localizações geográficas (Melo, 2017, pp. 15-16).

A Cimeira de Varsóvia ocorre em julho de 2016, marcada por divergentes opiniões da crescente ameaça russa e pela posição a adotar pela Aliança para enfrentar os desafios de segurança a Sul, designadamente no Médio Oriente e Norte de África. O clima de segurança que envolvia a NATO obrigava os Aliados a estarem preparados para ameaças de qualquer tipo e de qualquer direção (Melo, 2017, p. 16).

⁵⁰ Esta iniciativa visa aumentar o nível de interoperabilidade e conexão das forças aliadas e amigas. A CFI corresponde assim a um plano de treino, no sentido de capacitar as forças militares a atuar em caso de necessidade (NATO, 2016b).

Estas situações de instabilidade apresentam uma preocupante ameaça para a NATO, no entanto a sua postura marítima mantinha-se focada na operacionalização da Estratégia Marítima da Aliança apresentada em 2011, assim como nas futuras operações navais aliadas (NATO, 2016h, para. 48).

2.2.A evolução das operações e exercícios navais da Aliança

A Aliança, com os ataques terroristas do 11 de setembro de 2001, tomou medidas imediatas não só para responder, como também para estar preparada para possíveis ameaças futuras. Entre as atividades navais desenvolvidas salienta-se o imediato lançamento da Operação ACTIVE ENDEAVOUR.

2.2.1. Operação ACTIVE ENDEAVOUR (2001-2016)

A Operação ACTIVE ENDEAVOUR foi a única operação naval ao abrigo do artigo 5º do tratado Atlântico Norte; o objetivo desta operação estava assente na luta contra o terrorismo no mar, mais especificamente no Mediterrâneo, cujo início foi impulsionado em resposta aos atentados do 11 de setembro de 2001. Foi uma operação que demonstrou a solidariedade da Aliança, contribuindo para a dissuasão das atividades terroristas no Mediterrâneo. Foi benéfica para todos os navios que navegavam nestas águas, uma vez que a presença de navios aliados aumentou a sua perceção de segurança. A NATO ajudou a manter esta região segura, com as suas ações de proteção aos navios mercantes e de abordagem a navios suspeitos, razão esta que levou ao fortalecimento das relações com os países parceiros da Aliança, especialmente os que participavam no Diálogo do Mediterrâneo⁵¹ (NATO, 2016g, para. 1-2).

A segurança do Mediterrâneo era um ponto fulcral para a Europa, uma vez que o Oeste Europeu estava energeticamente bastante dependente do petróleo e do gás natural, que advinha da Líbia e de Marrocos e, dado que a fronteira entre o Norte de África e a

⁵¹ O Diálogo do Mediterrâneo é lançado em 1994, onde a Aliança Atlântica se junta com 7 países do Mediterrâneo, sendo eles a Argélia, o Egipto, Israel, a Jordânia, a Mauritânia, Marrocos e a Tunísia, objetivando o fomento de boas relações, confiança mútua, promovendo ainda a segurança e estabilidade da região (NATO, 2015b).

Europa é o Mediterrâneo, a sua estabilidade era indispensável. Desta forma, a Operação ACTIVE ENDEAVOUR, com as suas funções de defesa e proteção, provocou um efeito visível na segurança e estabilidade, benéfico para esta e outras atividades económicas (NATO, 2016g, para. 3-5).

Os benefícios da forte presença da NATO no Mediterrâneo não se limitaram à segurança; juntou-se ainda o apoio humanitário que os navios aliados desenvolveram, salvando várias vidas humanas durante os anos decorridos nesta operação. Paralelamente, ações de vigilância e presença nas águas internacionais em redor da Grécia foram desenvolvidas em 2004, pelas Forças Navais Permanentes da Aliança, por aeronaves de controlo marítimo e submarinos, garantindo a segurança dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de Atenas (NATO, 2016g, para. 6-7).

Conforme anteriormente mencionado, a presença da NATO no Mediterrâneo fortaleceu as relações com os sete países pertencentes ao programa de Diálogo do Mediterrâneo, criado em 1994 para o desenvolvimento da segurança e estabilidade da região, pois estavam igualmente preocupados com a ameaça terrorista na região. Desta forma, cooperaram com a NATO nesta operação, fornecendo informações de eventuais navios suspeitos operando nessas águas (NATO, 2016g, para. 8-9).

O Comando da operação estava entregue ao Quartel-General do comando marítimo em *Northwood*, no Reino Unido, que tinha um grupo de comando destacado para o Mediterrâneo. A operação contava regularmente com as Forças Navais Permanentes da Aliança, com o seu contributo por inteiro ou de unidades chamadas individualmente (NATO, 2016g, para. 10-13).

Em fevereiro de 2003, a NATO alargou as funções da operação, com a designação de uma força específica para escoltar navios mercantes que atravessassem o Estreito de Gibraltar, prevenindo ataques terroristas como aconteceu ao USS Cole em 2000, no Iémen (NATO, 2016g, para.17). A primeira escolta deu-se em 10 de março de 2003 com a Força Naval Permanente do Atlântico apoiada por aeronaves de patrulha marítima americanas, portuguesas e espanholas. Posteriormente, estas ações de patrulha foram

lideradas por Espanha, com contribuição de navios e aeronaves de alguns membros aliados (JFC Nápoles, [s.d. g], para. 18).

Mais tarde, na Cimeira de Istambul, em junho de 2004, a NATO procurava dar continuidade à transformação das estruturas, capacidades e procedimentos para se adaptar aos desafios do novo século (Santos, 2008, pp.207-208). Deste modo, a Aliança anunciou o sucesso que esta operação vinha atingindo, assim como o seu alargamento, em março desse ano, para todo o Mediterrâneo. Conforme expresso anteriormente, esta operação iniciou-se como uma operação de artigo 5º, pelo que apenas países pertencentes à Aliança participavam com as suas forças. Ainda assim, a partir de 2004, países parceiros, como Israel e Marrocos e países não-NATO, como a Rússia e a Ucrânia, começaram a oferecer apoio, que foi considerado como bem-vindo pelos aliados (NATO, 2004b, para. 10).

A NATO reconhecia que o fortalecimento das relações com outras organizações internacionais era fundamental; assim na revisão do conceito de operações, aprovada em abril de 2009 pelo NAC, foram tomadas duas considerações neste sentido: a necessidade da partilha de informação entre atores a atuar na região, assim como a dificuldade de conduzir abordagens a navios suspeitos, quando em alguns casos existia falta de consenso. Posteriormente à revisão do conceito de operações, a aprovação do plano operacional em janeiro de 2010 impulsionou, nesta operação, uma organização em rede, deixando a sua anterior organização permanente no mar. Essa organização baseava-se numa combinação de navios *on-call*, originando o desenvolvimento de pequenas operações, ao invés de forças permanentemente empenhadas (NATO, 2016g, para.20-21).

A NATO, com esta operação, alcançou um inigualável nível de combate ao terrorismo marítimo, através das suas regulares ações de controlo da atividade marítima, a fim de manter as linhas de comunicação marítimas do Mediterrâneo, em segurança. Em particular, a capacidade de combate ao terrorismo marítimo foi desenvolvida através do embargo de armamento de destruição maciça, assim como da crescente cooperação com países não-aliados e agências civis (NATO, 2016g, para. 22-24).

A Cimeira de Varsóvia, em 2016, foi o principal ponto de viragem da ACTIVE ENDEAVOUR, passando de uma operação artigo 5º, do Tratado do Atlântico Norte, para uma operação de Segurança Marítima (*Maritime Security Operation - MSO*). A operação ACTIVE ENDEAVOUR passou a ser designada de operação SEA GUARDION.

2.2.2. Operação ALLIED PROVIDER (outubro-dezembro 2008)

A pedido do Secretário-geral da Nações Unidas, Ban Ki-moon⁵², a Aliança Atlântica, em 25 de setembro de 2008, lançou a operação temporária ALLIED PROVIDER, com o objetivo de combater a pirataria nas águas ao largo da Somália. A responsabilidade dos navios destacados para esta operação seria de escoltar os navios do *World Food Programme*⁵³ (WFP). Paralelamente à proteção providenciada a estes navios e à patrulha das rotas mais propícias a atos criminais contra navios mercantes, os navios da NATO podiam aplicar a sua força, respeitando as Regras de Empenhamento (ROE) e as respetivas leis nacionais e internacionais. Esta operação, em coordenação com outras organizações internacionais, como a ONU, apoiava o cumprimento das Resoluções do Conselho das Nações Unidas 1814, 1816 e 1836 (NATO, 2016c, para. 16-18).

Neste sentido, em 9 de outubro do mesmo ano, a NATO respondeu positivamente ao solicitado pelo Secretário-geral das Nações Unidas, orientando um planeamento de tarefas para a SNMG-2 participar nesta operação de combate à pirataria. Dada a *Istanbul Cooperation Initiative* (ICI)⁵⁴, a SNMG-2 já estava destinada a visitar os países integrantes nesta iniciativa (SHAPE, 2014, para. 4-5) e, neste seguimento, dos sete navios integrantes na SNMG-2, três foram designados para esta operação, enquanto os restantes quatro mantiveram o seu empenhamento na ICI (NATO, 2016c, para. 19).

⁵² Ban Ki-moon foi o oitavo secretário-geral das Nações Unidas.

⁵³ O WFP é um ramo das Nações Unidas destinado à distribuição de comida a locais no mundo que necessitem deste apoio.

⁵⁴ Lançada na Cimeira da NATO em 2004, na cidade de Istambul visa a contribuir para uma segurança regional e em larga escala, global. Sumariamente oferece aos países fronteiriços, sendo eles o Bahrain, o Qatar, o Kuwait e os Emiratos Árabes Unidos, a Arábia Saudita e o Omar, do Médio Oriente uma relação bilateral de segurança cooperativa com a NATO (NATO, 2011b).

2.2.3. Operação ALLIED PROTECTOR (março-agosto 2009)

Uma segunda operação foi lançada pela NATO por forma a fazer face à pirataria e a aumentar o clima de segurança nas rotas comerciais marítimas no Golfo de Áden e nas águas do Corno de África. A força destacada tinha como principal função dissuadir, defender e impedir as atividades de pirataria nesta região. Esta operação demonstrava a intenção da NATO em manter o seu contributo contínuo para o bem-estar da comunidade internacional e esta região apresentava e apresenta uma importância bastante significativa para as rotas comerciais internacionais e interesses económicos dos países aliados (NATO, 2016c, para. 12-13).

A Aliança destacou para esta região as Forças Navais Permanentes-SNMG-1 e SNMG-2. Temporalmente separadas, as forças navais aliadas foram empregues nesta operação com as funções anteriormente apresentadas. Inicialmente, entre 24 de março e 29 de junho de 2009, a SNMG-1 foi a força destacada para esta operação, com uma previsão de estar no início deste período, no sudoeste asiático. Esta previsão manteve-se até ao incremento dos ataques piratas no fim de abril de 2009. A 29 de junho de 2009, a SNMG-2 assumiu a responsabilidade desta operação (NATO, 2016c, para. 13-14).

Conforme refere o Almirante Pereira da Cunha, Comandante da SNMG-1 na Operação *Allied Protector* (NATO, 2009b, para. 4):

*“Operation ALLIED PROTECTOR demonstrates not only NATO’s determination to counter piracy activities in the Horn of Africa region, but also represents the contribution by Allied Nations and the common expression of the Alliance’s cohesion, vital to the success of our efforts to combat today’s threats.”*⁵⁵

⁵⁵ Tradução: “...demonstra não só a determinação da OTAN no combate à pirataria na região do Corno de África, como também representa a contribuição das nações aliadas para a coesão da Aliança, vital para o sucesso no combate às ameaças de hoje.”

2.2.4. Operação OCEAN SHIELD (agosto 2009-dezembro 2016)

A Aliança, com as duas anteriores operações, foi desenvolvendo ações para combater as atividades de pirataria, na região do Corno de África, no Golfo de Áden e no Oeste do Oceano Índico e a Sul do Estreito de Hormuz, sendo estas regiões de elevada importância pelo seu intenso tráfico comercial marítimo. Inicialmente, a operação OCEAN SHIELD estava focada em ações de anti pirataria como a vigilância e identificação dos navios, a intervenção em eventuais navios sequestrados, a escolta de navios das Nações Unidas com suprimentos, destinados à Somália, no âmbito da *African Union Mission in Somalia*⁵⁶ (AMISOM), entre outras (NATO, 2016c, para. 1-4).

Nas suas funções de vigilância e reconhecimento, e através da sua *intelligence*, os navios aliados garantiam o normal e legal tráfico na costa da Somália. Os navios destacados para esta operação exerciam a monitorização do trânsito dos navios comerciais e, várias vezes, escoltavam-nos, garantindo-lhes um trânsito seguro. As companhias dos navios comerciais estavam em permanente contacto com a NATO e com outras organizações internacionais focadas nas ações para o combate à pirataria nesta região, por forma a garantir uma rápida divulgação e partilha de informação, prevenindo possíveis ataques. Relativamente às regras de empenhamento das forças da NATO eram (MARCOM, 2017c, para. 6):

- As respetivas forças de abordagem podiam entrar em navios suspeitos e verificar a eventual existência de piratas a bordo;
- Os navios podiam empregar a força para parar um navio pirata ou terminar uma situação de sequestro.

Paralelamente às ações de combate à pirataria, a NATO, em parceria com as restantes organizações internacionais, forneceu meios para o combate à pirataria aos Estados regionais, para que estes tivessem capacidade de resposta a este tipo de situações,

⁵⁶ A AMISOM é uma missão de paz na Somália, têm vários objetivos, como a redução da ameaça de grupos armados, entre eles o Al Shabaad, providenciar segurança na região da Somália, no sentido de permitir os processos políticos de estabilização (AMISOM, s.d.).

assim como, assegurou que os navios mercantes e respetivas tripulações estavam cientes das melhores formas de atuar em ataques piratas (MARCOM, 2017c, para. 6).

A NATO, conforme os anteriores parágrafos sugerem, não foi a única organização internacional a intervir nesta região com o fim de eliminar a pirataria: também se registou o empenhamento da UE com a operação ATALANTA⁵⁷, os Estados Unidos e outros países, com a *Combined Task Force 151*⁵⁸ e outros países como o Japão, a China e, a Coreia do Sul. No âmbito desta operação, a NATO contou com o contributo de países parceiros como a Austrália, a Colômbia, a Nova Zelândia e a Ucrânia. Por se tratar de um interesse internacional, a Aliança Atlântica procurava aumentar a cooperação com as restantes organizações, uma vez que estas tinham os mesmos fins e assim podia otimizar os seus esforços e partilhar formas de combater as evolutivas táticas de pirataria (NATO, 2016c, para. 3-5).

Relativamente ao comando e controlo desta operação, este estava de acordo com a normal cadeia de comando aliada: o NAC estabelecia as linhas políticas orientadoras e o referido comando e controlo estava delegado ao comando militar da NATO. O SACEUR, detentor do comando operacional desta operação, delegou-o no MARCOM, em *Northwood*, no Reino Unido (MARCOM, 2017c, para. 3).

⁵⁷ A Operação ATALANTA foi uma missão lançada pela UE em dezembro de 2008, uma vez que a Costa da Somália e o Oeste do Oceano Índico estava a ser constantemente a ser alvo de ataques de pirataria. Neste sentido a missão tinha objetivos como a proteção dos navios da WFP e da AMISON, entre outras entidades similares, a deteção e interrupção das atividades de pirataria na região, monitorizar a atividade piscatória na região entre outros (EU NAVFOR ATALANTA, s.d.).

⁵⁸ Em paralelo com a Operação OCEAN SHIELD e a operação ATALANTA, a *Combined Task Force 151* era uma força naval internacional com os mesmos objetivos das referidas operações. Pertenciam a esta força navios australianos, paquistaneses, sul coreanos, turcos, ingleses e americanos (Combined Maritime Forces, s.d.).

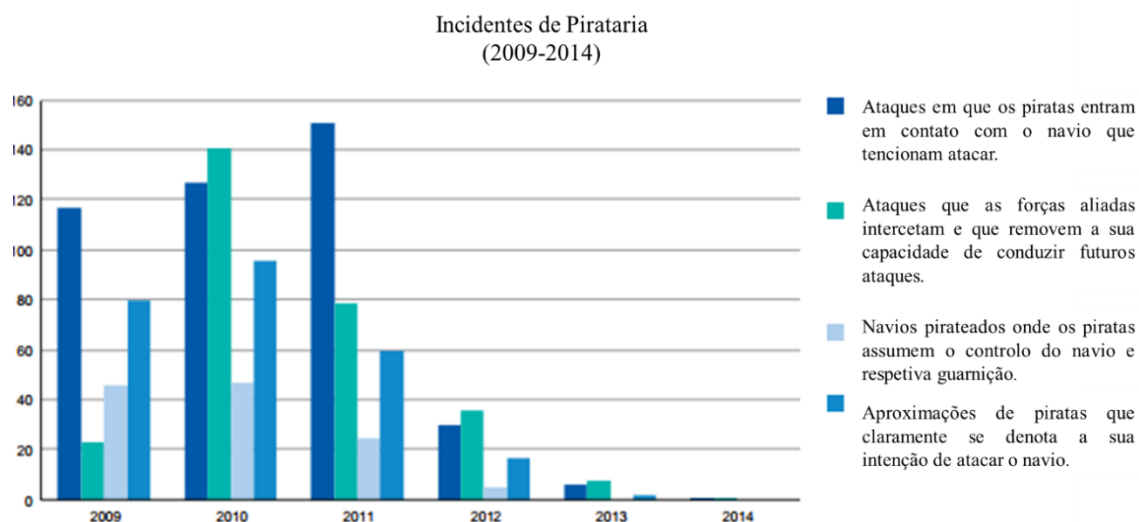


Figura 2: A evolução dos resultados da Operação OCEAN SHIELD

Adaptado de (Stoltenberg, 2015, p.10)

O sucesso desta operação era visível, cada ano que passava, desde o seu começo, conforme demonstra a figura anterior, cujos valores são referentes aos números totais dos ataques.

Conforme as anteriores operações contra a pirataria, as Forças Navais Permanentes da Aliança - SNMG-1 e 2 - participaram, alternando entre elas com um período de 6 meses cada, até ao ano de 2014, ano em que a Aliança dava como reduzida a atividade pirataria, conforme apresentado no comunicado final da Cimeira de Gales, em 2014 (MARCOM, 2017c, para. 7). Em janeiro de 2013 a Aliança verificava a inexistência de ataques ou tentativas destes, na área durante o ano de 2012 e, que já eram reduzidos desde janeiro de 2011, em que se verificaram 29 ataques com seis navios capturados (NATO, 2016d, para. 9).

O fim da operação ocorreu em 2016, com a Cimeira de Varsóvia, onde os Chefes de Estado e de Governo verificaram a inexistência de ataques bem-sucedidos, no Oceano Índico, por parte dos piratas. De qualquer das formas, a NATO assumiu a sua intenção de manter o seu conhecimento situacional marítimo na região, de combater a pirataria e de prosseguir com ligação a outros atores internacionais com os mesmos fins (NATO, 2016, para. 90).

2.2.5. Operação UNIFIED PROTECTOR (fevereiro - outubro 2011)

Em fevereiro de 2011, um protesto de paz em Benghazi no Leste da Líbia contra os 42 anos de governo do Coronel Muammar Kadhafi⁵⁹ encontrou uma resposta violenta e um vasto número de vítimas mortais foi crescendo. Neste contexto, as Nações Unidas adotaram a resolução 1970, em 26 de fevereiro de 2011, para fazer face a uma situação muito preocupante, sendo necessário impor um embargo de armamento ao país. Posteriormente a esta resolução, a NATO lançou ações de vigilância, posicionando navios na região para o efeito. Com o agravar da situação vivida no país, as Nações Unidas aprovaram a Resolução 1973 que condenava os atos de violência que iam contra os direitos humanos; desta forma, foi aprovado o uso de todas as medidas necessárias à proteção do povo da Líbia (NATO, 2015a, para. 1-3).

A 22 de março de 2011, a NATO decide contribuir para a prevenção do fornecimento de armas, lançando a operação em apreço e os navios a operar na região começaram a “cortar” o abastecimento de armas e de material relacionado, assim como de mercenários de ou para o país. Para além destas ações de prevenção, as forças da Aliança começaram a conduzir ataques contra forças militares que estavam envolvidas no ataque ou na ameaça dos cidadãos da Líbia (NATO, 2015a, para. 5-7).

O fim desta operação deu-se com a morte de Kadhafi em 20 de outubro de 2011, tendo o NAC decidido manter a monitorização da região e a sua capacidade de resposta a ameaças à população, caso fosse necessário. A componente marítima desta operação terminou em 31 de outubro, com os meios marítimos a deixarem as águas territoriais da Líbia, dirigindo-se para os seus países de origem (NATO, 2015a, para. 15-16).

Esta operação esteve sob comando operacional do JFC Nápoles que colocava em prática as decisões tomadas no NAC, estando a componente marítima da operação sob o comando do *NATO Maritime Command* em Nápoles (NATO, 2015a, para. 17-19).

⁵⁹ Kadhafi foi chefe de Estado da Líbia entre 1969 e 2011, data da sua morte. Na sua vida ficou conhecido como militar, político, ideológico e ditador (The Editors of Encyclopaedia Britannica, s.d.b).

2.2.6. Exercício DESTINED GLORY 2004 (setembro-outubro de 2004)

Para além das operações referidas, os exercícios militares navais tomaram uma nova importância. Entre eles, os exercícios navais destinados a treinar operações anfíbias, como o realizado anualmente, outros para o treino de luta antissubmarina, como o DOGFISH, outros para treino de guerra de minas, como o DAMSEL FAIR, e exercícios que englobavam os três ramos das Forças Armadas, como o DYNAMIC MIX, realizado bianualmente, sendo que todos estavam destinados ao mesmo fim: o treino das forças de alta prontidão da Aliança (NATO, 2001a, para. 1).

O exercício em análise foi realizado no Mediterrâneo, na ilha de Sardenia e englobava as Forças de Reação Rápida da NATO em conjunto com forças navais e anfíbias sob comando da STRIKFORNATO. Envolveu cerca de 10,500 militares e mais de 50 navios pertencentes a 11 países aliados e demonstrava a capacidade operacional inicial das forças de reação aliadas, capazes de executar missões de apoio à paz, resposta a crises e de defesa. O exercício, apesar de organizado pelo Quartel-General da NATO em Nápoles, responsável pelo Mediterrâneo, foi dirigido pelo Comandante do STRIKFORNATO (NATO, 2004a, para. 1-5).

2.3.A evolução das Forças Navais da Aliança

A criação da *NATO Response Force* levou as forças navais permanentes aliadas a uma alteração à sua designação (EMGFA, s.d.):

- A STANAVFORLANT passou a designar-se de *Standing NATO Response Force Maritime Group 1*, em janeiro de 2005 e, posteriormente, adotou a atual designação de *Standing NATO Maritime Group 1* (SNMG-1);
- A STANAVFOMED, da mesma forma que a anterior STANAVFORLANT, passou a designar-se de *Standing NATO Response Force Maritime Group 2*, em janeiro de 2005 e, posteriormente, adotou-se para a atual designação de *Standing NATO Maritime Group 2* (SNMG-2);

- A Força Naval de Contramedidas de Minas para os Norte da Europa (anterior STANAVFORCHAN) passou a designar-se de *Standing NATO Mine Countermeasures Group 1* (SNMCMG-1);
- A Força Naval de Contramedidas de minas para o Mediterrâneo (criada em 1999 para participar na operação ALLIED HARVEST) passou a designar-se de *Standing NATO Mine Countermeasures Group 2* (SNMCMG-2);

Desde então, e como se tem vindo a denotar, a participação destas forças nas operações de segurança marítima da NATO foi frequente. Conforme analisado anteriormente, com o fim da operação do Afeganistão em 2014 e com a alteração do ambiente de segurança na região Euro-Atlântica, marcada pela anexação ilegal da Crimeia, por parte dos russos, os aliados, na Cimeira da Gales, aprovaram um plano de operacionalização da Estratégia Marítima da Aliança de 2011, em que assumiam o “compromisso de contribuir para a geração de uma força naval permanente de dimensão e capacidade credível”, evitando empregar essas forças de reação imediata em operações de Segurança Marítima. Este plano abrangia seis linhas estratégicas (Monteiro & Pinto, 2015b, p. 4):

1. Revigorar as Forças Navais Permanentes da Aliança, ficando estas a pertencer à VJTF, enquanto sua componente naval. Desta forma, as SNF deixariam de ser empregues em operações de segurança marítima de longa duração e de baixa intensidade, passando estas operações a ter um processo de geração de forças autónomo. Desta forma, as Forças Navais Permanentes teriam a possibilidade de intensificar o seu treino para operações de alta intensidade.
2. Melhorar a capacidade de projeção de forças marítimas de contingência, objetivando a garantia de forças navais de reserva, com graus de prontidão superiores às então forças de contingência da NRF.
3. Incrementar o treino, exercícios e certificação, no âmbito da *Connected Forces Initiative*, onde estava em vista a criação de exercícios para as

forças navais, com cenários de combate exigentes, como o TRIDENT JUNCTURE 2015.

4. Adaptar as operações marítimas que estavam a decorrer na altura, sendo elas a OCEAN SHIELD e a ACTIVE ENDEAVOUR. Estas adaptações resultaram no término da primeira no final de 2016 e na alteração da segunda, em 2016, para uma missão de segurança marítima, designada de operação SEA GUARDION.
5. Reforçar a cooperação, coordenação e complementaridade NATO-UE, tencionando ambas mitigar a duplicação, como aconteceu com a operação da UE- ATALANTA- e a OCEAN SHIELD.
6. Intensificar o envolvimento de parceiros e não-parceiros no domínio marítimo, procurando reforçar a segurança cooperativa e incrementar a interoperabilidade com os parceiros da NATO.

*“NATO needs to adapt to a complex, more crowded, rapidly evolving, and increasingly unpredictable maritime security environment.”*⁶⁰ Conforme disposto na declaração da Cimeira de Gales, as forças navais permanentes aliadas foram revigoradas, tanto em duração como em composição, com contribuições mais flexíveis das nações aliadas e ainda com o fim da atribuição destes meios em operações de longa duração e de baixa intensidade (NATO, 2014b, para. 71).

De acordo com a declaração da Cimeira de Varsóvia, os Chefes de Estado e de Governo aliados afirmavam que as Forças Navais Permanentes estavam a ser melhoradas, procurando um incremento da capacidade aliada em responder rapidamente, com as suas forças navais, a eventuais crises. *“The Standing Naval Forces are a core maritime capability of the Alliance and are the centrepiece of NATO's maritime posture.”*⁶¹ (NATO, 2016i, para. 48).

⁶⁰ Tradução: “A OTAN precisa de se adaptar a um complexo, mais superlotado, rapidamente expansível e cada vez mais imprevisível ambiente de segurança marítima.”

⁶¹ Tradução: “As Forças Navais Permanentes são a principal capacidade da Aliança e são a peça central da postura marítima da OTAN.”

É nesta linha de pensamento que a Aliança, nesta mesma Cimeira, toma algumas medidas para reforçar a sua postura dissuasora e de defesa coletiva, sendo que apontando para o reforço da postura marítima aliada, entre outros, revigorando o conceito das SNF e alinhando-o com uma NRF reforçada (Pinto, 2017b, p. 42).

2.4.A participação da Marinha Portuguesa na NATO

Portugal, conforme temos verificado ao longo deste trabalho, não contribuiu sempre da mesma forma para a Aliança. O período da Guerra-Fria coincidiu com a Guerra do Ultramar e os seus recursos militares foram sendo divididos. No entanto, o fim de ambos os conflitos, conforme se verificou, levou ao surgimento de um novo ambiente de segurança na NATO.

A participação ativa de Portugal no debate político e militar, que levou ao plano de operacionalização da Estratégia Marítima Aliada, assim como a dimensão e respetivo posicionamento central de Portugal, projetou a imagem do país como uma nação marítima, criando espaço para uma acentuada influência nos assuntos estratégicos do mar na cena internacional (Monteiro & Pinto, 2015b, p. 5).

Apesar da crescente participação de Portugal a nível político e estratégico, os países membros cada vez mais eram classificados como “os que contam” e “os que não contam” em função do seu contributo para a defesa coletiva. Desta perspetiva, Portugal manteve uma assídua contribuição de navios para as Forças Navais Permanentes, oferecendo-se por quatro vezes para assumir o seu comando. Portugal e a Marinha Portuguesa destacam-se por, desde 2001, terem comandado as seguintes operações navais e SNF:

- No período entre março de 2001 e março de 2002, com o comando da então STANAVFORLANT, por parte do contra-almirante Melo Gomes, num período que, como já vimos, foi invocado, pela primeira vez, o artigo 5º do Tratado do Atlântico Norte;
- No período entre janeiro de 2009 e janeiro de 2010, com o Comando da SNMG-1, por parte do então contra-almirante Pereira da Cunha, tendo este

liderado a operação ACTIVE ENDEAVOUR, assim como as operações ALLIED PROTECTOR e OCEAN SHIELD;

- No segundo semestre de 2015, com o Comando da SNMG-1, por parte do então contra-almirante Silvestre Correia, tendo este contribuído para a implementação das *Assurance Measures* da NATO, no Mediterrâneo, no Báltico e no Mar Negro.

Para além dos comandos portugueses anteriormente referidos, a continua participação portuguesa, com navios do tipo fragata, valorizou altamente Portugal como país contribuinte. As referidas participações e comandos não foram únicas, Portugal contribuiu ainda com um submarino no Exercício BALTOPS 2016, entre a costa da Estónia e da Polónia; desta forma, a posição negocial portuguesa foi credibilizada na discussão sobre a adaptação da postura da NATO no quadro do Plano de Ação de Prontidão, balanceando o enfoque da Aliança a Leste e a Sul (Monteiro & Pinto, 2015b, p. 5).

O reforço da componente naval foi um ponto que Portugal tem vindo a defender, sendo este uma das principais formas de adaptar o Plano de Ação de Prontidão ao flanco Sul. As forças navais, conforme tem vindo a ser observado, sempre proporcionaram vantagens de autonomia e de presença no terreno. Desta forma Portugal, enquanto membro que constantemente contribui com forças para a SNMG-1 e 2, teve uma preponderante posição nas negociações do Plano de Ação de Prontidão, garantindo uma abordagem de 360° nas periferias da NATO e não apenas para Leste (Monteiro & Pinto, 2015b, p. 5). Nesta linha, Azeredo Lopes⁶² referiu antes da Cimeira de Varsóvia que “pugnará” para que a Aliança “não se esqueça do flanco sul” em linha com “Espanha, Itália e França”, argumentando que “Portugal continuará a defender a ponderação e o equilíbrio” (MDN, 2016, para.2).

⁶² José Alberto Azeredo Lopes, atual Ministro da Defesa Nacional, tendo tomado posse a 26 de novembro de 2015.

A maior dificuldade para Portugal é “contornar as dificuldades financeiras”, conforme refere Monteiro e Pinto, sendo para tal necessário uma “adequada distribuição do orçamento que financia as Forças Nacionais Destacadas” (Monteiro & Pinto, 2015b, p. 5).

2.5.Síntese conclusiva

Ao analisar os acontecimentos marcantes na história da NATO, após o 11 de setembro de 2001, verifica-se que a segunda hipótese de resposta inicial (H2), embora não esteja totalmente correta, não se “afasta” muito da realidade histórica da Aliança.

Com o início de uma nova época, a Aliança Atlântica vivia um ambiente em que a segurança tinha poucos pontos comuns com o passado; as ameaças não eram as únicas a ter sido alteradas, o seu contexto também foi alterado. Responsáveis por estas mudanças estão três razões (Rodrigues, 2006, pp. 3-4):

- A natureza da defesa: surgiu a necessidade de uma defesa sem fronteiras, uma defesa de interesses onde quer que eles estejam ameaçados, ao invés de uma essencialmente passiva para resistir a eventuais agressões diretas;
- A natureza e a previsibilidade dos conflitos: o inimigo era agora incerto e difuso, com a capacidade de recorrer a métodos não convencionais. Assim, desapareceu a possibilidade de um desafio global e surgiu a hipótese de vários conflitos, mas de menores dimensões, que colocam em causa a segurança e estabilidade dos países. A previsibilidade que existia também deixou de existir, sendo agora fundamental atuar preventivamente, antes que a ameaça se concretize;
- O conceito de soberania: esta ideia de soberania também sofreu alterações e com ela a atuação das forças; o conceito já não assentava apenas na defesa territorial, alargava-se à sua participação na resolução de crises, conflitos e calamidades, que continuavam a desenvolver-se em todo o mundo.

Assim, a Aliança enfrentava uma nova natureza dos conflitos, com repercussões na composição das marinhas e na configuração dos navios; simultaneamente, algumas missões tradicionais perderam relevância enquanto outras ganharam. Diminuiu a importância de controlar as linhas de comunicações marítimas, a necessidade de controlar os grandes espaços oceânicos e a necessidade de as marinhas estarem preparadas para combater outras em confrontos tradicionais, ideias inspiradas nos ideais de Mahan⁶³. Por outro lado, o novo ambiente mundial levou ao aumento da importância das marinhas operarem no litoral, em apoio a operações terrestres e outras áreas tais como (Rodrigues, 2006, p. 4):

- Na proteção da navegação mercante, especificamente em canais internacionais onde passa grande parte do comércio marítimo mundial, ameaçado pela atividade terrorista e da pirataria internacional;
- No crescente papel do poder naval em controlar e em manter a ordem internacional no mar, combatendo redes terroristas internacionais e organizações de crime organizado;
- No aumento da importância do combate à proliferação de armamento de destruição maciça.

Esta acentuada alteração ao clima de segurança mundial e marítimo fez a Aliança alterar a sua forma de gerir situações de crise, tanto internas como externas. Conforme as ameaças foram sendo alteradas, a NATO também se foi adaptando. As Forças Navais Permanentes passaram um período em que participavam em operações de segurança marítima e, posteriormente, passaram a estar preparadas para situações de maior intensidade.

Desta maneira, e face ao exposto, considera-se atingido o O2: *Analisar o que se alterou na tipologia das forças da Aliança nas suas missões e operações marítimas assim*

⁶³ Alfred Thayer Mahan foi um oficial da marinha dos Estados Unidos da América que através da sua visão geoestratégica influenciou vários países a investirem no seu poderio naval.

como na constituição das Forças Navais Permanentes, no período entre os ataques do 11 de setembro e a Cimeira de Varsóvia.

Ao mesmo tempo, considera-se analisada a participação portuguesa, tanto a nível político, como a nível militar, na Aliança, no período limitado pelo segundo capítulo. Assim o quarto objetivo (O4): *Analisar a estratégia portuguesa, em resposta aos desafios marítimos da Aliança*, vai sendo alcançado ao longo da realização do trabalho.

Capítulo 3. Após Cimeira de Varsóvia e perspetivas futuras até 2021

O fim da Guerra Fria fez com que os países aliados reduzissem o seu estado de alerta relativamente às ameaças. Esta diminuição fez com que o orçamento gasto na defesa também reduzisse, no entanto, como se verificou, o nível de insegurança aumentou desde 2014. Deste modo, torna-se necessário um reinvestimento por parte dos aliados na defesa.

Por forma a constatar esta evolução do nível de ameaça, o anterior embaixador português na NATO, João Mira Gomes, proferiu o seguinte, no seu discurso de despedida do NAC: *“If one can say that Lisbon was a summit of hope, then Chicago was already a summit of half hope and Wales clearly a summit of full crisis.”*⁶⁴ (Pinto, 2017. p. 42). Neste seguimento o que se espectava para a Cimeira de Varsóvia?

A Rússia voltou a tornar-se uma ameaça, assim, será que vai voltar a haver uma corrida ao armamento? Jens Stoltenberg desmistifica essa ideia: *“We don’t want a new Cold War, we don’t want a new arms race.”*⁶⁵ (Stoltenberg J. , 2018). Neste sentido, a Aliança procura preparar-se para uma Rússia mais assertiva e ao mesmo tempo mitigar a ameaça terrorista, o que se pode traduzir através da adoção de uma postura de dissuasão e de defesa, assim como também, na projeção de estabilidade para além das suas fronteiras. Estes foram os dois pilares de discussão em Varsóvia, na Cimeira em busca dos 360º (Pinto S. d., 2017, p. 42).

3.1.Perspetiva da evolução política e estratégica da Aliança

Desde 2014 que a NATO tem vindo a confrontar-se com um clima de crise mais complexo e imprevisível. Com o fim da Guerra Fria os aliados começaram a focar-se na gestão de crises, no entanto, em 2014, a Rússia ressurgiu com a anexação ilegal da Crimeia e a desestabilização russa do Leste Ucrainiano, em Donbass. Para além deste

⁶⁴ Tradução: “Se por um lado Lisboa foi uma Cimeira de esperança, então Chicago foi uma Cimeira de meia esperança e Gales foi claramente uma Cimeira de crise total.”

⁶⁵ Tradução: “Nós não queremos outra Guerra Fria, nem outra corrida ao armamento”.

aumento de tensão a Leste, o crescimento da atividade terrorista no interior das fronteiras aliadas, assim como no exterior, com o *Islamic State of Iraq and the Levant* (ISIL) a controlar grandes regiões sírias e iraquianas, levam os aliados a adaptarem-se, como refere Stoltenberg: (Stoltenberg J., 2018).

*“We are strengthening our collective defence in Europe, in one way NATO is coming home, but we can’t stop doing crisis management...we are implementing the biggest reinforcement of our collective defence since the end of the Cold War.”*⁶⁶ (Stoltenberg J., 2018)

Este reforço da defesa foi realizado de várias formas. Na Cimeira de Gales foi assumido o compromisso de cada país membro da Aliança alcançar, até 2024, 2% ou mais do seu Produto Interno Bruto (PIB) nos orçamentos da defesa (20% dos quais deveriam ser utilizados para investimento em novo equipamento). Este compromisso levou os membros aliados europeus e canadianos a reinvestir na defesa, conforme é demonstrado na imagem seguinte:

Gastos em defesa dos países Europeus da NATO e o Canadá

Os valores são apresentados em bilhões de dólares americanos

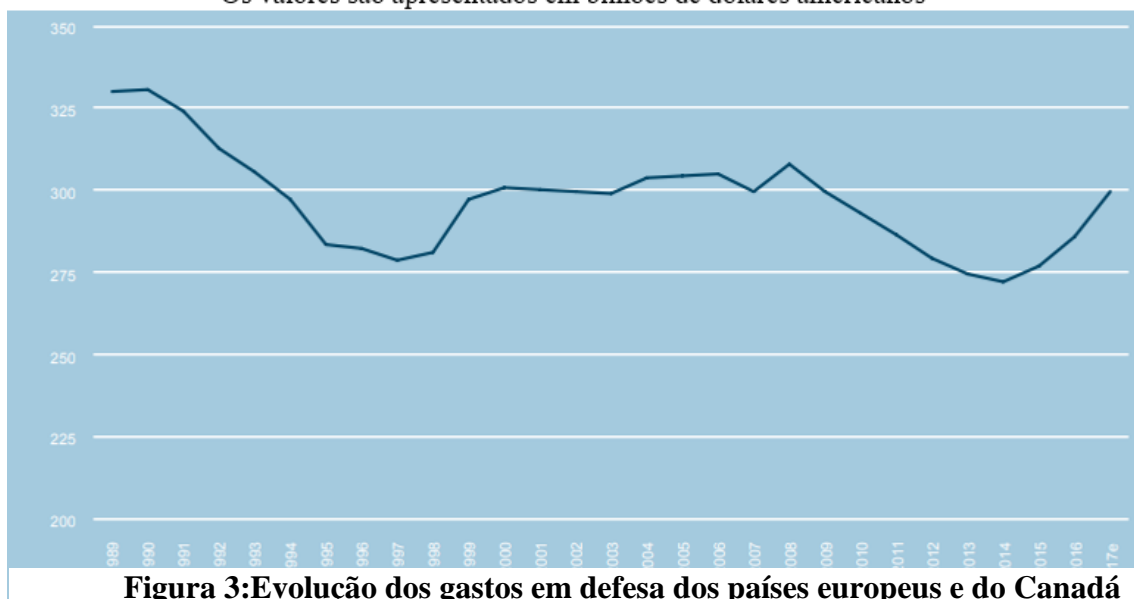


Figura 3: Evolução dos gastos em defesa dos países europeus e do Canadá

Adaptado de (Stoltenberg J., 2018)

⁶⁶ Tradução: “Nós estamos a fortalecer a nossa defesa coletiva na Europa, por um lado a NATO está a retornar a casa, mas por outro, não podemos deixar de atuar na gestão de crises... estamos a implementar o maior reforço de defesa coletiva desde o fim da Guerra Fria”.

Não obstante, o compromisso não se limitava aos 2% do PIB em defesa, pelo que uma análise das percentagens específicas dos gastos em defesa de cada país é importante. Essa relação de percentagens é demonstrada na figura seguinte:

Orçamento, dos países membros, gasto em Defesa versus gastos em novos equipamentos expressos em percentagem do PIB

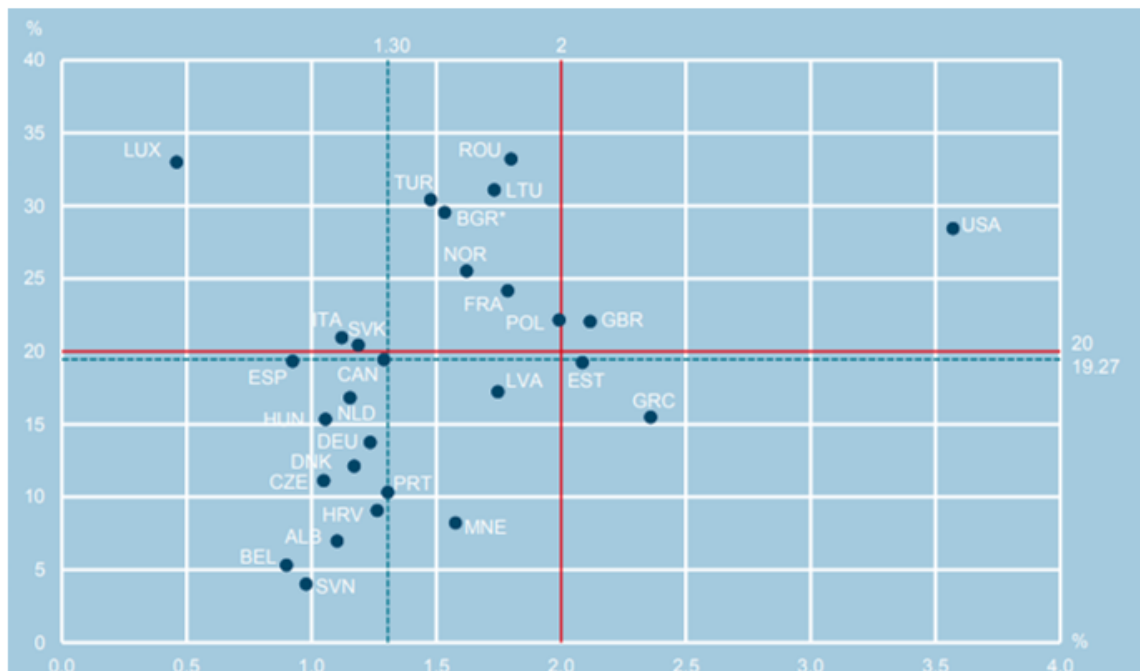


Figura 4:Gastos em Defesa, versus gastos em equipamento de defesa

(referente a 2017)

Adaptado de (Stoltenberg J., 2018)

A imagem anterior, de 2017, denota que, dos 28 países membros apresentados (na imagem não está representada a Islândia por ser o único membro da NATO sem forças armadas), apenas 5 países estavam a cumprir a meta de 2% ou mais do PIB gasto em defesa, e desses apenas 3 (EUA, Inglaterra e Polónia) estavam a gastar 20% desses 2%, em equipamento para defesa. Assim, denota-se facilmente que a Aliança, a este nível, ainda tem um longo caminho a percorrer, apesar de pela figura 3 se denotar um contínuo crescimento deste investimento desde 2014.

Em Varsóvia, perante os compromissos assumidos em Gales, os Chefes de Estado e de Governo reafirmaram o seu comprometimento com esta ambiciosa meta, assim como também decidiram retomar o diálogo político e diplomático com Moscovo, no sentido de

evitar possíveis desentendimentos futuros de ambas as partes. Este retomar de diálogo constitui uma segunda forma de a NATO procurar responder aos desafios que surgiram em 2014, neste caso, responder à emergente Rússia. Embora esta tenha deixado de ser um parceiro da NATO, descurar o diálogo seria um erro, uma vez que: “A Rússia é parte do problema, mas também é parte da solução”, conforme referiam alguns Chefes de Governo (Pinto, 2017b, p. 43).

Ainda referente à meta assumida em Gales, o representante militar português na NATO, vice-almirante Silvestre Correia refere, em entrevista realizada pelo autor: “o que se está a pensar fazer é arranjar métricas que sejam comumente aceites, o que será muito difícil, para provar que há países, que embora com uma contribuição/esforço financeiro menor do que os tais 2% que acabam por ser mais produtores de segurança e apresentar um contributo maior para a NATO, do que países que fazem grandes investimentos em termos de despesa militar mas que depois contribuem pouco, por que não adianta dizerem que gastam muito, se não comprarem as coisas certas e não as utilizarem em prol daquilo que são os objetivos da Aliança.”⁶⁷(Correia, comunicação pessoal, março 15, 2018).

Uma outra forma de os aliados responderem às novas ameaças é através do reforço da sua postura naval. Para tal é necessário implementar o plano para operacionalizar a Estratégia Marítima da Aliança (apresentada em 2011, mas nunca colocada em prática). Neste sentido, a Aliança desenvolve o documento designado de *Alliance Maritime Governance* (AMG) que realça a necessidade de uma presença militar naval continua na área de responsabilidade (AOR) do SACEUR⁶⁸, contribuindo para o Conhecimento Situacional Marítimo (*Maritime Situational Awareness-MSA*), constituindo esta presença uma medida de tranquilização da instabilidade a Leste e do Flanco Sul (MARCOM, 2017a, pp. 1-2).

⁶⁷ Também conhecido como *Cash, Capabilities and Contributions*.

⁶⁸ A área de responsabilidade do SACEUR inclui todas as áreas marítimas no Atlântico Norte, a norte do Trópico de Câncer, com o Mar do Norte, da Irlanda, o Canal Inglês, o Báltico, o Mar Negro e todo o Mediterrâneo, incluídos. O limite oeste desta área é a costa americana, a norte da latitude 18°10'N, não incluindo Cuba (MARCOM, 2017).

No referido documento, a NATO realça a escassez de meios navais face aos objetivos aliados. Desta forma, a Aliança, além de necessitar de uma maior flexibilidade por parte dos meios navais, também precisa que estes sejam empregues de forma correta, tendo especial atenção na sua interoperabilidade, assim como na elevada prontidão que é necessária. Ao mesmo tempo, a Aliança deve coordenar-se com outras organizações internacionais com objetivos idênticos, como a UE, no sentido de poupar recursos e de reduzir a duplicação de esforços (MARCOM, 2017a, pp. 2-3).

As forças navais apresentam uma vantagem clara face às restantes forças militares; podem ser empregues em regiões de conflito, sem que exista qualquer aumento de tensão nessa mesma região, ou seja, as forças navais podem estar destacadas numa região, aguardando decisões políticas para a resolução de determinadas tensões, atuando paralelamente na segurança das águas internacionais fronteiriças à região sob tensão (MARCOM, 2017a, p. 3).

Conforme se tem retratado, o contexto mundial, desde 2014, levou a que os aliados reformulassem o espectro das ameaças. Desta forma, as forças navais necessitam novamente de estar preparadas para ameaças convencionais e não só. Atualmente o treino deve não só focar a guerra ASW, como também a capacidade de atuar contra (MARCOM, 2017a, p. 6):

- Ambientes de *Anti-access and Area Denial* (A2/AD)⁶⁹;
- Ambientes de Guerra Híbrida;
- Ambientes de Guerra cibernética;
- Ataques *Chemical, biological, radiological and nuclear* (CBRN);
- Ataques de *Improvised Explosive Device* (IED).

Paralelamente, a NATO está a desenvolver-se por forma a melhorar a sua capacidade de MSA, objetivando um melhor conhecimento situacional marítimo. Esta

⁶⁹ A2/AD, como o nome indica, constitui a negação de uma determinada região ao adversário, sendo esta uma estratégia que a NATO precisa de combater apesar dos desafios *Anti-Acess/Area Denial* (Piteira, 2016).

otimização é possível através de uma troca de informação em tempo, possibilitando uma resposta rápida a possíveis ameaças. Assim, em 21 de dezembro de 2017, a Aliança assinou um contrato com uma empresa canadiana por forma a desenvolver o projeto TRITON⁷⁰ (MARCOM, 2017a, pp. C-1; C-2).

Assim, a Aliança está também a fortalecer relações com países e organizações parceiras, como a Filândia e a Suécia no Báltico, a Geórgia e a Ucrânia no Mar Negro, a Tunísia e os restantes países do Diálogo do Mediterrâneo e da Iniciativa de Cooperação de Istambul, no sentido de reforçar o conhecimento situacional marítimo da AOR do SACEUR. Este fortalecimento de relações é também devido ao notável incremento das atividades militares russas no Mar Negro e no Báltico (NAC, 2017b, para. 35-43).

Os aliados estimam que estas atividades militares russas continuem não só nas duas regiões referidas como também no Mediterrâneo (especialmente no lado oriental, onde passa o apoio militar para o confronto na Síria⁷¹) e no Atlântico Norte. Para além da presença militar russa nestas regiões, a Rússia está a desenvolver as suas capacidades de A2/AD, a defesa aérea e a sua capacidade submarina, melhorando a sua capacidade dissuasora. Por foma a colmatar estes desenvolvimentos, os russos estão a modernizar a capacidade de misséis de longo alcance o que, perante uma eventual crise, pode desestabilizar a liberdade e a paz que a NATO defende e para a qual foi criada (NAC, 2017a, para. 9).

Perante o exposto, é útil analisar a citação do Representante Militar português na NATO: “Começou a haver uma preocupação: onde estavam os submarinos? O que estavam a fazer? E a NATO viu-se de repente, sem a capacidade do passado, para efeitos

⁷⁰ O projeto TRITON irá melhorar a capacidade de *Maritime Command and Control Information System* (MCCIS), melhorando a capacidade do conhecimento situacional marítimo, de gerir o espaço marítimo entre outras (NATO, 2017).

⁷¹ O conflito da Síria estende-se desde 2011, quando as forças de segurança da Síria abriram fogo contra manifestantes que se opunham ao governo de Bassar Al Assad. Este conflito é sustentado de um lado pela Rússia, com Vladimir Putin a apoiar o governo de Assad e por outro lado pelos EUA, tendo estes tomado duas posições dispare. A primeira, no governo de Obama, onde a prioridade era destituição da Assad, a segunda, no governo de Trump, onde a prioridade era combater o ISIL, sendo Assad um aliado contra o referido (BBC, 2018).

de monitorização e controlo sobre o espaço marítimo do seu interesse (todo o Atlântico Norte, Mediterrâneo, o Mar Negro e o Mar Báltico). As marinhas de todos os países NATO reduziram o seu efetivo, por ter deixado de haver uma ameaça de um ator estatal credível, capaz de fazer pregar a segurança e a integridade das fronteiras da Aliança, verificando-se que nós (Aliados) não estávamos capacitados de enfrentar uma realidade destas, por deixarmos de conseguir monitorizar o nosso espaço de interesse, não temos suficiente *situational awareness* do que se passa no Atlântico e no Mediterrâneo, principalmente.” (Correia, 2018).

O referido retrata a evolução da reemergente capacidade submarina dos russos e a forma como a NATO se terá de adaptar a esta evolução.

Por outro lado, para além da crescente ameaça russa, os Aliados estão focados na defesa da maior artéria comercial europeia, sendo ela o Mediterrâneo e os seus acessos, entenda-se ao estreito de Gibraltar e ao canal do Suez. Para além desta importante artéria europeia, estão regiões que, apesar do intenso esforço desenvolvido, ainda se mantêm com um elevado risco de segurança, sendo estas regiões a do Golfo de Adem, a costa da Somália e o Golfo da Guiné. Ao mesmo tempo, internamente, o Mediterrâneo enfrenta a maior crise de refugiados desde o fim da Segunda Guerra Mundial (NAC, 2017a, para. 8).

Ainda com o retorno da ameaça russa voltou a necessidade de as forças navais aliadas terem capacidade de combate - *warfighting function*. Ao mesmo tempo, devem manter as anteriores capacidades de dissuasão e defesa, assim como de projeção de estabilidade. Para manterem estas capacidades devem cumprir com as seguintes funções (NAC, 2017a, para. 14):

- Função Estratégica: A presença marítima, dentro e fora da área de responsabilidade do SACEUR, provoca efeitos dissuasores, através da demonstração de força. Em geral, cada país consegue exercer esta função, no entanto as Forças Navais Permanentes reforçam-na, estando estas sob controlo da NATO;

- Função de Segurança: A segurança marítima é alcançada pelas missões e operações marítimas que na sua génese tenham este fim. Esta função é a principal forma de os aliados alcançarem os objetivos de projeção de estabilidade, como por exemplo disso são referidas operações *Ocean Shield* e *Sea Guardian*, entre outras ações de apoio humanitário;
- Função de combate: Tanto em tempo de paz como em tempo de crise esta função é a principal fonte de dissuasão aliada. Desta forma, para a Aliança, enquanto organização da qual um dos principais pilares sempre sempre se basiou dissuasão, a capacidade de combate das forças navais aliadas sempre foi um ponto focal na NATO. Neste contexto, as SNF são forças navais combatentes em elevado estado de prontidão.

As três funções, apresentadas pelos aliados, são essenciais para que as forças navais aliadas consigam reforçar a postura marítima da Aliança. No entanto, a NATO apresenta ainda cinco áreas que é necessário reformular, para cumprir com os objetivos traçados, sendo elas (NAC, 2017a, para. 16):

- Fomentar um entendimento geral político sobre o domínio marítimo: A postura de dissuasão da NATO é essencial e as forças navais aliadas têm um papel fundamental na referida postura, mas esse papel deve ser apresentado aos órgãos políticos, no sentido de estes compreenderem melhor de que forma estas forças podem ser usadas sob comando e controlo da NATO;
- Emprego eficiente das forças navais aliadas: As forças navais aliadas devem, mais do que nunca, ter um emprego otimizado, uma vez que se tem enfrentado uma grande dificuldade na geração de forças, tanto para as SNF como para a componente marítima das *Follow-on-forces*;
- Reforçar a capacidade de combate: Face aos novos desafios que se colocam à Aliança, a NATO considera que se deve adaptar, o que exige uma revigoração dos conceitos e capacidades das forças navais aliadas. Tal revigoração implica inserir as forças navais em exercícios de alta intensidade, exercitando a componente *abovewater* e *underwater*, assim

como a proteção de linhas de comunicação, projeção de forças anfíbias e defesa contra mísseis balísticos. Desta forma, as forças navais estariam mais treinadas para participar em cenários mais complexos. Ao mesmo tempo, a NATO reforça a necessidade de treinar operações de reforço, ou seja, a intervenção das *Follow-on-forces*.

- Adaptar e fortalecer os elementos chave: Os referidos elementos chave são a antecipação estratégica e a capacidade de Comando e Controlo Marítimo da NATO. Para melhorar o primeiro elemento chave é necessário melhorar o conhecimento situacional marítimo, sendo para isso essencial uma maior capacidade de *Intelligence, Surveillance and Reconnaissance*. Neste sentido, importa que o SACEUR tenha um panorama mais esclarecido, sendo mais fácil o exercício de comando e controlo. Ao mesmo tempo, regionalmente deve haver um maior conhecimento de possíveis ameaças que determinada região pode enfrentar. Foi nesta linha de ação que a estrutura de comando da NATO se adaptou e continua a adaptar;
- Fornecer as necessidades requeridas: Conforme tem vindo a ser analisado, as ameaças alteram-se e a necessidade de maiores gastos em defesa, de cada país, aumentou. Numa altura em que existem vários constrangimentos financeiros, maiores investimentos devem ser feitos no sentido de melhorar equipamentos de luta antissubmarina, de guerra de minas, capacidades de defesa contra mísseis balísticos, navios de apoio logístico, aeronaves de patrulha marítima e helicópteros.

Pela estratégia, uma ameaça é: “um produto cujas parcelas são: a capacidade e a vontade. Se houver ambas, é realmente uma ameaça, se só houver uma das duas, ou a outra for muito baixa, é um risco, porque de um momento para o outro, a outra parcela pode crescer.” (Correia, 2018). Segundo esta definição, e perante a referida reemergência da Rússia, verifica-se que a área Atlântica está a enfrentar um risco, uma vez que estes possuem capacidades, no entanto verifica-se que as intervenções russas nunca foram direcionadas a um membro da Aliança. Desde 1979, com a invasão do Afeganistão, até 2014, com anexação ilegal da Crimeia, que se denota a falta de intencionalidade em atingir diretamente a Aliança. A perspetiva do Representante Militar português na NATO

é que “de acordo com o *Joint Threat Assessement* da NATO, não é provável que o Sr. Putin vá atacar qualquer país membro da Aliança” (Correia, 2018).

3.2.A possível evolução das operações e exercícios navais da Aliança

A Aliança tem-se vindo a adaptar aos desafios emergentes e neste sentido, ajustou também as suas missões e operações navais, assim como o objetivo final que pretende retirar dos seus exercícios navais. Entretanto a NATO vai desenvolvendo várias ações no sentido de prestar apoio a crises, tais como o diálogo com outras organizações internacionais, o desenvolvimento da sua capacidade dissuasora e de deteção de atividades terroristas, através da cooperação com outros parceiros civis e militares e com países não-NATO (NATO, 2016h, para. 4).

Conforme referido, o objetivo final dos exercícios navais foi alterado. A NATO sempre procurou estar preparada para o *worst case scenario*, no entanto verificou-se que de os aliados em situação de guerra aberta, teriam uma resposta menos imediata do que o que era necessário, no seu espaço de interesse. Deste modo, perspetiva-se uma adaptação da tipologia dos exercícios aliados, tanto do ponto vista mais geral, como num ponto de vista mais particular, o ambiente marítimo (Correia, 2018).

Relativamente ao risco de ASW, o vice-almirante Silvestre Correia refere: “Prevejo de que no futuro não vá haver, a não ser em situações muito pontuais, luta antissubmarina, no modelo tradicional, do ataque a torpedo com deteção de sonar de casco[por navios de superfície], o sonar de casco vai ser mais, na minha perspetiva, um meio de dissuasão, para que eles não se aproximem em excesso e para não se meterem dentro de uma força, mas nunca como uma arma ofensiva, que vão ser assegurados por meios aéreos, ou helicópteros transportadores de armas, ou aviões de patrulha marítima com capacidade ofensiva, ou outros submarinos.” (Correia, 2018).

3.2.1. Operação SEA GUARDIAN (dezembro de 2016- em curso)

A Operação SEA GUARDIAN teve início após a Cimeira de Varsóvia de julho de 2016, sendo esta uma transformação da anterior operação ACTIVE ENDEAVOUR que, conforme analisámos no subcapítulo 2.2.2., era uma operação ao abrigo do artigo 5º

do Tratado do Atlântico Norte, tendo em vista o combate ao terrorismo no Mediterrâneo. A operação em análise não é abrangida pelo artigo 5º do Tratado do Atlântico Norte, mas sim uma *Non-article 5 crisis response operation* (NA5CRO), apresentando-se como uma *Maritime Security Operation* que, em coordenação com outras entidades, objetiva combater o terrorismo no Mediterrâneo, manter um forte conhecimento situacional marítimo e capacitar os parceiros no domínio da segurança marítima.

Como foi referido, 90% do comércio mundial é realizado por mar, e o Mediterrâneo não é exceção, muito pelo contrário; cerca de 65% do petróleo e do gás natural consumido na Europa Ocidental passa todos os anos por este mar (NATO, 2016g, para. 1).

Com a referida importância do Mediterrâneo, torna-se fundamental a existência de um conhecimento situacional marítimo da região. Neste sentido, a Operação SEA GUARDIAN (OSG) contribui para uma imagem geral das atividades diárias nesta área, sendo o MARCOM quem clarifica esta imagem exercendo o respetivo comando operacional da operação (MARCOM, 2017d, para. 5).

Apesar de esta operação não ter todas as suas tarefas permanentemente ativadas, o NAC pode autorizá-las sempre que a avaliação da ameaça o justifique. Desta forma, a operação está preparada a realizar um conjunto de três tarefas permanentemente autorizadas (NATO, 2016g):

- Apoiar no conhecimento situacional marítimo;
- Apoiar no combate ao terrorismo marítimo;
- Contribuir para a capacitação de parceiros, no domínio da segurança marítima.

Para além destas, quatro outras tarefas poderão ser acionadas, sendo elas (NATO, 2016g):

- Defender a liberdade da navegação;
- Conduzir interdição marítima;

- Combater a proliferação de armas de destruição maciça;
- Proteger infraestruturas críticas.

Esta operação tem períodos mais efetivos, durante as suas *focused operations*, focando-se numa determinada área. Durante estes períodos a OSG está concentrada em tarefas de Conhecimento Situacional Marítimo, como a observação da costa da Líbia, seguimento de frotas russas no Mediterrâneo, entre outras tarefas.

3.2.2. Apoio à crise de migração no mar Egeu (fevereiro de 2016)

Desde o fim da 2ª Guerra Mundial (1945), que a Europa não enfrentava tamanha crise de refugiados, e em 11 de fevereiro de 2016 os ministros da defesa aliados decidiram empregar os seus navios no Mar Egeu, em apoio à Grécia e à Turquia, assim como à *Frontex*, agência da UE, no seu esforço de mitigar a crise de migração ilegal e de refugiados. A SNMG-2 estava no Mar Egeu 48 horas após a decisão ministerial, para conduzir ações de *Intelligence, Surveillance and Reconnaissance* contra travessias ilegais deste mar (NATO, 2016i, para. 1-4).

O bom resultado desta operação foi demonstrado pela redução do fluxo de migrantes e abriu portas a uma maior parceria de cooperação entre a NATO e a UE (Pinto, 2017b, p. 44).

3.2.3. Exercício BRILLIANT MARINER (setembro-outubro 2017)

O exercício em análise decorreu em outubro de 2017 e teve como participantes três grupos da Forças Navais Permanentes (SNMG-1, SNMG-2 e a SNMCMG-2), sendo que o objetivo era treiná-las para operações de resposta a crises que não abrangem o artigo 5º do Tratado do Atlântico Norte. A área de operações do exercício foi o Leste do Mediterrâneo, na costa francesa, espanhola e italiana (MARCOM, 2017b).

Este exercício objetivava, entre outros, treinar a capacidade de comando e controlo de quem iria assumir o *Maritime Component Command* (MCC) da NRF em 2018, o FRMARFOR. Para além do treino a nível do C2, as unidades participantes, assim

como as respetivas guarnições, também desenvolveram as suas capacidades e competências, num ambiente desafiante e de alta intensidade (MARCOM, 2017b).

Portugal participou neste exercício com a fragata D. Francisco de Almeida, integrada na SNMG-1, juntamente com outros 7 navios da mesma força naval, 5 navios da SNMG-2 e 3 do SNMCMG-2 (Turkish Navy, 2017).

Exercícios neste âmbito e com este fim são realizados anualmente, como o *Noble Mariner* em 2016, que teve em vista treinar a capacidade de C2 da STRIKFORNATO, tendo sido o HQ responsável pelo MCC da NRF em 2017. Para 2018 está planeada a realização de um outro NOBLE MARINER, integrado no exercício TRIDENT JUNCTURE⁷², com o mesmo fim (NAC, 2017b, para. 23).

3.3.Perspetivas de evolução das Forças Navais da Aliança

A postura marítima da Aliança é tanto mais credível quanto maiores e mais treinadas forem as SNF. Os dois *Standing NATO Maritime Groups* (SNMG-1 e 2) e *Standing NATO Mine Counter Measures Groups* (SNMCMG-1 e 2) são o centro de estabilidade da referida postura. Desde a Cimeira de Gales que a operacionalização do documento *Allied Maritime Strategy* está em curso e desde que esta operacionalização tem vindo a ser realizada, os Aliados elaboram relatórios referindo os desenvolvimentos. Estes relatórios apresentam pontos como a geração de forças navais para a VJTF, cuja componente naval são as quatro forças navais permanentes aliadas o que, apesar de continuar insuficiente, no relatório de outubro de 2017 apresentava-se a melhorar (NAC, 2017a, pp. 1-1;1-2).

Apesar dessa melhoria, o relatório refere a necessidade de promover e encorajar as nações a contribuírem com unidades navais para estas forças navais, possibilitando assim o seu total preenchimento (NAC, 2017a).

⁷² TRIDENT JUNCTURE é um exercício de larga-escala e de grande intensidade, com componente naval, aérea e terrestre, destinado ao treino de C2 dos JFC.

Com o decorrer do tempo, o MARCOM está a verificar que os contributos dos diversos membros aliados estão a melhorar, conforme apresenta o MILREP português: “as SNF têm tido um bom incremento em termos de *force flow*, ou seja os países estão a contribuir mais do que num passado recente” (Correia, 2018). No entanto, em paralelo, está a discutir-se uma adaptação à composição e tipologia de missões para as forças navais permanentes, para isso três opções estão a ser estudadas (Correia, 2018):

- Criar uma SNF com mais capacidade de combate e uma outra com esta capacidade mais descorada, capaz de intervir em missões de mais baixa intensidade, como as operações MIO, como a crise de migração, decorrente no Mar Egeu;
- Aumentar a composição de cada uma das SNMG;
- Manter apenas uma SNMG e a outra ser uma força *on-call*, (como já aconteceu no passado no Mediterrâneo, com a NAVOCFORMED), esta estaria certificada e pronta a ser ativada no mais curto espaço de tempo possível, em caso de emergência. Ao mesmo tempo, esta opção iria mitigar as dificuldades de geração de meios para estas forças, algo que como já referido, está a deixar de se verificar.

Ainda sem decisões tomadas, o vice-almirante Silvestre Correia estima: “que se vai criar uma SNMG mais pequena para situações de MIO e de bloqueio que são unidades sem capacidade de combate, são navios patrulha, eventualmente unidades com capacidade de transporte de meios orgânicos, mas sem capacidade de combate.” (Correia, 2018).

3.4.O contributo português no reforço da postura marítima da NATO

Portugal, enquanto nação marítima, tem reforçado a importância desta dimensão, apresentando-a como um ponto fundamental para o cumprimento dos pilares discutidos na Cimeira de Varsóvia (dissuasão e defesa e projeção de estabilidade). Nesta cimeira, Portugal pugnou pela manutenção do nível de ambição das Forças Navais Permanentes,

defendendo a manutenção do normal processo de geração de forças e do número de navios que constituem os respetivos grupos marítimos, embora admitindo alternativas quando se verifiquem eventuais lacunas, mas sem que essas alternativas venham a constituir norma, o que equivaleria a baixar o nível de ambição (Pinto, 2017b, p. 45).

Paralelamente, Portugal persistiu na cooperação NATO-UE na componente marítima (e noutras), assim como na iniciativa de capacitar marinhas parceiras (Pinto, 2017b, p. 45).

Relativamente à participação portuguesa nas SNF, considera-se a opção de comandar um dos dois SNMG num futuro próximo, em linha com o referido interesse em manter o nível de ambição das SNF e de reforçar a postura marítima aliada (Pinto, 2017b, p. 45).

No já analisado risco que o espaço aliado enfrenta, perante a renovada capacidade submarina russa, os aliados verificaram a necessidade de reinvestimento na defesa ASW. Conforme refere o vice-almirante Silvestre Correia:

“... os países começaram a recuperar as suas capacidades, Portugal nunca as perdeu; nós comprámos os P3 aos holandeses, que se quiseram ver livres deles, porque já não faziam falta, Portugal manteve essa aposta, sendo esta uma aposta ganha, pelos vistos, comprou dois submarinos, que é uma arma antissubmarina por excelência, entre outras capacidades, e damos o nosso contributo de forma muito significativa, mais do que outros países que até têm forças armadas com mais peso específico do que a nossa.” (Correia, 2018).

Em jeito conclusivo, a participação de Portugal na NATO, em particular na componente naval é analisada na seguinte matriz SWOT:

Tabela 1:Matriz SWOT, da participação portuguesa na componente naval da NATO⁷³

<p>Strengths:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Capacidade de comandar as SNMG; • Capacidade de participar na operação SEA GUARDIAN; • Capacidade de participar na Atividade no Mar Egeu; • Capacidade de participar na <i>Defence Capacity Building</i> Marítima; 	<p>Weaknesses:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Escassez orçamental para operação e Manutenção; • Horas de navegação das Fragatas abaixo padrão NATO; • Poucos meios para as MSO (NPO com Helicópteros)
<p>Opportunities:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Grande visibilidade para Portugal, o contributo dos nossos navios, enquanto navios chefes das SNMG; • Enquadramento institucional favorável para reforçar as missões e operações marítimas no âmbito das FND; • Alinhamento político e diplomático na prioridade do flanco sul e da cooperação NATO-EU, designadamente no domínio marítimo; • Financiamento de operação e manutenção das FFGH, através das Forças Nacionais Destacadas; • Financiamento das missões para a <i>Defence Capacity Building</i> marítima, pelas Forças Nacionais Destacadas; 	<p>Threats:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Fraca articulação entre o EMGFA, o Ministério de Defesa Nacional, o Ministério de Negócios Estrangeiros, a DELNATO, o MILREP e a Representação Permanente Portuguesa junto da União Europeia - REPER na tomada de decisão para as Forças Nacionais Destacadas; • Perceção política da operação das FFGH ser muito cara;

⁷³ Adaptado de (Pinto S. , 2017)

Do cruzamento das forças e fraquezas, com as oportunidades e ameaças, podem ser deduzidas as seguintes linhas de ação:

1. Ao nível genético, verifica-se a necessidade de rever e edificar uma capacidade oceânica de superfície mais equilibrada entre os meios de superfície *High End*, como são as FFGH, e os meios para missões de MSO, como os NPO equipadas com helicópteros orgânicos.
2. Ao nível estrutural, contribuir para melhorar a articulação entre o EMGFA, o Ministério de Defesa Nacional, o Ministério de Negócios Estrangeiros, a DELNATO, o MILREP e a REPER na tomada de decisões para as FND.
3. Ao nível operacional, garantir uma grande visibilidade do valor das missões e operações marítimas da NATO, que envolvam meios e forças navais da Marinha, procurando um empenhamento diversificado, com navios de superfície, submarinos, forças de fuzileiros, e destacamentos de mergulhadores, à semelhança do que ocorreu, pela primeira vez no quadro das FND de 2018.

3.5.Síntese conclusiva

A Aliança está a atravessar um período em que as ameaças são diversas e cada vez mais dispersas pelo mundo; inicialmente a Aliança tinha um foco no Atlântico Norte, atualmente verificamos a sua intervenção no Índico, no Mar Mediterrâneo e no Mar Negro. Por esta razão a NATO “tem de se reestruturar e recuperar capacidades em termos militares”, no sentido de estar preparada para o “*worst case scenario*”, como referiu o vice-almirante Silvestre Correia.

Podemos concluir que os Aliados se encontram num ambiente crescentemente instável; a começar com as ações russas contra a Ucrânia, mitigando a ideia de uma Europa livre e em paz, passando pela crescente instabilidade na fronteira Sul da Aliança e ainda as ameaças internas e multidimensionais, como os ataques terroristas em pleno território aliado. Tal provoca um impacto significativo no ambiente marítimo da NATO, sendo necessário um constante ajuste das operações marítimas, no sentido de melhor prevenir crises, sendo necessário uma constante monitorização das regiões marítimas.

A NATO enfrenta um período de adaptação, onde estão abrangidas possíveis alterações à composição das suas forças navais permanentes, assim como a criação de novos quartéis-generais destinadas ao comando do Atlântico em caso de escalada de tensões com o Leste, assim como a alteração da tipologia dos exercícios navais, de forma que as forças navais estejam preparadas a responder a desafios de mais alta intensidade, mas também a operações de segurança marítima.

Portugal, enquanto país membro que se encontra geograficamente no centro da Aliança e no extremo da Europa, apresenta um papel fundamental na monitorização do Atlântico Norte. Para tal, as capacidades navais devem ser mantidas, assim como a participação dos meios navais nas forças navais permanentes da Aliança, no sentido de manter o país como um assíduo contribuinte, melhorando a posição negocial portuguesa na Aliança. Ao mesmo tempo, Portugal deve debruçar-se internamente no défice de recursos humanos, materiais e financeiros, atribuindo maior prioridade à melhoria das referidas capacidades navais.

Comparativamente às Hipóteses de Resposta apresentadas inicialmente, a terceira enquadra-se em parte, uma vez que a NATO está a adaptar as suas forças navais e na perspetiva do almirante representante português na NATO, as SNMG serão reajustadas para: uma mais robusta, destinada a crises que envolvam cenários militares de alta intensidade e uma outra para intervir em situações de insegurança marítima, como o tráfico de migrantes no Mar Egeu.

Relativamente à quarta hipótese de resposta, está correta, apesar de incompleta, estando a resposta final desenvolvida nos três capítulos de desenvolvimento e resumida na conclusão do trabalho.

Desta forma, consideram-se respondidas as questões derivadas três e quatro. Sendo elas, respetivamente:

- *Como equilibrar o emprego de forças navais em resposta aos desafios emergentes?*
- *Como tem Portugal contribuído para a Aliança conseguir responder aos desafios marítimos a que tem sido sujeita.*

Conclusão e Recomendações

A NATO, quando foi criada, ultrapassou um período onde as missões eram focadas na dissuasão de uma ameaça única de Leste. Desta forma, a Aliança apostava na supremacia nos mares sob sua responsabilidade, procurando proteger as linhas de comunicação marítimas e o transporte mercante.

Por forma a garantir este fim nas áreas marítimas aliadas, foram criadas as forças navais permanentes do Atlântico e do Canal Inglês e, para o Mediterrâneo, foi criada uma força *on-call* capaz de ser ativada facilmente, em virtude de participar em exercícios frequentes, e de salvaguardar os interesses na região.

A participação portuguesa nestas missões navais foi irregular. Uma vez que, até 1975, a atenção portuguesa estava repartida entre o conflito ultramarino e a participação na NATO. Com o fim daquele conflito, Portugal, para além de mais disponível para contribuir para as forças navais da Aliança, também desenvolveu capacidades navais mais robustas e credíveis, de forma a posicionar o país como um membro mais valioso.

O fim da Guerra Fria levou a NATO à sua primeira grande adaptação, particularmente na tipologia de operações e exercícios navais; do ponto de vista geral, esta foi a fase da história em que os aliados iniciaram a atual orientação estratégica para a gestão de crises e a segurança cooperativa, para além do permanente enfoque na defesa coletiva. Foi um período marcado pela instabilidade na anterior Jugoslávia e a NATO, através das suas operações navais, em cooperação com a UE, desenvolveu ações de embargo de armamento e de sanções aos navios não cumpridores das Resoluções da Nações Unidas em vigor.

No período após a Guerra Fria, houve uma redução relativa à importância do Atlântico e do Canal Inglês e, por sua vez, a do Mediterrâneo aumentou, conduzindo à criação da força naval permanente do Mediterrâneo, tendo sido mais tarde criada uma quarta força de contra-medidas de minas, para operar nesta região.

A participação portuguesa, neste período, foi marcada pela aquisição de meios navais novos (as fragatas da classe *Vasco da Gama*), que permitiram a Portugal passar a

fazer parte do grupo restrito de países com capacidade de comandar a STANAVFORLANT, o que ocorreu pela primeira vez por parte do então contra-almirante Reis Rodrigues, no período de 1995/1996.

Desta forma, considera-se alcançado o primeiro objetivo específico: *Analisar a evolução da tipologia das missões e operações marítimas da NATO e a constituição das Forças Navais Permanentes, desde a sua criação ao 11 de setembro de 2001.*

O 11 de setembro foi uma data marcante, em que a Aliança foi atacada diretamente por um ator não-estatal, o que não era espetável. Assim, os Aliados tiveram de reagir, começando a desenvolver ações de prevenção do terrorismo, tendo-se iniciado a primeira, e até agora única, operação marítima ao abrigo do artigo 5º do Tratado do Atlântico Norte - a Operação ACTIVE ENDEAVOUR - no Mediterrâneo. Esta região constitui uma das maiores fronteiras da NATO motivo pelo qual a sua segurança é fundamental. Posteriormente, uma outra região de acesso ao Mar Mediterrâneo esteve sob ameaça de outros atores não-estatais, envolvidos em atividades de pirataria marítima. De modo a salvaguardar os seus interesses e as linhas de comunicação marítimas na região do Corno de África, na costa da Somália a Aliança lança a operação ALLIED PROVIDER, que pouco tempo depois foi substituída pela ALLIED PROTECTOR e posteriormente pela OCEAN SHIELD.

Relativamente à tipologia e constituição das Forças Navais Permanentes, estas iniciaram uma nova fase de adaptação, em primeiro lugar, com a alteração da sua designação para *Standing NATO Maritime Group 1 e 2* e *Standing NATO Mine Countermeasures Group 1 e 2*. Em segundo lugar, por estas terem começado a ser atribuídas às operações referidas no parágrafo anterior. Mais tarde, verificou-se ter sido uma aposta errada, por estas forças estarem capacitadas para missões de alta intensidade, quando, na verdade, estavam a ser empregues em operações de segurança marítima de inferior intensidade e exigência militar. Esta situação foi reformulada na Cimeira de Gales em 2014, com a ideia de revigorar as Forças Navais Permanentes.

A participação portuguesa neste período foi marcada não só do ponto de vista militar, com também do ponto de vista político; do ponto de vista militar, Portugal

reiterou a sua posição de nação marítima credível, através de uma contribuição assídua de meios, assim com também se ofereceu para comandar as Forças Navais Permanentes em três fases, a primeira com o comando da então STANAVFORLANT, entre março de 2001 e outubro de 2002, pelo contra-almirante Melo Gomes; a segunda com o comando do SNMG-1, no primeiro semestre de 2009, por parte do contra-almirante Pires da Cunha; a terceira com o comando do SNMG-1, no segundo semestre de 2015, por parte do contra-almirante Silvestre Correia. Do ponto de vista político, Portugal enquanto país situado na fronteira a Sul, foi um dos responsáveis pelo reconhecimento das ameaças provenientes do Norte de África e Médio Oriente, defendendo uma abordagem em 360°, ao invés de uma atenção exclusiva para Leste, originada pela crise Rússia - Ucrânia em 2014.

Desta forma, considera-se alcançado o segundo objetivo específico: *Analisar o que se alterou na tipologia das forças da Aliança nas suas missões e operações marítimas, assim como na constituição das Forças Navais Permanentes, no período entre os ataques do 11 de setembro e a Cimeira de Varsóvia de 2016.*

A Cimeira de Varsóvia, levou a Aliança a uma nova reestruturação, que em certa parte começou em 2014. Esta reestruturação deveu-se, principalmente, à reemergência da ameaça russa. Ainda assim, as ameaças à segurança por parte de atores não estatais continuavam presentes e a Aliança enfrentava agora uma diversidade de desafios muito abrangente. Em primeiro lugar, foi descontinuada a operação ACTIVE ENDEAVOUR e lançada a operação SEA GUARDIAN, constituindo esta uma operação de segurança marítima, mais flexível e com um leque mais abrangente de tarefas, no sentido de manter a segurança da região do Mediterrâneo. Ainda no âmbito das atividades marítimas, está em curso o apoio aliado na crise de migração do Mar Egeu, em cooperação com a agência *Frontex*. Perante os últimos empenhamentos em missões de segurança marítima, a Aliança estuda a hipótese de transformar, de novo, as suas forças navais permanentes, com uma força preparada para responder a este tipo de crises, constituída por navios patrulha, com menores capacidades de combate e com possibilidade de operar helicópteros orgânicos; Por outro lado, haveria outra força com constituição similar às atuais, mas ainda com maior robustez militar, capaz de ser empregue em cenários de

maior intensidade, que exigem o empenhamento de fragatas, *destroyers*, porta-aviões e submarinos, entre outros meios de grande capacidade de combate.

Para Portugal, a contribuição nas missões e operações aliadas tem providenciado uma credível posição negocial, no fórum político da NATO. Relativamente ao posicionamento estratégico da Marinha Portuguesa no quadro da transformação da NATO, podem deduzir-se três linhas de ação, ao nível genético, estrutural e operacional que, em conjunto, objetivam uma Marinha capaz de contribuir com relevância para a evolução da componente marítima da Aliança. Ao nível genético, verifica-se a necessidade de rever e edificar uma capacidade oceânica de superfície mais equilibrada entre os meios de superfície *High End*, como são as FFGH, e os meios para missões de MSO, como os NPO equipadas com helicópteros orgânicos. Ao nível estrutural, contribuir para melhorar a articulação entre o EMGFA, o Ministério de Defesa Nacional, o Ministério de Negócios Estrangeiros, a DELNATO, o MILREP e a REPER na tomada de decisões para as FND. Ao nível operacional, garantir uma grande visibilidade do valor das missões e operações marítimas da NATO, que envolvam meios e forças navais da Marinha, procurando um empenhamento diversificado, com navios de superfície, submarinos, forças de fuzileiros, e destacamentos de mergulhadores, à semelhança do que ocorreu, pela primeira vez no quadro das FND de 2018. Comparando estas linhas de ação com os objetivos definidos na Diretiva Estratégica da Marinha de 2018 (DEM 2018), verifica-se um forte alinhamento. Com efeito, a linha de ação de nível genético está de acordo com o primeiro objetivo estratégico da DEM 2018 de: “POTENCIAR a edificação e a sustentação da componente naval do Sistema de Forças”. Neste sentido, rever e edificar uma capacidade oceânica de superfície mais equilibrada, entre os meios de superfície *High End* e os meios para missões de segurança marítima, apresenta-se como a melhor solução face aos desafios atuais e previsíveis. Relativamente às restantes linhas de ação de nível estrutural e operacional, estas encontram-se de acordo com o oitavo objetivo estratégico refletido na DEM 2018 de: “AUMENTAR a prontidão das unidades operacionais e o seu empenhamento no apoio à política externa”. Assim, melhorar a articulação entre o EMGFA, o Ministério de Defesa Nacional, o Ministério de Negócios Estrangeiros, a DELNATO, a MILREP e a Representação Portuguesa na UE na tomada de decisões para as FND e garantir uma grande visibilidade do valor das missões e

operações marítimas da NATO, que envolvam meios e forças navais da Marinha, apresentam-se como medidas essenciais para reforçar o papel da Marinha Portuguesa na NATO, em conjunto com iniciativas de comunicações estratégicas que permitam dar a conhecer o valor da participação portuguesa nas missões marítimas aliadas. Este alinhamento estratégico garante não só um maior contributo da Marinha e dos outros ramos das Forças Armadas Portuguesas para a defesa nacional, como também contribui para uma Marinha prestigiada, ao serviço de Portugal e da segurança coletiva.

Desta forma, considera-se alcançado o terceiro objetivo específico: *Perspetivar e analisar as respostas a serem desenvolvidas, por forma a dar resposta aos novos desafios.*

O quarto objetivo específico: *Analisar a estratégia portuguesa, em resposta aos desafios marítimos da Aliança*, foi sendo alcançado ao longo desta conclusão, estando esta dividida pelas 3 fases da história que este trabalho engloba.

Em jeito de conclusão considera-se alcançado o Objetivo Central deste trabalho: *Analisar a evolução da tipologia das missões e operações marítimas da NATO, assim como a constituição das Forças Navais Permanentes.*

Para finalizar, importa propor futuras investigações ligadas a este tema, como seria estender este tema. Neste âmbito, afigura-se pertinente estender o tema para os diferentes ramos das forças armadas; por outro lado, também se considera relevante uma análise similar para organizações como a UE e respetiva análise comparativa com este trabalho.

Bibliografia

- AMADEO, K. (2018). *The 2008 Financial Crisis*. Obtido de The balance: <https://www.thebalance.com/2008-financial-crisis-3305679>, consultado em 1 de março de 2018.
- AMISOM. (s.d.). *AMISOM Mandate*. Obtido de AMISOM: <http://amisom-au.org/amisom-mandate/>, consultado em 1 de março de 2018.
- BACELAR, J. C. (2010). "A dimensão marítima de uma Aliança Atlântica." *Cadernos Navais* n°32, 21-28.
- BBC. (2016). *Balkans war: a brief guide*. Obtido de BBC: <http://www.bbc.com/news/world-europe-17632399>, consultado em 3 de março de 2018.
- BBC. (2018). *Why is there a war in Syria?* Obtido de BBC news: <http://www.bbc.com/news/world-middle-east-35806229>, consultado em 2 de março de 2018.
- BBC. (s.d.). *Ernest Bevin (1881 - 1951)*. Obtido de BBC: http://www.bbc.co.uk/history/historic_figures/bevin_ernest.shtml, consultado em 23 de fevereiro de 2018.
- BURNS, T. A. (s.d.). *The Communist Coup in Czechoslovakia*. Obtido de Private Guide Prague: <https://www.private-prague-guide.com/article/the-communist-coup-in-czechoslovakia/>, consultado em 30 de novembro de 2017.
- BYMAN, D. L. (2011). *The History of Al Qaeda*. Obtido de Brookings: <https://www.brookings.edu/opinions/the-history-of-al-qaeda/>, consultado em 6 de maio de 2018.
- CARINHAS, H. (2017). *A autoridade legal dos Comandos NATO em Operações Multinacionais*. Pedrouços: Instituto Universitário Militar.
- CNN. (2017). *USS Cole Bombing Fast Facts*. Obtido de CNN: <https://edition.cnn.com/2013/09/18/world/meast/uss-cole-bombing-fast-facts/index.html>, consultado em 20 de março de 2018.

- COMBINED MARITIME FORCES. (s.d.). *CTF 151: Counter-piracy*. Obtido de Combined Maritime Forces: <https://combinedmaritimeforces.com/ctf-151-counter-piracy/>, consultado em 10 de março de 2010.
- EMGFA. (s.d.). *NATO - SNMG1 (Standing NATO Maritime Group 1)*. Obtido de Estado Maior General das Forças Armadas : <http://www.emgfa.pt/pt/operacoes/missoes/snmg1>, consultado em 21 de fevereiro de 2018.
- EU NAVFOR ATALANTA. (s.d.). *Mission*. Obtido de EU NAVFOR ATALANTA: <http://eunavfor.eu/mission>, consultado em 20 de dezembro de 2017.
- EUROMARFOR. (2015). *History*. Obtido de <https://www.euromarfor.org/overview/3>, consultado em 2 de dezembro de 2017.
- GOMES, F. M. (2009). "A Marinha e a sua participação nas missões internacionais da NATO". *Nação e Defesa*, pp. 51-62.
- HISTORY. (1991). *BERLIN BLOCKADE*. Obtido de History: <https://www.history.com/topics/cold-war/berlin-blockade>, consultado em 20 de fevereiro de 2018.
- HISTORY. (s.d. a). *KOREAN WAR*. Obtido de History: <https://www.history.com/topics/korean-war>, consultado em 2 de março de 2018.
- HISTORY. (s.d. b). *SUEZ CRISIS*. Obtido de History: <https://www.history.com/topics/cold-war/suez-crisis>, consultado em 2 de março de 2018.
- HISTORY. (s.d. c). *U.S. embassies in East Africa bombed*. Obtido de History: <https://www.history.com/this-day-in-history/u-s-embassies-in-east-africa-bombed>, consultado em 2 de março de 2018.
- JFC Nápoles. (s.d. a). *11 - Operation Southern Guard*. Obtido de <https://www.jfcnaples.nato.int/page6322744/11-operation-southern-guard>, consultado em 28 de novembro de 2017.
- JFC Nápoles. (s.d. b). *12 - The New NATO Strategy*. Obtido de <https://www.jfcnaples.nato.int/page6322744/12-the-new-nato-strategy->, consultado em 20 de novembro de 2017.

- JFC Nápoles. (s.d. c). *13 - The Crisis in Former Yugoslavia*. Obtido de <https://www.jfcnaples.nato.int/page6322744/13-the-crisis-in-former-yugoslavia>, consultado em 15 de novembro de 2017.
- JFC Nápoles. (s.d. d). *14 - Building on the Experience in Bosnia*. Obtido de <https://www.jfcnaples.nato.int/page6322744/14-building-on-the-experience-in-bosnia>, consultado em 5 de dezembro de 2017.
- JFC Nápoles. (s.d. e). *15 - The Crisis In Kosovo*. Obtido de <https://www.jfcnaples.nato.int/page6322744/15-the-crisis-in-kosovo>, consultado em 12 de novembro de 2017.
- JFC Nápoles. (s.d. f). *19 - The Revised Military Structure*. Obtido de <https://www.jfcnaples.nato.int/page6322744/19-the-revised-military-structure>, consultado em 22 de novembro de 2017.
- JFC Nápoles. (s.d. g). *24 - The Growing Operational Role*. Obtido de <https://www.jfcnaples.nato.int/page6322744/24-the-growing-operational-role>, consultado em 4 de dezembro de 2017.
- LAMBERT, L. (2018). *World Trade Center bombing of 1993*. Obtido de Encyclopedia Britannica: <https://www.britannica.com/event/World-Trade-Center-bombing-of-1993>, consultado em 10 de março de 2018.
- MARCOM. (2017a). *Alliance Maritime Governance*.
- MARCOM. (2017b). *BRILLIANT MARINER: Showcasing NATO Maritime Strength*. Obtido de MARCOM: <https://mc.nato.int/media-centre/news/2017/brilliant-mariner-showcasing-nato-maritime-strength.aspx>, consultado em 23 de fevereiro de 2018.
- MARCOM. (2017c). *Operation OCEAN SHIELD*. Obtido de <https://www.mc.nato.int/missions/operation-ocean-shield.aspx>, consultado em 10 de fevereiro de 2018.
- MARCOM. (2017d). *Operation Sea Guardian*. Obtido de Allied Maritime Command: <https://www.mc.nato.int/missions/operation-sea-guardian.aspx>, consultado em 30 de janeiro de 2018.

- MARCOM. (s.d.). *History*. Obtido de <https://www.mc.nato.int/about-marcom/history.aspx>, consultado em 10 de março de 2018.
- MARQUES, C. (2018). *NATO, Guerra Fria, Turquia, Rússia e a Europa. O essencial da entrevista a Jens Stoltenberg*. Obtido de RTP1: https://www.rtp.pt/noticias/mundo/nato-guerra-fria-turquia-russia-e-a-europa-o-essencial-da-entrevista-a-jens-stoltenberg_n1055022, consultado em 20 de fevereiro de 2018.
- MDN. (2016). *NATO deve adoptar uma perspectiva de 360 graus a leste e a sul*. Obtido de Defesa Nacional: <https://www.defesa.pt/Paginas/NATO.aspx>, consultado em 10 de outubro de 2017.
- MELO, P. M. (2017). *A implementação pela Aliança Atlântica de uma Very High Readiness Task Force (VJHTF): Consequências e desafios para Portugal*. Pedrouços: Instituto Universitário Militar.
- MONTEIRO, S., & PINTO, S. (2015a). "Estratégia Marítima da NATO." *Revista da Armada*, pp. 4-5.
- MONTEIRO, S., & PINTO, S. (2015b). "Estratégia Marítima da NATO." *Revista da Armada*, pp. 4-5.
- MONTEIRO, S., PINTO, S., & PEDRA, R. (2018). "A Marinha Portuguesa nas operações de paz." *Revista Militar*, pp.249-272.
- NAC. (2017a). *Options for reinforcing the Alliance's Maritime Posture*.
- NAC. (2017b). *Progress Report on the Operationalization of the Alliance Maritime Strategy*. NATO.
- NATO. (1949). *The Strategic Concept for de Atlantic Area*. Obtido de <https://www.nato.int/docu/stratdoc/eng/a491201a.pdf>, consultado em 20 de outubro de 2017.
- NATO. (1950a). *NATO Medium Term Plan*. Obtido de <https://www.nato.int/docu/stratdoc/eng/a500328d.pdf>, consultado em 21 de outubro de 2017.

- NATO. (1950b). *Strategic Guidance for the North Atlantic Regional Planning*. Obtido de <https://www.nato.int/docu/stratdoc/eng/a500328c.pdf>, consultado em 25 de outubro de 2017.
- NATO. (1952). *Strategic Guidance*. Obtido de <https://www.nato.int/docu/stratdoc/eng/a521209a.pdf>, consultado em 1 de novembro de 2017.
- NATO. (1954). *The Most Effective Pattern of NATO Military Strength for the next few years*. Obtido de <https://www.nato.int/docu/stratdoc/eng/a541122a.pdf>, consultado em 7 de novembro de 2017.
- NATO. (1955). *The Most Effective Pattern of NATO Military Strength for the next five years*. Obtido de <https://www.nato.int/docu/stratdoc/eng/a551209a.pdf>, consultado em 12 de novembro de 2017.
- NATO. (1957). *Overall Strategic Concept for the Defense of the North Atlantic Treaty Organization Area*. Obtido de <https://www.nato.int/docu/stratdoc/eng/a570523a.pdf>, consultado em 19 de novembro de 2017.
- NATO. (1967). *First Ministerial Meeting to be held in new Brussels Headquarters Report on the Future Tasks of the Alliance, "Harmel Report" approved Proposals of the North Atlantic Assembly - Disarmament and Arms Control - Germany and Berlin - Cyprus*. Obtido de <https://www.nato.int/docu/comm/4995/c671213a.htm>, consultado em 22 de novembro de 2017.
- NATO. (1968). *Overall Strategic Concept for the Defense of the North Atlantic Treaty Organization Area*. Obtido de <https://www.nato.int/docu/stratdoc/eng/a680116a.pdf>, consultado em 22 de novembro de 2017.
- NATO. (1969a). *DPC adopt NATO force plan - Approves concept of on-call Allied Naval Force - Infrastructure*. Obtido de https://www.nato.int/cps/en/natohq/official_texts_26757.htm?selectedLocale=en, consultado em 10 de novembro de 2017.
- NATO. (1969b). *Measures to Implement the Strategic Concept for the Defence of the NATO Area*. Obtido de <https://www.nato.int/docu/stratdoc/eng/a691208a.pdf>, consultado em 27 de novembro de 2017.

- NATO. (1970a). *Alliance Defence for the Seventies*. Obtido de https://www.nato.int/cps/en/natohq/official_texts_26792.htm?selectedLocale=en, consultado em 19 de novembro de 2017.
- NATO. (1970b). *Continued growth Warsaw Pact forces - Mediterranean - Soviet maritime and global strategy reviewed - NATO measures*. Obtido de https://www.nato.int/cps/en/natohq/official_texts_26796.htm?selectedLocale=en, consultado em 10 de novembro de 2017.
- NATO. (1972). *Current military posture Warsaw Pact forces, in particular strengthening of Soviet nuclear and conventional capabilities - Review of follow-up action on AD/70 recommendations - Eurogroup achievements - Soviet maritime presence - SACLANT's briefing on exe*. Obtido de https://www.nato.int/cps/en/natohq/official_texts_26845.htm?selectedLocale=en, consultado em 10 de dezembro de 2017.
- NATO. (1977). *Annex - Ministerial Guidance - 1977*. Obtido de https://www.nato.int/cps/en/natohq/official_texts_26984.htm?selectedLocale=en, consultado em 5 de dezembro de 2017.
- NATO. (1980). *Final Communiqué*. Obtido de https://www.nato.int/cps/en/natohq/official_texts_23055.htm?selectedLocale=en
- NATO. (1991). *The Alliance's New Strategic Concept*. Obtido de https://www.nato.int/cps/en/natohq/official_texts_23847.htm?selectedLocale=en, consultado em 17 de dezembro de 2017.
- NATO. (1992a). *Ministerial Communique*. Obtido de https://www.nato.int/cps/en/natohq/official_texts_23987.htm?selectedLocale=en, consultado em 19 de dezembro de 2017.
- NATO. (1992b). *Statement on NATO Maritime Operations (1)*. Obtido de https://www.nato.int/cps/en/natohq/official_texts_23980.htm?selectedLocale=en, consultado em 22 de dezembro de 2017.

- NATO. (1994a). *Report to Ministers by the NACC Ad Hoc Group on Cooperation in Peacekeeping*. Obtido de https://www.nato.int/cps/en/natohq/official_texts_24451.htm?selectedLocale=en, consultado em 26 de dezembro de 2017.
- NATO. (1994b). *Work Plan for Dialogue, Partnership and Cooperation 1994/1995*. Obtido de https://www.nato.int/cps/en/natohq/official_texts_24434.htm?selectedLocale=en, consultado em 26 de dezembro de 2017.
- NATO. (1999). Em Vários, *Portugal and the 50 years of the Atlantic Alliance*. Ministry of National Defense.
- NATO. (2001a). *Exercise Destined Glory 2001 curtailed*. Obtido de https://www.nato.int/cps/su/natohq/news_18535.htm?selectedLocale=en, consultado em 2 de janeiro de 2018.
- NATO. (2001b). *NATO the first five years 1949-1954*. Obtido de <https://www.nato.int/archives/1st5years/chapters/9.htm>, consultado em 29 de outubro de 2017.
- NATO. (2004a). *Exercise Destined Glory (DG 04)*. Obtido de International Military Staff: <https://www.nato.int/ims/news/2004/n040930e.htm>, consultado em 20 de janeiro de 2018.
- NATO. (2004b). *Istanbul Summit Communiqué*. Obtido de https://www.nato.int/cps/en/natohq/official_texts_21023.htm?selectedLocale=en, consultado em 22 de janeiro de 2018.
- NATO. (2009a). *Manfred Wörner NATO Secretary General 1988 – 1994*. Obtido de NATO: https://www.nato.int/cps/en/natohq/who_is_who_7306.htm, consultado em 20 de novembro de 2017.
- NATO. (2009b). *NATO's Standing Maritime Group 2 takes over counter piracy mission*. Obtido de https://www.nato.int/cps/en/natohq/news_56035.htm?selectedLocale=en, consultado em 22 de janeiro de 2018.
- NATO. (2010). *Strategic Concept for the Defense and Security of the Members of OTAN*. Obtido de NATO: https://www.nato.int/strategicconcept/pdf/Strat_Concept_web_en.pdf, consultado em 29 de outubro de 2017.

- NATO. (2011a). *Alliance Maritime Strategy*. Obtido de https://www.nato.int/cps/ua/natohq/official_texts_75615.htm, consultado em 29 de outubro de 2017.
- NATO. (2011b). *Istanbul Cooperation Initiative (ICI)*. Obtido de NATO: https://www.nato.int/cps/ic/natohq/topics_58787.htm?, consultado em 12 de fevereiro de 2018.
- NATO. (2013). *APP - 06*. NATO Standardization Agency.
- NATO. (2014a). *The Defence Planning Committee (Archived)*. Obtido de NATO: https://www.nato.int/cps/ua/natohq/topics_49201.htm, consultado em 22 de fevereiro de 2018.
- NATO. (2014b). *Wales Summit Declaration*. Obtido de OTAN: https://www.nato.int/cps/en/natohq/official_texts_112964.htm?mode=pressrelease, consultado em 1 de novembro de 2017.
- NATO. (2015a). *NATO and Libya (Archived)*. Obtido de NATO: https://www.nato.int/cps/en/natohq/topics_71652.htm?, consultado em 1 de março de 2018.
- NATO. (2015b). *NATO Mediterranean Dialogue*. Obtido de NATO: https://www.nato.int/cps/en/natohq/topics_60021.htm?, consultado em 1 de março de 2018.
- NATO. (2015c). *The NATO force structure*. Obtido de OTAN: https://www.nato.int/cps/en/natohq/topics_69718.htm, consultado em 2 de março de 2018.
- NATO. (2016a). *Assistance for the refugee and migrant crisis in the Aegean Sea*. Obtido de NATO: https://www.nato.int/cps/ua/natohq/topics_128746.htm, consultado em 3 de março de 2018.
- NATO. (2016b). *Connected Forces Initiative*. Obtido de NATO: https://www.nato.int/cps/ic/natohq/topics_98527.htm, consultado em 11 e março de 2018.

- NATO. (2016c). *Counter-piracy operations (Archived)*. Obtido de https://www.nato.int/cps/en/natohq/topics_48815.htm, consultado em 20 de fevereiro de 2018.
- NATO. (2016d). *Jens Stoltenberg NATO Secretary General 2014*. Obtido de NATO: https://www.nato.int/cps/su/natohq/who_is_who_49999.htm, consultado em 25 de fevereiro de 2018.
- NATO. (2016e). *Kosovo Air Campaign (Archived)*. Obtido de NATO: https://www.nato.int/cps/ic/natohq/topics_49602.htm, consultado em 20 de novembro de 2017.
- NATO. (2016f). *Operation Active Endeavour (Archived)*. Obtido de https://www.nato.int/cps/en/natohq/topics_7932.htm, consultado em 24 de fevereiro de 2018.
- NATO. (2016g). *Operation Sea Guardian*. Obtido de OTAN: https://www.nato.int/cps/en/natohq/topics_136233.htm?selectedLocale=en, consultado em 12 de março de 2018.
- NATO. (2016h). *Operations and missions: past and present*. Obtido em 12 de dezembro de 2017, de http://www.nato.int/cps/en/natohq/topics_52060.htm, consultado em 17 de fevereiro de 2018.
- NATO. (2016i). *Warsaw Summit Communiqué*. Obtido de OTAN: https://www.nato.int/cps/en/natohq/official_texts_133169.htm, consultado em 20 de outubro de 2017.
- NATO. (2017a). *Allied Command Operations (ACO)*. Obtido de https://www.nato.int/cps/ua/natohq/topics_52091.htm, consultado em 20 de janeiro de 2018.
- NATO. (2017b). *Defence Expenditure of NATO Countries (2010-2017)*. Obtido de https://www.nato.int/nato_static_fl2014/assets/pdf/pdf_2017_06/20170629_170629-pr2017-111-en.pdf, consultado em 10 de março de 2018.

- NATO. (2017c). *NCI Agency awards contract for project TRITON*. Obtido de NATO: <https://www.ncia.nato.int/NewsRoom/Pages/21122017.aspx>, consultado em 28 de fevereiro de 2018.
- NATO. (2017d). *Partnership for Peace programme*. Obtido de NATO: https://www.nato.int/cps/su/natohq/topics_50349.htm, consultado em 20 de fevereiro de 2018.
- NATO. (2017e). *Press conference*. Obtido de https://www.nato.int/cps/en/natohq/opinions_141109.htm, consultado em 6 de março de 2018.
- NATO. (2017f). *Strategic Concepts*. Obtido de https://www.nato.int/cps/en/natohq/topics_56626.htm#, consultado em 6 de novembro de 2017.
- NATO. (2017g). *Tratado do Atlântico Norte*. Obtido de NATO: https://www.nato.int/cps/en/natohq/official_texts_17120.htm?selectedLocale=pt, consultado em 19 de outubro de 2017.
- NATO. (2018). *NATO Europe and Canada - defence expenditure*. Obtido de NATO: https://www.nato.int/nato_static_fl2014/assets/pdf/pdf_2018_02/20180213_180213-def-exp.pdf, consultado em 2 de março de 2018.
- NATO. (s.d.a). *STANAVFORCHAN Welcome Aboard*. Obtido de http://archives.nato.int/uploads/r/null/1/3/137674/0322_STANAVFORCHAN_Welcome_ aboard_ENG.pdf, consultado em 6 de dezembro de 2017.
- NATO. (s.d.b). *STANAVFORLANT Welcome Aboard*. Obtido de http://archives.nato.int/uploads/r/null/1/3/137697/0319_STANAVFORLANT-WELCOME_ABOARD_ENG.pdf, consultado em 6 de dezembro de 2017.
- PINTO, S. (2017a). *Estratégia marítima da Aliança*. Pedrouços: IESM.
- PINTO, S. (2017b). Varsóvia: a Cimeira em busca dos 360°. *Segurança e Defesa*, pp. 41-45.
- PITEIRA, J. D. (2016). *Operações Anfíbias em ambiente A2/AD. Dissertação para obtenção do grau de Mestre em Ciências Militares Navais, na especialidade de Marinha*. Almada.

- RASMUSSEN, A. F. (2012). *The Secretary General's Annual Report 2011*. Obtido de OTAN: https://www.nato.int/nato_static_fl2014/assets/pdf/pdf_publications/20120125_Annual_Report_2011_en.pdf, consultado em 6 de fevereiro de 2018.
- RASMUSSEN, A. F. (2014). *Pre-Summit Press Conference by NATO Secretary General Anders Fogh Rasmussen at Residence Palace, Brussels*. Obtido de NATO: https://www.nato.int/cps/en/natohq/opinions_112238.htm, consultado em 7 de janeiro de 2018.
- RODRIGUES, A. R. (2003a). *A Força de Resposta da NATO*. Obtido de http://database.jornaldefesa.pt/organizacoes_internacionais/nato/A%20For%C3%A7a%20de%20Resposta%20da%20NATO.pdf, consultado em 6 de dezembro de 2017.
- RODRIGUES, A. R. (2003b). *A Força de Resposta da NATO (II)*. Obtido de http://database.jornaldefesa.pt/organizacoes_internacionais/nato/A%20For%C3%A7a%20de%20Resposta%20da%20NATO%20II.pdf, consultado em 7 de dezembro de 2017.
- RODRIGUES, A. R. (2004a). *A NATO e a Cimeira de Istambul*. Obtido de http://database.jornaldefesa.pt/organizacoes_internacionais/nato/A%20NATO%20e%20a%20Cimeira%20de%20Istambul.pdf, consultado em 17 de dezembro de 2017.
- RODRIGUES, A. R. (2004b). *Os novos desafios para a NATO*. Obtido de http://database.jornaldefesa.pt/organizacoes_internacionais/nato/Os%20novos%20desafios%20para%20a%20NATO.pdf, consultado em 18 de dezembro de 2017.
- SANTOS, A. S. (2003). *Portugal na Aliança Atlântica: do COMIBERLANT ao JHQ WEST*. Obtido de http://database.jornaldefesa.pt/organizacoes_internacionais/nato/Portugal%20na%20Alian%C3%A7a%20Atl%C3%A2ntica%20do%20COMIBERLANT%20ao%20JHQ%20WEST.pdf
- SANTOS, E. S. (2008). *A NATO no século XXI*. Lisboa: Tribuna.

- SARAIVA, M. F. (2016). A ambiguidade da(s) narrativa(s) de Obama sobre o uso da força. *Idn Brief*, 4-5.
- SHAPE. (2014). *Operation Allied Provider*. Obtido de <https://shape.nato.int/page13984631>, consultado em 6 de fevereiro de 2018.
- SHAPE. (s.d.a). *1949-1952: Creating a Command Structure for NATO*. Obtido de <https://www.shape.nato.int/page14612223>, consultado em 6 de novembro de 2017.
- SHAPE. (s.d.b). *Brief History*. Obtido de <https://www.shape.nato.int/page129235813>, consultado em 16 de novembro de 2017.
- SHAPE. (s.d.c). *High Readiness Forces and Headquarters in the NATO Force Structure*. Obtido de <https://shape.nato.int/page134134653>, consultado em 18 de janeiro de 2018.
- SMITH-WINDSOR, B. (2013). NATO's Maritime Strategy and the Libya Crises as seen from the Sea. *Research Paper*.
- STOLTENBERG, J. (2015). *The Secretary General's Annual Report 2014*. Obtido de NATO: https://www.nato.int/nato_static_fl2014/assets/pdf/pdf_2015_01/20150130_SG_AnnualReport_2014_en.pdf, consultado em 2 de fevereiro de 2018.
- STOLTENBERG, J. (2018). (P. Dentinho, Entrevistador). Obtido de: <https://www.rtp.pt/play/p4383/entrevista-a-jens-stoltenberg>, consultado em 13 de fevereiro de 2018.
- STOLTENBERG, J. (2018). *Doorstep statement by NATO Secretary General Jens Stoltenberg prior to the meetings of NATO Defence Ministers*. Obtido de NATO: https://www.nato.int/cps/en/natohq/opinions_151888.htm?selectedLocale=en, consultado em 20 de fevereiro de 2018.
- STOLTENBERG, J. (2018). The Future of NATO - Speech by the NATO Secretary General, 16 FEB 2017. Federation of German Industries.
- STOLTENBERG, J. (2018). *The Secretary General Annual's Report 2017*. NATO.

- STRIKFORNATO. (s.d.). *History*. Obtido de <https://www.sfn.nato.int/about/history.aspx>, consultado em 20 de dezembro de 2017.
- THE EDITORS OF ENCYCLOPAEDIA BRITANNICA. (2018c). *Hungarian Revolution*. Obtido de Encyclopaedia Britannica: <https://www.britannica.com/event/Hungarian-Revolution-1956>, consultado em 13 de maio de 2018.
- THE EDITORS OF ENCYCLOPAEDIA BRITANNICA. (2018b). *Mikhail Gorbachev*. Obtido de Encyclopaedia Britannica: <https://www.britannica.com/biography/Mikhail-Gorbachev>, consultado em 13 de março de 2018.
- THE EDITORS OF ENCYCLOPAEDIA BRITANNICA. (2018c). *Ronald Reagan*. Obtido de Encyclopaedia Britannica: <https://www.britannica.com/biography/Ronald-Reagan>, consultado em 13 de março de 2018.
- THE EDITORS OF ENCYCLOPAEDIA BRITANNICA. (s.d.a). *Brussels Treaty*. Obtido de Encyclopaedia Britannica: <https://www.britannica.com/event/Brussels-Treaty-European-history-1948>, consultado em 13 de março de 2018.
- THE EDITORS OF ENCYCLOPAEDIA BRITANNICA. (s.d.b). *Muammar al-Qaddafi*. Obtido de Encyclopaedia Britannica: <https://www.britannica.com/biography/Muammar-al-Qaddafi>, consultado em 13 de março de 2018.
- THE GEORGE C. MARSHALL FOUNDATION. (s.d.). *THE MARSHALL PLAN*. Obtido de <https://marshallfoundation.org/marshall/the-marshall-plan/>, consultado em 13 de março de 2018.
- TURKISH NAVY. (2017). *Brilliant Mariner 2017 Has Kicked Off In France*. Obtido de Bosphorus Naval News: <https://turkishnavy.net/2017/09/30/brilliant-mariner-2017-has-kicked-off-in-france/>, consultado em 13 de março de 2018.
- UE (2016). "Shaping of a Common Security and Defence Policy". Obtido de European Union External Action: https://eeas.europa.eu/topics/common-security-and-defence-policy-csdp/5388/shaping-of-a-common-security-and-defence-policy_en, consultado em 13 de setembro de 2018.

- U. S. S. LITTLE ROCK ASSOCIATION. (2016). *Exercise "STRONG EXPRESS"*.
Obtido de U. S. S. LITTLE ROCK Association: http://www.uslittlerock.org/Events/Strong_Express.html, consultado em 13 de março de 2018.
- U.S. DEPARTMENT OF DEFENSE. (s.d.). *DONALD H. RUMSFELD Former Secretary of Defense*. Obtido de U.S. Department of Defense: <https://www.defense.gov/About/Biographies/Biography-View/Article/602800/>, consultado em 13 de março de 2018.
- WITTE, G. (2018). *Afghanistan War*. Obtido de Encyclopedia Britannica: <https://www.britannica.com/event/Afghanistan-War>, consultado em 13 de março de 2018.
- YUHAS, A. (2014). *Ukraine crisis: an essential guide to everything that's happened so far*. Obtido de The Guardian: <https://www.theguardian.com/world/2014/apr/11/ukraine-russia-crimea-sanctions-us-eu-guide-explainer>, consultado em 13 de março de 2018.

Apêndice A. Quadro do projeto de investigação

Tabela 2: Quadro do projeto de investigação (Objetivos/Problema/Índice)

Enunciado: A evolução da componente marítima da NATO – Da guerra fria aos desafios emergentes de segurança marítima				
Objeto de estudo: As missões e operações marítimas da NATO, assim como a evolução das Forças Navais Permanentes.			Delimitação: Desde a criação da Aliança Atlântica a uma perspetiva futura até 2021;	
Objetivo central	Objetivos específicos	Questão central	Questões derivadas	Hipóteses
Analisar a evolução da tipologia das missões e operações marítimas da NATO, assim como a constituição das Forças Navais Permanentes.	O1.: Analisar a evolução da tipologia das missões e operações marítimas da NATO e a constituição das Forças Navais Permanentes, desde a sua criação ao 11 de setembro.	Como evoluiu a tipologia das missões e operações marítimas da NATO, assim como a constituição das Forças Navais Permanentes?	QD1.: Como evoluiu a tipologia das missões e operações marítimas da NATO, assim como a constituição das Forças Navais Permanentes, do período após criação da Aliança Atlântica ao 11 de setembro de 2001?	H1.: Na fase inicial da Aliança, as forças navais da Aliança estavam preparadas para fazer face a uma ameaça militar estatal, neste caso a URSS, como era designada na altura. Para tal, a resposta por parte da NATO era uma força naval permanente numerosa e poderosa capaz de fazer face a oponentes de igual forma robusto.
	O2.: Analisar o que se alterou na tipologia das forças da Aliança nas suas missões e operações marítimas assim como na constituição das Forças Navais Permanentes, no período entre os ataques do 11 de setembro e a Cimeira de Varsóvia		QD2.: Quais as alterações relativas à tipologia das forças navais da Aliança nas suas missões e operações, assim como na constituição das Forças Navais Permanentes, no período após 11 de setembro de 2001?	H2.: Face à emergente ameaça por parte dos atores não estatais, entre eles o terrorismo, as forças navais da NATO iniciaram um período de necessidade de maior flexibilidade no seu emprego. Não existia uma necessidade de forças numerosas, mas sim dispersas, flexíveis, interoperáveis e aptas a responder em vários cenários de operações, como as <i>Maritime Security Operations</i> -MSO.
	O3.: Perspetivar e analisar as respostas a serem desenvolvidas, por forma a dar resposta aos novos desafios.		QD3.: Como equilibrar o emprego de forças navais em resposta aos desafios emergentes?	H3.: Com a diversidade de ameaças a Aliança recorre a forças navais permanentes flexíveis, compostas por navios do tipo fragata, <i>destroyers</i> e reabastecedor, com níveis de prontidão tão altos quanto possível. Conjugado a estas, a Aliança recorre ainda a forças mais robustas, com um mais baixo grau de prontidão, designadas de IFFG e FFG, cujo intuito é de responder a possíveis ameaças convencionais, tal como acontecia na época de criação da Aliança. Aliado a estas forças navais, a NATO tem procurado responder a outras crises de segurança marítima com navios de menor dimensão, do tipo patrulhas oceânicos, capazes de fazer face a estas ameaças, não menos preocupantes.
	O4.: Analisar a estratégia portuguesa, em resposta aos desafios marítimos da Aliança.		QD4.: Como tem Portugal contribuído para a Aliança conseguir responder aos desafios a que tem sido sujeita.	H4.: Portugal enquanto membro NATO, contribui continuamente com navios do tipo fragata, para as forças navais permanentes, assim como também, contribui regularmente com os referidos tipos de navios e submarinos em operações de Segurança Marítima, como a operação SEA GUARDION, em projetos de melhor conhecimento situacional marítimo, como o projeto TRITON.

Quadro do projeto de investigação

Tabela 3:Quadro do projeto de investigação (Problema/Metodologia)

ENUNCIADO: A evolução da componente marítima da NATO – Da guerra fria aos desafios emergentes de segurança marítima					
OBJETO DE ESTUDO: Analisar a tipologia das missões e operações marítimas da NATO, assim como a evolução das Forças Navais Permanentes;			DELIMITAÇÃO: Desde a criação da Aliança Atlântica a uma perspetiva futura até 2021;		
QUESTÃO CENTRAL	QUESTÕES DERIVADAS	RACÍOCÍNIO	ESTRATÉGIA DE INVESTIGAÇÃO	DESENHO DE PESQUISA	INSTRUMENTOS METODOLÓGICOS
Como evoluiu a tipologia das missões e operações marítimas da NATO, assim como a constituição das Forças Navais Permanentes?	QD1: Como evoluiu a tipologia das missões e operações marítimas da NATO assim como a constituição das Forças Navais Permanentes, após criação da Aliança Atlântica ao 11 de setembro de 2001?	Hipotético-dedutivo	Qualitativa	Pesquisa Histórica e Estudo de Caso.	Análise de conteúdo a fontes primárias e secundárias, nomeadamente textos oficiais da Aliança Atlântica e literatura em história, estudos de segurança e teorias gerais da estratégia.
	QD2: Quais as alterações à tipologia das forças da Aliança nas suas missões e operações marítimas e assim como a constituição das Forças Navais Permanentes, no período após 11 de setembro de 2001?	Hipotético-dedutivo	Qualitativa	Pesquisa Histórica e Estudo de Caso.	Análise de conteúdo a fontes primárias e secundárias, nomeadamente textos oficiais da Aliança Atlântica e literatura em história, estudos de segurança e teorias gerais da estratégia.
	QD3: Como equilibrar o emprego de forças navais em resposta aos desafios emergentes?	Hipotético-dedutivo	Qualitativa	Pesquisa Histórica e Estudo de Caso.	Análise de conteúdo temática ou categorial às fontes primárias e entrevistas não estruturadas na fase de exploração e semiestruturadas na fase de construção do modelo de análise.
	QD4: Como tem Portugal contribuído para a Aliança conseguir responder aos desafios a que tem sido sujeita.	Hipotético-dedutiva	Qualitativa	Pesquisa Histórica e Estudo de Caso.	Análise de conteúdo temática nomeadamente estudos posteriores ou categorial às fontes primárias e ainda entrevistas semiestruturadas. Análise SWOT

Apêndice B. Entrevistas realizadas

Tabela 4: Entrevistas realizadas

Entrevistas	Entidade	Cargos desempenhados	Cargo atual	Principais assuntos de entrevista
Estruturadas	VALM Silvestre Correia	Comandante de FFGH COM SNMG-1	MILREP de Portugal no MC NATO	<ul style="list-style-type: none"> - Perspetiva futura da evolução dos desafios e ameaças ao ambiente de segurança mundial e como será a resposta marítima a tal evolução; - Como está a NATO a adaptar-se; - Quais as perspetivas de alteração à composição e tipologia de missões das SNF; -Quais os desafios e ameaças para Portugal;
Exploratórias	CMG Cavaleiro Ângelo (Ângelo, 2018)	Comandante FFGH	DCOS STRIKEFORNATO	<ul style="list-style-type: none"> -Papel da STRIKFORNATO nas missões e operações navais da NATO; -Ligação da STRIKFORNATO às SNMG; -Estrutura de comando da STRIKFORNATO.
	CTEN Bismarck de Melo	Autor de um Trabalho de Investigação Individual, com título: “A Implementação Pela Aliança Atlântica de uma <i>Very High Readiness Joint Task Force</i> (VJTF). Consequências e Desafios Para Portugal”.	Desempenha funções no EA-CITAN	Conclusões retiradas do respetivo trabalho;
	CTEN Henriques Carinhas	Autor de um Trabalho de Investigação Individual, com título: “A Autoridade Legal Dos Comandos Nato Em Operações Multinacionais”.	CDOPS NRP Bartolomeu Dias	Conclusões retiradas do respetivo trabalho;

Apêndice C. A linha de comando operacional da Aliança

A elaboração deste Apêndice teve por base, entre vários documentos analisados, análise de portais eletrônicos oficiais e uma entrevista exploratória realizada ao Senhor Comandante capitão de mar-e-guerra Cavaleiro Ângelo, atual Deputy Chief of Staff Support no STRIKFORNATO.

O 11 de setembro de 2001 incentivou a reforma da estrutura de comando dos EUA afetando também a estrutura aliada; neste sentido, a Cimeira de Praga constitui um importante marco para a nova estrutura aliada. Esta estaria dividida em duas áreas: uma responsável pelo comando e planeamento de todas as operações aliadas, designada de *Allied Command Operations*, sediada na Bélgica no anterior ACE; e uma responsável por supervisionar a contínua transformação das capacidades aliadas, através do treino e do desenvolvimento de nova doutrina, designada de *Allied Command Transformation* (ACT), sediada em Norfolk no anterior SACLANT. Apesar destas alterações à estrutura de comando da NATO, o ACO manteve a sua designação de *Supreme Headquarters Allied Powers Europe* (SHAPE), sob comando do SACEUR, adicionando apenas as responsabilidades oceânicas que o SACLANT detinha, juntando-as às responsabilidades europeias que já detinha. Ao mesmo tempo, as transformações das atividades do SHAPE passaram para a supervisão do *Supreme Allied Commander Transformation* (SACT) (SHAPE, [s.d.b], para. 4-5).

Em 2010, a Aliança conduziu uma reforma à estrutura de comando, através do desenvolvimento do seu último Conceito Estratégico de 2010, a fim de assegurar que a mesma conseguiria fazer frente às ameaças do novo século. Comparativamente às estruturas de comando anteriores, esta dava uma maior capacidade de Comando e Controlo (C2) a nível operacional, sendo que as reformas realizadas neste sentido se iniciaram em junho de 2011. O fim destas reformas deu-se em 1 de dezembro de 2012 - Dia da Transformação (NATO, 2017a, para. 30-31).

Na nova Estrutura de Comandos da NATO (NCS) importa analisar a área militar, onde o ACO se insere e está sob orientações do *Military Committee*. Neste, o SACEUR tem lugar no processo de decisão ou de *advice* ao NAC, conforme é a sua responsabilidade de aconselhar o NAC para assuntos militares. Abaixo do Comité Militar a nova estrutura de comando da NATO possui os comandos estratégicos, entre eles o ACO, com “três camadas”, sendo elas o nível estratégico, o operacional e o tático. Este desenvolve as suas funções de C2 das operações a partir de Quartéis-generais fixos e móveis, e dirige forças conjuntas e combinadas para as suas missões e operações (NATO, 2017a, para. 3).

O comando militar de nível estratégico, conforme sugere a figura anterior, está a

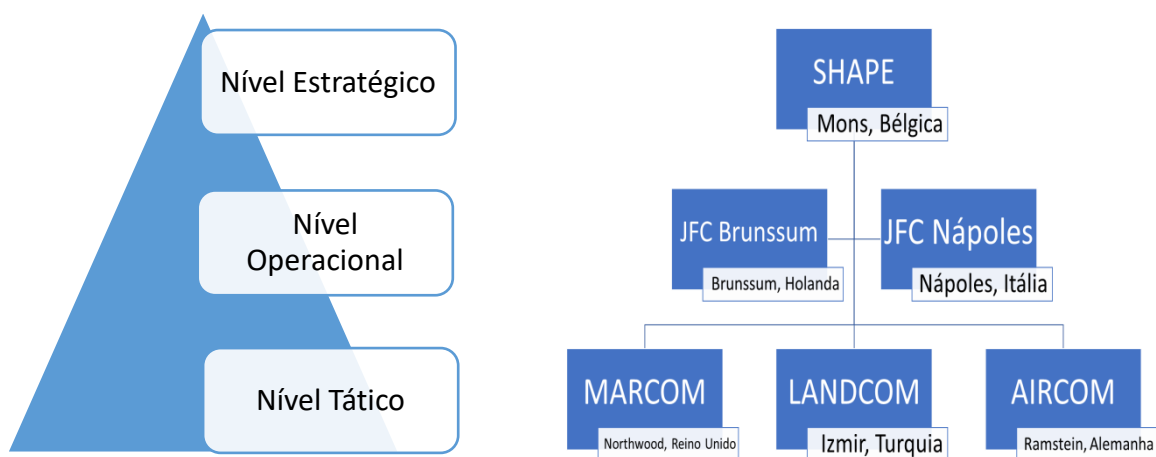


Figura 5: Estrutura de Comando Militar para as operações aliadas

Adaptado de (OTAN, 2017)

cargo do SHAPE, comandado pelo SACEUR, que prepara, planeia, conduz e executa as missões e operações militares da Aliança. De um ponto de vista geral, contribui para a dissuasão de agressões exteriores e preserva a paz, a segurança e a integridade do território aliado. O SACEUR, normalmente, é um cargo ocupado por um oficial general

Norte-americano, que assume paralelamente o *European Command* (EUCOM)⁷⁴. Conforme referido acima, é membro do Comité Militar que paralelamente se encontra sob dependência política do NAC e do *Nuclear Planning Group* (NPG) (NATO, 2017a, para. 5-6).

Seguidamente, o Comando Operacional encontrava-se dividido em dois JFC, conforme sugere a figura anterior, um em Brunssum, na Holanda e outro em Nápoles, em Itália. Objetivam ambos estar preparados para planejar, conduzir e apoiar as diferentes missões da Aliança, através dos seus Quartéis-generais, ou de postos de comando móveis, quando a atuar diretamente na operação. Neste último caso, este Quartel-general deve ser referido como *Joint Task Force Headquarter* (JTFHQ), e deverá estar preparado para operar num período superior a um ano. Os JFC são ainda os responsáveis de cariz operacional pelas relações com os seus parceiros, no sentido de assegurar que as suas funções e objetivos (ditadas pelo SACEUR) para a região sejam cumpridos (NATO, 2017a, para. 7-9).

Finalmente, os Comandos Táticos são designados de *Single Service Commands* (SSC), entre eles o *Maritime Command* (MARCOM), como comando marítimo. Estes Quartéis-generais são específicos e designados para apoio dos Comandos Estratégicos, acima referidos; no entanto estes reportam diretamente ao SHAPE. Especificamente, o MARCOM é responsável pelo C2 das missões e operações marítimas planeando, dirigindo e apoiando a partir do seu Quartel-general de Northwood. Para além destas suas responsabilidades, constitui o principal conselheiro para o desenvolvimento e transformação da Aliança, na sua componente marítima (NATO, 2017a, para. 7-9).

Abaixo da estrutura de comando militar da NATO, esta possui uma estrutura multinacional para apoio da NCS no C2, designada de *NATO Force Structure* (NFS), contribuindo com forças para o emprego em operações conjuntas ou combinadas da

⁷⁴ O Comando Europeu dos Estados Unidos da América é um dos 9 *Unified Combatant Commands* distribuídos globalmente. Este, especificamente, encontra-se em Estugarda, na Alemanha e a sua missão é estar preparado para intervir em caso de necessidades, prevenir conflitos, fortalecer parcerias e neutralizar possíveis ameaças por forma a proteger os Estados Unidos.

Aliança, constituída por forças nacionais e multinacionais à disposição da Aliança temporária ou permanentemente em bases com estados de prontidão específicos. O NFS providencia, assim, apoio às operações que estão a decorrer, denotando a necessidade de uma forte relação entre o NCS e o NFS, mantendo-se ambas com capacidade de comandar operações nos diferentes teatros de operações (NATO, 2015c, para. 3-5).

Por forma a capacitar as forças aliadas de uma resposta flexível, estas podem ser subdivididas em dois tipos de forças: as forças de alta prontidão e as de baixa prontidão; juntas formam as forças de resposta gradual. Estas estão destinadas a apoiar na defesa coletiva e na resposta a crises emergentes, estando divididas em comandos navais, aéreos, terrestres entre outros. Entre estes, os comandos navais, designados de *High Readiness Forces Headquarters*, providenciam o *Maritime Component Command* das NRF rotativamente pelos cinco comandos existentes:

- *Headquarters Naval Striking and Support Forces NATO* - STRIKFORNATO HQ
- *Headquarters Commander Italian Maritime Forces* - ITMARFOR HQ
- *Headquarters Commander Spanish Maritime Forces* - SPMARFOR HQ
- *Headquarters Commander United Kingdom Maritime Forces* - UKMARFOR HQ
- *Headquarters Commander French Maritime Forces* - FRMARFOR HQ

Entre estes *Headquarters*, o SHAPE dispõe de um *deployable* em elevado grau de prontidão, o STRIKFORNATO com 5 dias de NTM⁷⁵, com a possibilidade de planeamento, de comando e o controlo das missões e operações da NATO, quando integrado na Aliança, atuando como *Extended Task Force* (ETF) com forças marítimas, anfíbias, projetáveis para terra e forças aéreas, projetadas por porta-aviões, para conduzir operações marítimas e expedicionárias. Este possibilita uma ligação das forças dos

⁷⁵ NTM-*Notice to move*: Segundo o APP-6 (NATO, 2013) é uma ordem de aviso relativo ao número de dias que uma unidade ou um quartel-general deve estar pronta a ser empregue.

Estados Unidos (*US Navy e Marine Corps*) às missões e operações da Aliança, fazendo elas parte da *NATO Immediate Response Capability* (Carinhas, 2017, pp. Apd D-2).

Atualmente, face aos desenvolvimentos ocorridos que desafiam a estabilidade da Europa, está em análise a criação de um novo JFC, cujo ficará sediado em Norfolk, segundo referido pelo Senhor Almirante Silvestre Correia. Esta criação tem como principal função de se garantir o reforço da Europa, através da garantia do espaço marítimo do Atlântico. De acordo com o motivo da sua criação, facilmente se denota que a sua ativação apenas será necessária em caso de guerra, ou para efeitos de exercício, pois no corrente ambiente, quem assume as funções deste JFC é o MARCOM, com o controlo operacional dos meios navais da NATO.

Apêndice D. Guião de entrevista VALM Silvestre Correia

1. Como perspectiva a evolução dos desafios e ameaças aos ambientes de segurança marítima mundial?
2. De que forma vai a componente naval aliada responder, aos anteriormente referidos desafios?
3. Como está a NATO a adaptar-se, do ponto de vista naval, no sentido de estar melhor preparada a responder a possíveis ameaças?
4. Para as SNF, quais são perspectivas de alteração, caso existam ideias de alteração, relativamente à tipologia das missões e à sua composição?
5. Para Portugal, quais são os desafios e oportunidades, para que tenha um papel mais assertivo relevante na NATO, tanto politicamente como a nível militar, na vertente naval?

Bom dia Sr. Almirante,

1. Como perspectiva a evolução dos desafios e ameaças aos ambientes de segurança marítima mundial?

Bom, nos últimos 25 anos aconteceu muita coisa, primeiro foi em 1989-90, com o desmoronamento do Império Soviética deixou de existir a ameaça submarina. Então os países da NATO deixaram de fazer investimento na luta ASW; perderam-se capacidades, materiais, não houve grande evolução nessa área, houve países que venderam meios que tinham ASW, deixou de se treinar ASW, como se fazia no passado uma vez que já não havia uma ameaça submarina credível. Com o passar dos anos, e particularmente em 2014 com a anexação da Crimeia e de todo o Donbass, os países membros da Aliança mais recentes primeiro, e a Aliança em geral depois, de uma forma mais generalizada, sentiu que, de acordo com aquilo que eram os indicadores dos avanços em termos de reaquisição de capacidades por parte da federação russa, designadamente pelo *upgrade* dos submarinos da classe *Kilo*, em que passaram a estar capacitados para o lançamento de mísseis de médio alcance e a construção de treze novas unidades submarinas, isto coloca uma ameaça a 360° da NATO. Começou a haver uma preocupação: onde estavam os submarinos? O quê que estavam a fazer? E a NATO viu-se, de repente, sem a capacidade, do passado, para efeitos de monitorização e controlo sobre o espaço marítimo do seu interesse (todo o Atlântico Norte, Mediterrâneo, o Mar Negro e o Mar Báltico). As marinhas de todos os países NATO reduziram o seu efetivo, por ter deixado de haver uma ameaça de um ator estatal credível, capaz de fazer pregar a segurança e a integridade das fronteiras da Aliança, verificando-se que nós (Aliança) não estávamos capacitados de enfrentar uma realidade destas, por deixarmos de conseguir monitorizar o nosso espaço de interesse, não temos suficiente *situational awareness* do que se passa no Atlântico e no Mediterrâneo, principalmente. E então, a NATO já não tinha, em termos até de estrutura do passado, em que tinha cerca de 24 mil pessoas, neste momento tem cerca de 6700

e percebeu-se que a NATO já não está capacitada para fazer face a uma ameaça com estas características, então, tem de se reestruturar e recuperar capacidades em termos militares. A reestruturação é uma adaptação, que vai ser difícil de conseguir, que ainda está em fase de aprovação. Nós perdemos o SACLANT que era o responsável por toda a área marítima de responsabilidade e interesse da NATO, por já não haver ameaça submarina, agora passou a existir, ou a prefigurar-se a possibilidade de existir. Como sabe, a ameaça é um produto cujas parcelas são: a capacidade e a vontade. Se houver ambas, é realmente uma ameaça, se só houver uma das duas, ou a outra for muito baixa, é um risco, porque de um momento para o outro, a outra parcela pode crescer. Como é o caso agora, existe capacidade, no entanto, por enquanto, não há vontade da federação russa atacar um dos países europeus ou da NATO, mas a capacidade está lá. De um momento para o outro, pode haver um *trigger* qualquer, que faça com que a vontade surja, e então passamos de uma situação de risco, para uma situação de ameaça, e para que na situação de ameaça nunca se venha a colocar, nós temos que a prevenir, edificando as capacidades que nos permitam fazer face a essa situação e para isso temos que reestruturar a Aliança, adaptando-a a esta nova realidade, em por aquilo que é conhecido no jargão da estratégia por *peer state actor*, neste caso a Rússia, que pode configurar uma situação de ameaça de um momento para o outro, à integridade dos nossos aliados. Os países que estão mais expostos são aqueles, para os quais a Rússia poderá ter mais apetite face à sua diáspora, por uma percentagem significativa da população desses países, designadamente dos países Bálticos, excluindo a Polónia, é de naturalidade russa, sendo estes países que pertenciam ao ex. Bloco Soviético, assim como a Bulgária, a Roménia, que estão muito expostos no Mar Negro, que não têm meios para se defender e, que têm o espectro do que aconteceu na Ucrânia, tendo o receio de serem invadidos no intuito da recuperação da União Soviética, já anunciado pelo Sr. Putin, que não vai acontecer, ou pelo menos, de acordo com o *Joint Threat Assessment* da NATO, não é provável que o Sr. Putin vá atacar qualquer país membro da Aliança, mas os nossos aliados desses países vivem constantemente em pânico de uma rebelião interna, não que os russos venham atacar efetivamente, porque muito provavelmente não virão, mas que hajam

ataques não convencionais, ou seja ataques híbridos no sentido de criar as condições suficientes para que haja uma revolta dentro de um desses países ou de um separatismo, ou de um fenómeno qualquer, de natureza sociopolítica que os aproxime mais da Rússia, relativamente aos países a que eles pertencem. Em relação à ameaça submarina, os russos começaram a preencher o espaço que tinham deixado num passado recente, desde à 26 anos, agora estão a aparecer por lá outra vez, com submarinos, com meios credíveis, em termos de capacidade militar e, a NATO perante um situação destas não pode ficar de braços caídos, tem que recuperar as suas capacidades, de forma a garantir uma superioridade em termos de quantidade e de qualidade. Qualidade tecnológica porque é um dos fatores em que assenta a NATO, na superioridade tecnológica, sendo feito um grande investimento nessa área e que produz os efeitos que nos garantem alguma superioridade em termos tecnológicos nos sistemas de comando e controlo, nos sistemas de deteção, vigilância, entre outros, em que a NATO tem, de forma mais atual e mais eficaz do que tem a Rússia. Esse é um dos pressupostos em que assenta o nosso planeamento e também o coletivo de vontades dos países da Aliança. Então, os países começaram a recuperar as suas capacidades, Portugal nunca as perdeu, nós compramos os P3 aos holandeses, que se quiseram ver livres deles, porque já não faziam falta, Portugal manteve essa aposta, sendo esta uma aposta ganha, pelos vistos, comprou dois submarinos, que é uma arma antissubmarina por excelência, entre outras capacidades, e damos o nosso contributo de forma muito significativa, mais do que outros países que até têm forças armadas com mais peso específico do que a nossa. Os países membros da Aliança estão a readquirir as suas capacidades, a NATO está a reprogramar/reavaliar os seus modelos em termos de exercícios de forma a contemplar a ameaça submarina e a renovar as nossas *skills* em termos de capacidades de luta antissubmarina. Além dos meios convencionais, aqueles que são transportados por navios, submarinos e aeronaves, existem outros meios, que já existiam também no passado, os sistemas SOSOS, espalhados ao longo das portas de acesso ao Atlântico e do Atlântico para fora, no Guik e na entrada para o Mediterrâneo, de forma a monitorizar e fazer o seguimento até uma determinada altura dos submarinos nucleares. Hoje em dia existem outros

sistemas autónomos de deteção, de uma cobertura de satélites completamente diferente daquelas que existia à 25 anos, quase todos passivos que retransmitem informação em tempo real para as estações em terra, veículos não tripulados que andam debaixo de água, necessariamente com uma autonomia muito grande, que captam toda a informação e que têm uma capacidade enorme de transmissão de todo o panorama da área que os seus sensores conseguem cobrir. Está a ser feito um investimento muito grande nessa área e prevejo que nos próximos anos, o NATO *Defense Exercise Project Review*, venha a incluir de forma mais substancial exercícios e treinos na área antissubmarina.

2. De que forma vai a componente naval aliada responder, aos anteriormente referidos desafios?

Nós, tanto quanto julgo saber, não conheço as últimas decisões sobre a matéria, para além dos nossos submarinos, os nossos sonares bastante bons, mas são sonares de casco, que dão alcances máximos na ordem das 10 mil jardas, e na guerra moderna os submarinos nunca se vão aproximar a distâncias tão curtas para fazer um ataque. Fazem ataques *stand off* que têm informação por diversas vias, para além dos meios próprios de deteção, a distância de contra deteção de uma força naval (só com sensores passivos) por um submarino, de acordo com as condições de propagação do som à superfície, mas poderá uma força composta por 8 ou 10 navios de guerra e com um reabastecedor de esquadra, dependendo de se vão em política ativa ou política passiva dos sensores acústicos, pode ter uma distância de contra deteção que vai desde as 20 e tal milhas até às 50-60 milhas. Se a isso juntarmos a capacidade de meios aéreos e costeiros que transmitam a informação para um submarino que está em passivo (que os submarinos, em geral, estão sempre em passivo), os submarinos conseguem ter distâncias de contra deteção enormíssimas e conseguem fazer ataques com mísseis de médio e longo alcance contra forças navais a uma distância que os navios de superfície, a única coisa que se apercebem é do míssil que lá vem, não sabem quem é que lançou e de onde lançou. Prevejo de que no futuro não vá haver, a não ser em situações muito pontuais, luta antissubmarina, no modelo

tradicional, do ataque a torpedo com detecção de sonar de casco, o sonar de casco vai ser mais na minha perspectiva um meio de dissuasão, para que eles não se aproximem em excesso e para não se meterem dentro de uma força, mas nunca como uma arma ofensiva, que vão ser assegurados por meios aéreos, ou helicópteros transportadores de armas, ou aviões de patrulha marítima com capacidade ofensiva, ou outros submarinos. Estou convencido que aqueles CASEX que nós temos andado a treinar até à data, essas táticas vão ser todas revistas, por já não estamos a treinar de como se combateria, caso houvesse uma situação de confronto entre uma força de superfície e um submarino. O submarino, se for detetado, é um submarino no fundo, não tem hipóteses, portanto o submarino vai fazer tudo o que tem para fazer sem nunca ser detetado, sendo essa a sua grande vantagem e não se vai expor a não ser em circunstâncias de águas muito restritas, com várias fluências de correntes e sempre que o fizer, não é numa forma de atacar, mas porque tem de passar, ou porque tem de fugir, em situações de *chokepoint*, por exemplo em Gibraltar não se consegue detetar um submarino se ele se puser abaixo de uma camada, mesmo rebocando um *Towed array*, arriscamo-nos a perder o *Towed array*, de forma que a única forma poderão ser sonóboias de profundidade variável, apesar de ser muito pouco provável conseguir-se, em zonas de grande fluência de águas, como é o caso do Estreito de Gibraltar, com diferentes níveis de salinidade, é completamente impossível. Aquilo que eu prevejo, como digo, é que a luta submarina seja maioritariamente efetuada por meios aéreos e submarinos, os meios de superfície, eventualmente, para fazer uma defesa próxima, para evitar uma maior proximidade do submarino para atacar a navegação mercante.

3. Como está a NATO a adaptar-se, do ponto de vista naval, no sentido de estar mais bem preparada a responder a possíveis ameaças?

A NATO porque sentiu a necessidade de ter um comando com características marítimas, e perdeu o SACLANT, tem o MARCOM que é o comando de componente marítima que está subordinado ao SACEUR mas que tem uma capacidade muito limitada em termos de comando e controlo se

pensarmos numa situação de guerra ou de conflito generalizado, com a Rússia por exemplo e, não tem capacidade de comando e controlo para assegurar o reforço da Europa vindo da América, e para esse efeito vai ser criado um terceiro JFC, que ficará sediado, em principio em solo americano, em Norfolk e que, entra em ação numa situação de guerra. Até à situação de crise, ou seja em tempo de paz, é o MARCOM que assume e que tem as forças navais em permanência sob o seu controlo operacional, que são as SNMG-1 e 2 e os SNMCMG-1 e 2 que estão sobre o comando do MARCOM, depois existem outras forças, que são forças de *Memorandum of understanding* (MOU), há uma força que não está sob o controlo do MARCOM, mas sob o comando direto do SACEUR, que é a STRIKFORNATO, que é uma força americana, a 6ª esquadra que está em elevado grau de prontidão, que está *on task* e tem um potencial de combate que essa sim seria, juntamente com as SNF, as primeiras forças a chegarem em situação de conflito. Em situação de guerra este MARCOM continua a existir, com delegação de competências no JFC Maritime que é ativado, nos EUA e assume o controlo do Atlântico, para efeitos de assegurar o link, as linhas de comunicação e todo controlo do espaço marítimo, cuja principal finalidade é mesmo essa: garantir o reforço da Europa, que em principio nunca será ativado, salvo em situação exercício, em que se queira testar a transferência do comando marítimo, do MARCOM para o JFC Maritime. A NATO está-se a adaptar preparando-se fundamentalmente para o *worst case scenario*, porque neste momento, aquilo que se verificou é que a NATO, caso acontecesse uma situação dessas, não tinha capacidade com a estrutura de comandos que tinha, para comandar e controlar uma força com estas características e assegurar o *situational awareness* necessário sob o Atlântico.

4. Para as SNF, quais são perspectivas de alteração, caso existam ideias de alteração, relativamente à tipologia das missões e à sua composição?

Existe um documento que foi apresentado pelo MARCOM, é um *draft*, que ainda não foi discutido, neste momento aquilo que nos foi dito é que as SNF têm tido um bom incremento em termos de *forces flow*, ou seja os países estão a

contribuir mais do que num passado recente, a duvida que reside acho que se prende com três opções que estão lá consideradas, uma é criar uma grande SNF mais musculada e uma outra mais pequena, para missões de *Maritime Interdiction Operations* (MIO), como é por exemplo a do Mar Egeu, que está a controlar os fenómenos migratórios entre a Turquia e a Grécia, e essa seria constituída por navios de patrulha oceânica, ou navios menos capacitados para o combate, a outra solução é aumentar a composição de cada uma destas duas SNMG e a outra é ter navios *on-call*, é ter só uma SNMG e navios certificados que ficariam nos seus países de origem, com elevado grau de prontidão e estariam *on-call* para uma situação de emergência, por forma a edificar-se uma SNMG com grande capacidade, sendo estas as três opções.

Qual acha que vai ser a opção mais viável?

Para além da solução zero, que é não mexer em nada, eu estou convencido que se vai criar uma SNMG mais pequena para situações de MIO e de bloqueio que são unidades sem capacidade de combate, são navios patrulha, eventualmente unidades com capacidade de transporte de meios orgânicos, mas sem capacidade de combate.

5. Para Portugal, quais são os desafios e oportunidades, para que tenha um papel mais assertivo relevante na NATO, tanto politicamente como a nível militar, na vertente naval?

Quer dizer, aquilo que neste momento, Portugal se debate é com escassez de recursos humanos, materiais e financeiros, aquilo que está em jogo na NATO, que vai ser objeto de discussão na Cimeira de Julho, de novo, é *burden sharing* e responder de forma afirmativa ao pedido dos americanos de os países fazerem um esforço que seja equivalente a 2% do seu PIB, existem também outras teorias, que vão agora ser discutidas, designadamente porque as contribuições não se podem medir apenas pelo investimento que se faz a nível financeiro, é também das capacidades que os países desenvolvem e é das contribuições que os países dão para o esforço coletivo/comum e estamos a estudar um modelo em que

tentamos avaliar, o peso específico da nossa contribuição para o esforço comum da NATO, tentando avaliar o esforço que representa para um país como nós, por exemplo por uma companhia de infantaria no Afeganistão, tentar contabilizar isto, porque é diferente por uma companhia de infantaria no Afeganistão, do que meter uma companhia na Lituânia a fazer uns exercícios com os lituanos, envolvendo custos diferentes e envolve riscos diferentes e o que se está a pensar fazer é arranjar métricas que sejam comumente aceites, o que será muito difícil, para provar que há países, que embora com uma contribuição/esforço financeiro menor do que os tais 2% que acabam por ser mais produtores de segurança e apresentar um contributo maior para a NATO, do que países que fazem grandes investimentos em termos de despesa militar mas que depois contribuem pouco, por que não adiante dizerem que gastam muito, se não comprarem as coisas certas e não as utilizarem em prol daquilo que são os objetivos da Aliança e é esse estudo que estamos a tentar fazer, que vai ser muito difícil e não sei a que conclusões iremos chegar independentemente da parametrização encontrada, mas vai ser difícil chegar a conclusões que sejam aceites unanimemente, mas estamos a tentar esgrimir, muito dificilmente ao contrário daquilo que seria desejável mas, não vamos conseguir chegar em 2024 ou 2025 aos 2% de despesa com a defesa, em relação aquilo que é no nosso PIB, também não somos os que estamos pior, estamos mais ou menos a meio da tabela, de acordo com os valores NATO, estamos com 1,38% e vamos tentar aumentar um bocadinho, agora algum acréscimo devido à aquisição dos KC 390, das armas ligeiras e dos restantes projetos que estão em curso, em termos de investimento na área da defesa, podendo fazer aumentar um bocadinho a percentagem de investimento em defesa do PIB e comparativamente a alguns países da NATO, só há 3 ou 4 países que cumprem com os 2% e mesmo assim esses valores estão um bocadinho otimistas.

Anexo A. Tratado do Atlântico Norte⁷⁶

Os Estados Partes no presente Tratado, Reafirmando a sua fé nos intuitos e princípios da Carta das Nações Unidas e o desejo de viver em paz com todos os povos e com todos os Governos, Decididos a salvaguardar a liberdade dos seus povos, a sua herança comum e a sua civilização, fundadas nos princípios da democracia, das liberdades individuais e do respeito pelo direito, Desejosos de favorecer a estabilidade e o bem-estar na área do Atlântico Norte, Resolvidos a congregar cus seus esforços para a defesa coletiva e para a preservação da paz e da segurança, Acordam no presente Tratado do Atlântico Norte.

Artigo 1.º - As Partes comprometem-se, de acordo com o estabelecido na Carta das Nações Unidas, a regular por meios pacíficos todas as divergências internacionais em que possam encontrar-se envolvidas, por forma que não façam perigar a paz e a segurança internacionais, assim como a justiça, e a não recorrer, nas relações internacionais, a ameaças ou ao emprego da força de qualquer forma incompatível com os fins das Nações Unidas.

Artigo 2.º - As Partes contribuirão para o desenvolvimento das relações internacionais pacíficas e amigáveis mediante o revigoreamento das suas livres instituições, melhor compreensão dos princípios sobre que se fundam e o desenvolvimento das condições próprias para assegurar a estabilidade e o bem-estar. As Partes esforçar-se-ão por eliminar qualquer oposição entre as respectivas políticas económicas internacionais e encorajarão a colaboração económica entre cada uma delas e qualquer das outras ou entre todas.

Artigo 3.º - A fim de atingir mais eficazmente os fins deste Tratado, as Partes, tanto individualmente como em conjunto, manterão e desenvolverão, de maneira contínua

⁷⁶ Tradução do tratado original para língua portuguesa disponibilizado no site oficial da NATO (NATO, 2017d).

e efetiva, pelos seus próprios meios e mediante mútuo auxílio, a sua capacidade individual e coletiva para resistir a um ataque armado.

Artigo 4.º - As Partes consultar-se-ão sempre que, na opinião de qualquer delas, estiver ameaçada a integridade territorial, a independência política ou a segurança de uma das Partes.

Artigo 5.º - As Partes concordam em que um ataque armado contra uma ou várias delas na Europa ou na América do Norte será considerado um ataque a todas, e, conseqüentemente, concordam em que, se um tal ataque armado se verificar, cada uma, no exercício do direito de legítima defesa, individual ou colectiva, reconhecido pelo artigo 51.º da Carta das Nações Unidas, prestará assistência à Parte ou Partes assim atacadas, praticando sem demora, individualmente e de acordo com as restantes Partes, a acção que considerar necessária, inclusive o emprego da força armada, para restaurar e garantir a segurança na região do Atlântico Norte.

Qualquer ataque armado desta natureza e todas as providências tomadas em consequência desse ataque serão imediatamente comunicados ao Conselho de Segurança. Essas providências terminarão logo que o Conselho de Segurança tiver tomado as medidas necessárias para restaurar e manter a paz e a segurança internacionais.

Artigo 6.^{o77} - Para os fins do Artigo 5.º considera-se ataque armado contra uma ou várias das Partes o ataque armado:

- Contra o território de qualquer delas na Europa ou na América do Norte, contra os Departamentos franceses da Argélia⁷⁸ contra o território da Turquia ou contra as Ilhas sob jurisdição de qualquer das Partes situadas na região do Atlântico Norte ao norte do Trópico de Câncer;

⁷⁷ De acordo com a nova redação em virtude do Artigo 2 do Protocolo ao Tratado do Atlântico Norte sobre a adesão da Grécia e Turquia.

⁷⁸ A 16 de Janeiro de 1963 o Conselho constatou que todas as disposições deste Tratado respeitantes aos antigos Departamentos franceses da Argélia deixaram de poder ser aplicadas a partir de 3 de julho de 1962.

- Contra as forças, navios ou aeronaves de qualquer das Partes, que se encontrem nesses territórios ou em qualquer outra região da Europa na qual as forças de ocupação de qualquer das Partes estavam à data em que o tratado entrou em vigor ou no Mar Mediterrâneo ou na região do Atlântico Norte ao norte do Trópico de Câncer.

Artigo 7.º - O presente Tratado não afeta e não será interpretado como afetando de qualquer forma os direitos e obrigações decorrentes da Carta, pelo que respeita às Partes que são membros das Nações Unidas, ou a responsabilidade primordial do Conselho de Segurança na manutenção da paz e da segurança internacionais.

Artigo 8.º - Cada uma das Partes declara que nenhum dos compromissos internacionais atualmente em vigor entre ela e qualquer outra parte ou qualquer outro Estado está em contradição com as disposições do presente Tratado, e assume a obrigação de não subscrever qualquer compromisso internacional que o contradiga.

Artigo 9.º - As Partes estabelecem pela presente disposição um Conselho no qual cada uma delas estará representada para examinar as questões relativas à aplicação do Tratado. O Conselho será organizado de forma que possa reunir rapidamente em qualquer momento. O Conselho criará os organismos subsidiários que possam ser necessários; em particular estabelecerá imediatamente uma comissão de defesa que recomendará as providências a tomar para aplicação dos artigos 3.º e 5.º

Artigo 10.º - As Partes podem, por acordo unânime, convidar a aderir a este Tratado qualquer outro Estado europeu capaz de favorecer o desenvolvimento dos princípios do presente Tratado e de contribuir para a segurança da área do Atlântico Norte. Qualquer Estado convidado nesta conformidade pode tornar-se Parte no Tratado mediante o depósito do respetivo instrumento de adesão junto do Governo dos Estados Unidos da América. Este último informará cada uma das Partes do depósito de cada instrumento de adesão.

Artigo 11.º - Este Tratado será ratificado e as suas disposições aplicadas pelas Partes de acordo com as respetivas regras constitucionais. Os instrumentos de ratificação serão depositados, logo que possível, junto do Governo dos Estados Unidos da América,

que informará todos os outros signatários do depósito de cada instrumento de ratificação. O Tratado entrará em vigor entre os Estados que o tiverem ratificado logo que tiverem sido depositadas as ratificações da maioria dos signatários, incluindo as da Bélgica, do Canadá, dos Estados Unidos, da França, do Luxemburgo, dos Países-Baixos e do Reino Unido; e entrará em vigor para os outros Estados na data do depósito da respetiva ratificação.

Artigo 12.º - Decorridos os primeiros dez anos de vigência do Tratado ou em qualquer data ulterior, as Partes consultar-se-ão, a pedido de qualquer delas, para o efeito da revisão do Tratado, tomando em consideração os fatores que então afetarem a paz e a segurança na área do Atlântico Norte, inclusive o desenvolvimento dos acordos, quer mundiais quer regionais, concluídos nos termos da Carta das Nações Unidas, para a manutenção da paz e da segurança internacionais.

Artigo 13.º - Depois de vinte anos de vigência, qualquer Parte poderá pôr fim ao Tratado no que lhe diz respeito um ano depois de ter avisado da sua denúncia o Governo dos Estados Unidos da América, o qual informará os Governos das outras Partes do depósito de cada instrumento de denúncia.

Artigo 14.º - Este Tratado, cujos textos inglês e francês fazem igualmente fé, será depositado nos arquivos do Governo dos Estados Unidos da América.

Serão transmitidas por aquele Governo aos Governos das outras Partes cópias devidamente certificadas.

